



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA MESTRADO EM HISTÓRIA**

Marcos Antônio Heliodoro Nascimento

**O Novo Sindicalismo e a atuação dos Professores de Pernambuco
durante o Regime Civil-Militar: Educação, Greves e Resistência: (1979 –
1985)**

**RECIFE PE
2020**

MARCOS ANTÔNIO HELIODORO DO NASCIMENTO

O Novo Sindicalismo e a atuação dos Professores de Pernambuco durante o Regime Civil-Militar: Educação, Greves e Resistência: (1979 – 1985)

Trabalho de Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, em cumprimento às exigências para a obtenção da Qualificação do Mestrado em História

**RECIFE PE
2020**

FOLHA DE APROVAÇÃO

MARCOS ANTÔNIO HELIODORO NASCIMENTO

O Novo Sindicalismo e a atuação dos Professores de Pernambuco durante o Regime Civil-Militar: Educação, Greves e Resistência: (1979 – 1985)

Trabalho de conclusão do Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado Profissional da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Data da Aprovação: 30 de outubro de 2020

Banca Examinadora

Prof.º Dr. Diogo Arruda Carneiro da Cunha
(Orientador e Presidente da Banca)
Universidade Católica de Pernambuco -
UNICAP

Prof.º Dr. Márcio Ananias Ferreira
(Titular Externo)
Universidade Federal de Pernambuco -
UFPE

Prof.º Dr. Hélder Remigio de Amorim
(Titular Interno)
Universidade Católica de Pernambuco -
UNICAP

DEDICATÓRIA

À minha mãe Maria do Carmo, com os seus 90 anos e sem nenhuma leitura, mas com muita garra e determinação criou e educou seus treze filhos.

Ao meu pai Mário Heliodoro – *in memoriam* –, que sempre incentivou todos aos estudos, ficou feliz com a notícia da minha aprovação no Mestrado. Deus o convocou ainda no 1º. ano desta pós-graduação. Foi um baque!

Papai, o senhor com os seus brilhantes ensinamentos, foi fundamental para meu crescimento pessoal e profissional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço plenamente a Deus, por ter me concedido forças para levantar a cabeça e seguir em frente, mesmo em momentos de dificuldades, neste ano de 2020.

Ao Professor Doutor Diogo Arruda Carneiro da Cunha, orientador desta dissertação, pela segurança oferecida, ao longo de todo o percurso e por confiar nas rotas surgidas a cada leitura de um novo documento ou mesmo entrevistas realizadas, como também na execução deste trabalho. Muito obrigado pela convivência, compartilhar momentos difíceis e fortalecer-me como pessoa a partir dos seus conselhos.

Ao Professor Doutor Hélder Remígio de Amorim, coorientador, pela disponibilidade, sugestões e empréstimos de livros, o que contribuíram, sobremaneira, para o melhoramento desta dissertação.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado Profissional – pelos ensinamentos, convivência e troca de experiência, especialmente aos Professores Doutores Tiago César, Flávio Cabral, Paulo Cadena e Lídia Rafaela.

Aos amigos do Mestrado, pelos momentos de descontração, discussões acadêmicas e até nas angústias compartilhadas. Experiências enriquecedoras do trajeto.

À professora de História, Suely Santos, minha fiel conselheira e incentivadora, ainda na fase de pré-projeto forneceu várias informações sobre o tema, como também a lista dos principais docentes que participaram do movimento grevista de 1979 e, com muita paciência, respondeu aos questionários da pesquisa à moda antiga (escrito em caderno de papel pautado).

Aos atores sujeitos desta investigação, professores Mário Medeiros, Natanael Sarmiento e o advogado Paulo Valença que gentilmente aceitaram participar com suas importantes narrativas na construção deste trabalho.

Agradeço também a Deputada Estadual Tereza Leitão, idealizadora da brilhante homenagem aos 40 anos da Histórica Greve dos Professores de Pernambuco de 1979, no Grande Expediente da Assembleia Legislativa – ALEPE, no dia 12.09.2019, ocasião em que tive contato com vários atores da época, os quais contribuíram com as suas histórias no movimento, mas por questões nitidamente do encaminhamento da pesquisa não foi possível citá-los no corpo da presente dissertação, mas seus registros em muito poderão contribuir para um breve aprofundamento do que discutimos.

À minha companheira Iza pelo apoio incondicional, pelo carinho, paciência e compreensão nos momentos de isolamentos necessário para ampliação da leitura e da pesquisa.

Aos meus queridos filhos (Márcio, Marcílio, Isabelle e Eric); aos onze (11) irmãos e demais familiares pelo incentivo e apoio moral, nos momentos difíceis dessa caminhada.

Aos servidores da Biblioteca Pública e do Arquivo Público do Estado de Pernambuco pela acolhida, sorrisos e descobertas diárias diante um acervo valioso que as instituições conservam para melhor atender aos pesquisadores. Aos funcionários do Sindicato dos Professores de Pernambuco – SINPRO-PE e do Sindicato dos Trabalhadores da Educação e Pernambuco – SINTEPE pela colaboração, na medida do possível, com relação ao acesso a documentos utilizados nesta pesquisa.

Aos funcionários do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Católica de Pernambuco pela paciência e bom humor ao longo dos protocolos necessários à realização do curso de Mestrado.

Enfim, a todos que direta e indiretamente contribuíram para que fosse possível a realização deste trabalho. A lista seria longa demais se fôssemos citar todas, mas devem se sentir contemplados com minha gratidão.

RESUMO

Durante o período da Ditadura Civil-Militar no Brasil, instalada no período de 1964 até 1985, houveram repressões e até mesmo perseguições de diversos aspectos por parte do Estado em relação aos grupos sindicais no país, dentre estes, os grupos que representavam a categoria dos professores. Muitos dos líderes sindicalistas foram perseguidos, destituídos, ou impedidos de concorrer a cargos eletivos em suas próprias categorias, o que gerou constantes reivindicações de direitos, que quando não atendidas pelo Estado, culminaram em greves. Nesse aspecto, se mostra de grande importância salientar o papel dos sindicatos e dos professores na luta pelos direitos durante o período de redemocratização do Brasil, e, para tanto, o trabalho exposto utiliza de pesquisa bibliográfica, bem como de pesquisa de campo, através de questionários e entrevistas realizadas com professores que viveram na época, a fim de compreender o parâmetro vivido, e, assim, contribuir com um maior esclarecimento da realidade da época. A pesquisa, objetiva, ainda, apresentar elementos históricos através de notícias de jornais, comunicados oficiais e outros documentos de importância histórica, a fim de trazer informações fidedignas para a compreensão do tema. Com isso, a pesquisa reúne entrevistas com membros de lideranças sindicalistas da época, e também indivíduos que estiveram frente à frente com a repressão estatal contra a classe dos professores, e também cruza referências documentais que confirmam os fatos narrados pelos entrevistados, e, com isso, se mostra clara a necessidade de registrar e valorizar a importância da classe dos professores no processo de desenvolvimento do sindicalismo brasileiro, bem como no processo de democratização do país, e, ainda, na luta pelos direitos dos trabalhadores, uma vez que essa classe se mostrou, em muitos aspectos, pioneira na reivindicação de direitos através das greves.

Palavras-chave: Regime Civil-Militar. Professores. SINPRO. APENOPE. Greves. Resistência.

ABSTRACT

During the period of the Civil-Military Dictatorship in Brazil, installed from 1964 to 1985, there were repressions and even persecution of various aspects by the State in relation to union groups in the country, among them, the groups that represented the category of workers. teachers. Many of the union leaders were persecuted, dismissed, or prevented from running for elected office in their own categories, which led to constant claims of rights, which when not served by the state, culminated in strikes. In this regard, it is of great importance to highlight the role of unions and teachers in the fight for rights during the period of redemocratization in Brazil, and, for this, the exposed work uses bibliographic research, as well as field research, through questionnaires and interviews with teachers who lived at the time, in order to understand the parameter experienced, and thus contribute to a greater clarification of the reality of the time. The research also aims to present historical elements through news in newspapers, official communications and other documents of historical importance, in order to bring reliable information for understanding the theme. With this, the research gathers interviews with members of union leaders of the time, as well as individuals who were faced with the state repression against the class of teachers, and also crosses documentary references that confirm the facts narrated by the interviewees, and, with that, , there is a clear need to register and value the importance of the class of teachers in the process of developing Brazilian unionism, as well as in the process of democratization in the country, and also in the struggle for workers' rights, since this class is has shown, in many ways, to be a pioneer in the reinvention of rights through strikes.

Keywords: Civil-Military Regime. Teachers. SINPRO. JUST. Strikes. Resistance.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1: ÓRGÃOS REPRESENTANTES DE CLASSE DOS PROFESSORES EM PERNAMBUCO: APENOPE e SINPRO/PE.....	20
1.1 O SINPRO/PE.....	20
1.2 SINPRO/PE: O Período Embrionário (1940-1945).....	25
1.2.1 A carta constitutiva e o Sindicato dos Professores do Ensino Secundário e Primário no Estado de Pernambuco.....	25
1.2.2 A denominação atual do SINPRO/PE.....	26
1.2.3 O Novo Sindicalismo Brasileiro.....	26
1.2.4 A APENOPE: raízes históricas e o Novo Sindicalismo em Pernambuco....	33
CAPÍTULO 2: LUTAS E RESISTÊNCIA: PROFESSORES DE PERNAMBUCO REIVINDICAM SEUS DIREITOS.....	36
2.1 A APENOPE E A GREVE DE 1979.....	36
2.2. O Olhar da Imprensa aos movimentos grevistas.....	42
2.2.1 Matérias de jornais.....	42
2.2.2 Charges.....	43
2.3 APENOPE- ATUAÇÃO ALÉM DAS GREVES.....	46
2.4 SINPRO: Atuações em conjunto à APENOPE.....	47
CAPÍTULO 3: ENTRE SALAS DE AULAS E MEMÓRIAS: Relatos de uma história de luta.....	52
3.1 Suely Santos.....	53
3.2 Antonio Natanael Martins Sarmiento.....	64
3.3 Mário Medeiros da Silva.....	69
3.4 Paulo Azevedo.....	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
REFERÊNCIAS.....	80
Apêndice A – Suely Santos.....	84
Apêndice B – Antônio Natanael Martins Sarmiento.....	92
Apêndice C – Mário Medeiros da Silva.....	101
Apêndice D – Paulo Azevedo.....	108
Anexo A - Pronunciamento de Deputados Federais.....	116
Anexo B - Mudança de nome das entidades.....	129
Anexo C - Mudança de APEMOP para APENOPE.....	130
Anexo D - APENOPE reivindica maiores benefícios.....	131
Anexo E - Sentença anulatória da eleição.....	132

LISTA DE ABREVIATURAS

AI-1: Ato Institucional nº 1

AI-5: Ato Institucional nº 5

APEMOP: Associação dos Professores do Ensino Médio Oficial de Pernambuco

APENOPE: Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco

APEOESP: Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo

APESNOESP: Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal do Estado de São Paulo

CEP: Centro Estadual dos Professores

CLT: CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

CPB: Confederação dos Professores do Brasil

CPP: Centro dos Professores de Pernambuco

CPPB: Confederação dos Professores Primários do Brasil

CPPP: Centro dos Professores Primários de Pernambuco

CUT: Central Única dos Trabalhadores

DOPS: Departamento de Ordem Política e Social

DP: Diário de Pernambuco

DRT: Delegacia Regional do Trabalho

ENCLAT: Encontro Nacional da Classe Trabalhadora

IPM: Inquérito Policial-Militar

JC: Jornal do Commercio

MTIC: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

OSPB: Organização Social e Política do Brasil

PCB: Partido Comunista Brasileiro

PM: Polícia Militar

PPGHP: Programa de Pós-Graduação em História Profissional

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

SINEPE: Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de Pernambuco

SINPRO: Sindicato dos professores de Pernambuco

SINTEPE: Sindicato dos trabalhadores em educação de Pernambuco

SNI: Serviço Nacional de Informações

TRT: Tribunal Regional do Trabalho

UFPE: Universidade Federal de Pernambuco

UNICAP: Universidade Católica De Pernambuco

INTRODUÇÃO

Os estudos históricos são fundamentais para reconstruirmos os fatos históricos, sendo o historiador responsável por historicizar e contextualizar tais elementos, uma vez que “a primeira tarefa do historiador, antes de mais nada, trata-se de classificar os acontecimentos na ordem do tempo” (PROST, 2008, p. 107).

Os Historiadores rejeitam, no entanto, a doutrina da casualidade imaculada, que parece estar implícita na ideia de que podemos identificar, sem referências as ações precedentes, algo como uma variável independente. Vemos a História como um processo de causas múltiplas e suas interseções (GADDIS, 2003, p. 82).

Ao iniciar uma pesquisa histórica temos diversas motivações, a exemplo da necessidade em realizar um trabalho destinado para a compreensão das lutas trabalhistas dos professores de Pernambuco no período de redemocratização (1979-1985), cujo período analisado em nosso recorte temporal coincide com o fim do Regime Civil-Militar¹.

O regime civil-militar teve início com a deposição do presidente Jânio Quadros² pelo Congresso Nacional, no dia 11 de abril de 1964, sobre a regência do Ato Institucional nº 1 o congresso elegeu o novo presidente da República, o general Humberto de Alencar Castelo Branco, um dos articuladores desse golpe militar.

Ao tomar posse, o general manteve os economistas Octávio Bulhões³ e Roberto Campos⁴ à frente dos ministérios da Fazenda e do Planejamento, sinalizando a continuidade de uma guinada conservadora do novo regime no que tange aos direitos dos trabalhadores. Em meio a esta proposta, estavam inseridos itens como o controle das greves com repressão, o arrocho salarial, abertura ao capital estrangeiro, incentivo às exportações e concentração de renda e modernização por via autoritária.

Este período foi repleto de movimentações sociais que enxergavam os sindicatos como uma forma de reivindicação social e lutas trabalhistas por direitos, iniciando a transição do sindicalismo “peleguista”, onde a figura do pelega mediava as relações entre os trabalhadores

¹ A terminologia Regime Civil-Militar tem sido bastante utilizada por estudiosos da Nova História Política, pelo fato de que o Regime Militar favoreceu setores elitistas da sociedade civil, bem como grupos conservadores que apoiavam o Regime e, inclusive, foram às ruas pedir a sua instalação no pré-golpe. Portanto, faremos uso da terminologia Regime Civil-Militar, pois por detrás dos militares, havia o suporte de grupos civis e conservadores que ao se aliar ao regime obtiveram privilégios.

² Jânio da Silva Quadros nasceu em Campo Grande, no então estado de Mato Grosso, no dia 25 de janeiro de 1917, sendo eleito prefeito e governador de São Paulo por volta de 1950 e posteriormente se tornando vigésimo segundo presidente do Brasil, de 31 de janeiro de 1961 até 25 de agosto de 1961, quando renunciou seu cargo.

³ Assumiu como ministro da fazenda em 1964 até 1967.

⁴ Durante o governo de Castelo Branco teve muita influência na política externa do Brasil, juntamente com a participação na criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

e o estado, com intenção de amenizar os conflitos e apaziguar a classe operária invocando sentimentos de patriotismo.

Dando lugar ao “Novo Sindicalismo”, o qual teve seu início com a revolta pelos direitos da classe trabalhadora, juntamente com a explosão das greves de 1978, buscando uma nova dinâmica aos sindicatos e ao mesmo tempo manifestando uma oposição ao regime civil-militar, que procurava intervir indiretamente nos sindicatos.

Na vigência do Regime, artigos da CLT que cabiam interpretação mais rígida foram colocados em práticas numa modernização conservadora do Estado, à fim de favorecerem o patronato.

Em 1943, Getúlio Vargas dirigiu-se aos trabalhadores do Brasil e brindou-os com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Alardeada como "a mais avançada legislação social do mundo", a CLT regulava as relações trabalhistas em detalhes e prometia justiça social, colocando-se nas mãos da classe operária como escudo contra arbitrariedades patronais (FERREIRA e DELGADO, 2003, p. 51).

No que se refere aos políticos, logo após a deflagração do golpe, o governo militar sentiu a necessidade de cassar direitos e mandatos de políticos alinhados com o governo anterior, como forma de assegurar a continuidade da “revolução”. Sobre esse tema, assim resumiu Filho:

Já no dia 4 [de abril de 1964], respondendo a uma solicitação, quatorze oficiais da Escola de Comando e Estado-Maior haviam enviado sugestões ao Comandante da Escola, considerando indispensáveis “cassar mandatos e direitos políticos de todos os deputados comunistas, nacionalistas extremados e agitadores profissionais, e de todos aqueles que tenham cometido atos considerados criminosos ou atentatórios às liberdades e aos direitos consagrados pela Constituição” (FILHO, 1975, p. 55).

Nota-se que o governo com esta política de caráter liberal demonstrava manter o alinhamento dos setores elitistas, o que se contrapunha aos anseios progressistas e das classes trabalhadoras. Este regime civil-militar teve como alvo o cerceamento de liberdades individuais e coletivas dos cidadãos, cuja repressão atingiu também a classe trabalhadora, a exemplo das intervenções do governo ditatorial nos sindicatos (SILVA, 2014).

Para os militares, uma das causas da instabilidade política antes de 1964 se devia não a defeitos e injustiças do sistema político brasileiro, mas à agitação subversiva provocada por certos políticos e líderes sindicais, que foram considerados subversivos⁵ e assim encararam a repressão do regime.

Dessa forma, a partir do golpe de 64, desencadeou-se uma série de preceitos para as eleições sindicais, criados com a finalidade de impedir que os representantes dos trabalhadores fossem eleitos diretamente para as diretorias dos sindicatos. Na vigência deste regime, o

⁵ Denominação pejorativa utilizada pelos militares para destacar àqueles que eram contrários ao regime

presidente Castello Branco⁶ promulgou uma lei em relação às atividades sindicais no país: o Decreto nº 229, de 2 de fevereiro de 1967. Nesta ótica, percebemos que regulamentava o “atestado de ideologia”⁷ nos sindicatos, assegurava a “passividade” dos sindicatos, completando, assim, o ciclo de intervenções no país (MATTOS, 1996).

Através deste decreto, os candidatos a cargos nos sindicatos teriam que prestar uma declaração de que zelaria pela fiel observância da Constituição Federal e das leis do país e que se comprometeriam a respeitar as autoridades constituídas e acatar as decisões delas emanadas; o Ministério do Trabalho e a Polícia Federal poderiam investigar todas as candidaturas; e, na tomada de posse, os novos dirigentes eleitos deveriam jurar novamente o respeito à Constituição e às leis (FERREIRA, 2012).

Além do decreto de inelegibilidade, definindo se o indivíduo seria elegível como candidato, a polícia mantinha o controle das eleições exigindo atestado ideológico, o qual era um documento com finalidade de controle durante a ditadura, sendo uma forma de afastar a oposição de posições públicas, sendo uma declaração das ideologias política e social do solicitante (PEREIRA, 2019).

Sobre este pretexto, foi comum que houvessem intervenções dos militares nos sindicatos, a exemplo de espionagem, prisões, torturas, campanhas de difamação, perseguições arbitrárias, censura e o incentivo à prática “peleguista”⁸ como tentativa de realizar um desmonte das lutas sindicais. Estes acontecimentos foram uma das formas de desmontar as mobilizações dos sindicalistas, que conseqüentemente tiveram reflexo em um desmonte das organizações dos trabalhadores.

Tomando como base este contexto histórico, era fundamental que os atores sociais, no caso os trabalhadores, adotassem novas práticas contrárias com o que estava presente com a implantação do regime. Ou seja, foi preciso demonstrar resistência a este cerceamento de

⁶ Humberto de Alencar Castello Branco, nascido em Fortaleza, em 20 de setembro de 1897. Foi eleito o vigésimo sexto presidente do Brasil no dia 11 de abril de 1964.

⁷ Levando-se em consideração que o Regime Civil Militar efetuava perseguições, foi comum que houvesse conflitos dentro dos sindicatos, uma vez que partidos de esquerda como o PCB e o PTB contavam com simpatizantes no meio sindical. Este “atestado ideológico” era uma forma de saber se os líderes sindicais mantinham ligação com a oposição.

⁸ O termo peleguista é uma alusão a “Pelego”, que foi utilizado para atribuir um tom de covarde a sindicalistas que ao invés de reivindicarem melhorias nas condições de emprego, preferiam se aliar ao patronato ou a partidos políticos e assim se submetiam a suas regras e interesses em troca de privilégios particulares. Na historiografia, temos exemplos de líderes sindicais que tinham proximidade com partidos políticos, a exemplo do PTB, os quais acabavam fazendo acordos interpessoais com os políticos, cujas benesses eram repassadas somente aos cabeças dos movimentos sindicais, sem levar em conta a vasta gama de trabalhadores. Era comum que em meio a isso houvesse uma estrutura hierárquica nos movimentos sindicais, antes mesmo de 64. Após 64, as intervenções dos militares visavam manter este modelo para silenciar as demais greves trabalhadores. Sugestão de leitura: Ângela Castro Gomes.

liberdade e intervenções dos militares nas escolhas de líderes sindicais e, ao mesmo tempo, em fazer oposição as práticas peleguistas e corporativistas⁹ que estavam presentes na estrutura sindical. Por este aspecto, a estrutura sindical iniciada pós-64 foi entendida como “velhos sindicalistas”, sem mostrar um caráter combativo e favorável aos trabalhadores. Era preciso mudar a forma de atuação dos sindicatos.

Nestes discursos, a crítica ao sindicalismo praticado até então, principalmente ao modelo pré-64, é de que este seria desprovido de representatividade diante da classe trabalhadora, cupulista, partidarizado, estatista e dominado por pelegos, estando em clara oposição ao “novo sindicalismo” (SOUZA, 2016, p. 28).

Uma vez que as intervenções nos sindicatos visavam colocar na direção desses grupos os quais eram chamados de “pelegos”, que se alinhavam com o patronato, em oposição a classe trabalhadora, pode-se afirmar que esta postura crítica e combativa por parte dos trabalhadores sindicalistas através de greves, mobilizações e deposição da antiga diretoria; representam novas práticas, sendo compreendidas por historiadores sociais como elementos de transição que marcam a passagem do tempo “velhos sindicalistas” para a terminação do “Novo Sindicalismo”.

A tarefa dos sindicalistas “combativos” era, portanto, a um só tempo, criticar as posições do PCB no passado e combater suas propostas no presente. Nesta lógica, ressaltava-se que o movimento que despontava era formado por sindicalistas “puros”, trabalhadores “genuínos”, a partir das lutas da base por eles organizadas. (...) Mais do que uma superação, o “novo” movimento sindical deveria ser a negação pura e simples do que o PCB realizava no presente e do que, junto ao “sindicalismo populista”, havia realizado antes de 1964. A luta do presente trazia, assim, o passado como referência e instrumento na disputa (SANTANA, 1999, p. 104, 105).

Ou seja, esta mudança que ocorreu no seio da organização sindical foi de grande importância para a própria “sobrevivência” da classe trabalhadora. Portanto, entendemos como “Novo Sindicalismo” este modelo de sindicato combativo e resistente formado pelos trabalhadores, que buscava dar representatividade a própria classe trabalhadora. Assim, esta nova classe que despontava no “Novo Sindicalismo” realizou embates internos dentro da própria estrutura sindical, punindo e expulsando adeptos das antigas práticas peleguistas.

O período que marcou o começo da transição do Velho sindicalismo para o Novo foi a partir de 1979, na fase de redemocratização do regime, onde surgiram greves por todo o Brasil, de diferentes categorias, como os metalúrgicos, tecelões e diversos trabalhadores que mostravam à sua face através do sindicato combativo.

⁹ O sentido de corporativismo reside no entendimento da historiadora Ângela de Castro Gomes, na obra *Invenção do Trabalho*. O significado de um sindicato corporativista é aquele que mantém o interesse dos líderes, de um pequeno grupo, sem expandir ou levar em consideração os interesses da categoria. Foi comum que os líderes peleguistas adotassem como prática o corporativismo para poder se alinhar aos interesses dos patrões e assim obter privilégios dentro da estrutura, porém sem expandir estas conquistas para os demais.

Entre 1979-1985, os movimentos sindicais foram de grande importância no final do Regime para garantir às lutas sociais por direitos, onde no início de 1984, o país viveu um novo movimento social a partir do advento da ditadura, resultando em várias mobilizações de pessoas as quais se reuniam em estados diferentes, todos movidos pelo desejo de mudança, onde, juntamente com a volta das eleições para Presidente da República vieram artistas e trabalhadores os quais cantavam em comemoração pela volta da democracia (PORFÍRIO, 2015).

Trazendo estas manifestações deste modelo de sindicato para o Estado de Pernambuco e levando em consideração os professores, Cícero Albuquerque de Souza (2016), em sua dissertação de Mestrado intitulada de *Retratos de Professores: Associativismo Docente em Pernambuco (1979-1982)*, cita que

Em Pernambuco, no ano de 1979 diversos grupos de trabalhadores reagiram contra a desvalorização dos salários, as precárias condições de trabalho e o elevado custo de vida, como também protestavam por mudanças no campo da política nacional. Agora, operários, motoristas, bancários, professores da rede privada discutiam, mobilizavam-se e por vezes decretavam greves junto as suas respectivas categorias, mesmo sem o apoio das lideranças (SOUZA, 2016, p. 134).

Por este aspecto, foi vista a necessidade de aprofundamento nestes fatos, ampliando os estudos sobre o movimento dos Professores da Rede Estadual de Ensino. Ao incrementar, nesta pesquisa, a categoria dos professores da rede pública, encontramos uma relação de interesses comum das duas categorias nas greves iniciadas em 1979, como por exemplo: questões salariais, gratificações, eleições diretas para diretor de escola pública. Além desses interesses visados pela categoria em caráter profissional, havia também uma preocupação quanto à situação do Brasil, tendo os professores também reivindicados, em suas manifestações, eleições diretas para Presidente da República e o combate à vigilância policial presente nos sindicatos (GUIMARÃES, 2011; FERREIRA, 2012).

Esta relação de cooperação, tendo em vista que possuíam experiências e fatores culturais em comuns. Neste ato de se solidarizar com o movimento do colega da rede particular (e vice-versa), os professores estiveram presentes nas vigílias e passeatas durante as greves das categorias. De acordo com Thompson (1987), podemos colocá-los como indivíduos da mesma classe, cuja obra *Formação da Classe Operária Inglesa* (1987) define classe como:

Por classe, entendo um fenômeno histórico que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma “estrutura” nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas (THOMPSON, 1987, p.09).

Esta definição nos mostra que a classe vai além da força de trabalho que é desenvolvida por um grupo, mas sim como um fator ligado à sua identidade. Esta definição adentrando aspecto cultural dos atores sociais envolvidos nas greves no que tange ao seu cotidiano, as suas experiências partilhadas em comum e sua identificação como um grupo que era explorado e tinha seus direitos não cumpridos, restando-lhes se agregar entre eles e o sindicato para fazer greves e lutas sociais por direitos. Assim escolhemos como eixo teórico para esta pesquisa a História Social, uma vez que compreendemos este fenômeno, de acordo com Thompson (1987), como uma *consciência de classe* que uniu os professores das redes de ensino público e de particular, nesta luta, demonstrado por Thompson:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus (THOMPSON, 1987, p.11-12).

Para realização dessa pesquisa, tomaremos inicialmente como base metodológica a consulta documental dos arquivos, dos quais se fazem presentes em acervos do SINPRO e da APENOPE. Esta, após a Constituição de 1988, que permitiu a criação de sindicatos por servidores públicos, foi transformada em Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Pernambuco - SINTEPE. Segundo Arlette Farge (1985):

O Arquivo é uma brecha nos tecidos dos dias, a visão retraída de um fato inesperado. Nele, tudo se focaliza em alguns instantes de vida de personagens em comuns, raramente visitados pela história, a não ser que um dia decidam se unir em massa e construir aquilo que mais tarde se chamará história (FARGE, 1985, p.14).

Muitos docentes da rede particular de ensino quando eram demitidos, recorriam à Justiça do Trabalho visando uma negociação, onde no período entre 1979 a 1985 houve a expansão do número de litígios trabalhistas, os quais estão presentes atualmente no Memorial da Justiça do Trabalho de Pernambuco. Com base nestes fatores, constatamos que o SINPRO e a APENOPE sempre colocavam advogados à disposição dos professores que não tinham condições financeiras (SILVA, 2014).

Por fim, nesta pesquisa, iremos recorrer a metodologia da História Oral, tendo selecionado alguns professores, líderes sindicais e simpatizantes dos grevistas que estiveram presentes naquelas movimentações aqui analisadas. A utilização da oralidade ganhou força entre os historiadores com a terceira geração da Escola dos Analles, sendo notado que o papel do Testemunho pode ser de grande importância para compreensão do passado (ZALGELMI, 2016).

Quando trazida para análise e compreensão dos movimentos sociais, a exemplo dos sindicatos grevistas, tais informações são carregadas de significados envolvendo as minúcias desse universo “visto deixo”, dando voz a indivíduos desprestigiados economicamente e que foram em busca de reivindicações sociais:

A luta política é também uma luta simbólica, na qual as mobilizações da sociedade civil despontam como novo argumento no interior da política representativa, colocando questões, intervindo na produção de acontecimentos e dando novas formas às relações de poder. Diante dessa tendência, a publicação das pesquisas pode ser elemento significativo na elaboração do modo como a sociedade e o campo institucional percebem os movimentos, delimitando suas possibilidades de conquistas (ZALGELMI, 2016, p.139)

Devido a este aspecto, foi realizado um estudo baseado nas práticas dos historiadores franceses Lucien Febvre¹⁰ e Marc Bloch¹¹, os quais em 1929 fundaram o grupo que viria a ser conhecido como Escola dos Annales, buscando aproximar os fatos históricos das ciências sociais (CASTRO, 1997).

A prática historiográfica alterou-se significativamente nas décadas finais do século xx. Na França, a terceira geração dos Annales realizou deslocamentos que, sem negar a relevância das questões de ordem estrutural perceptíveis na longa duração, nem a pertinência dos estudos de natureza econômica e demográfica levados a efeito a partir de fontes passíveis de tratamento estatístico, propunha "novos objetos, problemas e abordagens" (PINSKY et al., 2005. p. 112).

Desta forma representando uma abordagem mais vasta, um novo meio de fazer história, inserindo teorias utilizando novos conceitos, fugindo do ponto de vista de quem procurava ditar a história por meio de estratégias de apreensão em massa (REIS, 2004).

Os aportes analíticos provenientes de outras Ciências Humanas, como a Sociologia, a Psicanálise, a Antropologia, a Linguística e a Semiótica, ao mesmo tempo em que incentivavam a interdisciplinaridade e traziam contribuições metodológicas importantes, forçavam o historiador a refletir sobre as fronteiras da sua própria disciplina, cada vez mais difíceis de precisar (PINSKY et al., 2005. p. 112).

Por meio destas práticas, é destacado que o intuito ao longo da pesquisa será expor como estes profissionais da educação resistiam e lutavam em meio aquele contexto, sendo estas entrevistas fundamentais para o trabalho.

Com novas possibilidades, proporcionadas pela abertura de metodologias das ciências sociais, criando uma nova visão dos acontecimentos históricos, o desenvolvimento foi realizado em três capítulos.

O **primeiro capítulo** será intitulado de *Órgãos representantes de classe dos Professores em Pernambuco: APENOPE e SINPRO/PE*. Pretendemos expor o histórico desses dois

¹⁰ Lucien Paul Victor Febvre, nascido na França, em 22 de julho de 1878, foi um historiador modernista. Fundando a "Revue des Annales".

¹¹ Marc Léopold Benjamin Bloch, nascido na França em 6 de julho de 1886, foi um famoso historiador francês, co-fundador da Escola dos Annales.

sindicatos e a sua contextualização histórica. Assim como também iremos buscar uma conceituação para definir o que entendemos como Novo Sindicalismo. Neste capítulo também faremos uma abordagem histórica acerca do nosso contexto histórico selecionado, bem como do período em que Vargas governou o país, à fim de introduzir o leitor no entendimento da origem do processo de sindicalização, bem como no que a historiografia compreende como sindicalismo combativo.

Já o **segundo capítulo** terá como objetivo analisar o contexto grevista entre 1979- 1985. Chamaremos ele de *Lutas e Resistência: Professores de Pernambuco reivindicam seus direitos*. Neste item, apresentaremos o Novo Sindicalismo em Pernambuco, destacando as atuações do SINPRO/PE e APENOPE nas reivindicações dos professores. Apresentaremos a maneira de como se organizavam, como eram as estruturas dessas instituições nesse período as dificuldades enfrentadas, as perseguições sofridas, difamações midiáticas e as conquistas obtidas. Para obter tais informações, iremos recorrer a documentações privadas e a análise de periódicos

Guardaremos para o **terceiro capítulo** apresentar as entrevistas com os professores, uma vez que consideramos importante observar este movimento com base nas informações e testemunhos dos mesmos. Enquanto no segundo capítulo houve um foco em periódicos, o terceiro procura enfatizar as entrevistas e depoimentos, enquanto cruzaremos as informações com dados bibliográficos, realizando uma síntese do trabalho. Chamaremos o **último capítulo** de *Entre Salas de Aulas e Memórias: Relatos de uma história de luta*.

CAPÍTULO 1: ÓRGÃOS REPRESENTANTES DE CLASSE DOS PROFESSORES EM PERNAMBUCO: APENOPE E SINPRO/PE.

O ano de 1979 foi um fator de extrema importância para a história do sindicalismo pernambucano, uma vez que retomou as atividades grevistas no Estado e assim tornou pública a existência do “Novo sindicalismo” ao abrir um “ciclo de greves” no Estado, ao deflagrar uma série de reivindicações sociais, políticas e econômicas dos trabalhadores pernambucanos. Pode-se dizer, portanto, que era uma luta que adentrava nas esferas sociais, econômicas, trabalhistas e política dos trabalhadores (SOUZA, 2016).

Consideramos importante iniciar a dissertação fazendo referência ao SINPRO/PE e a APENOPE, para que possamos, no decorrer da pesquisa, mostrar como eles foram importantes para os docentes da rede de ensino durante a atuação do Novo Sindicalismo combativo no Estado de Pernambuco. Neste capítulo da dissertação, iremos abordar também o contexto histórico no qual estes órgãos surgiram: a era varguista, do SINPRO e o Novo Sindicalismo, no caso da então APENOPE (ANTUNES, 2003).

Quando falamos do SINPRO/PE e da APENOPE falamos de grupos ligados ao movimento sindical, os quais representam o interesse de uma categoria na luta contra as relações desiguais na sociedade capitalista. Por este motivo, atribuem-se a estes órgãos o sentido de serem representantes de classe. De acordo com Antunes:

A atuação dos sindicatos baseia-se nas lutas cotidianas da classe operária. Mas além disso, os sindicatos constituem-se também força organizadora da classe operária na luta pela supressão do sistema de trabalho assalariado. Deve ser considerado como centro de organização dos operários visando sua emancipação econômica, social e política. (ANTUNES, 2003, p.12).

Demonstrando que, apesar do período de repressão com os operários, os sindicatos demonstravam um meio para que pudessem se juntar e trabalhar em prol do bem comum, sendo o grande símbolo da luta em meio às greves e manifestações.

1.1 O SINPRO/PE

A partir do conceito da historiografia, pode ser definido que a história em si é um processo no qual os acontecimentos se desenrolam e criam uma linha de fatores essenciais para o desenvolvimento humano, fatos estes que precisam ser documentados e apresentados por

meio da historiografia, que de acordo com José Honório Rodrigues¹² é a "história da história" (FREIXO, 2011).

A História é um processo de construção permanente. Processo marcado por temporalidades e delimitações espaciais. Processo construído por sujeitos individuais e sujeitos coletivos. Dinâmica complexa, que envolve ideologias, cultura, vida provada, ações públicas, representações, imaginários, lutas, reações, resistências, valores, instituições, entre múltiplas variáveis que constituem a complexa rede da inserção do homem na vida em comunidade através do tempo (FERREIRA e DELGADO, 2003, p. 129).

Devido a isso, se demonstra de grande importância preservar e analisar os registros históricos gerados por tais acontecimentos durante o passar do tempo, enquanto de acordo com os princípios da Escola de Annales, realizar a análise com um ponto de vista que demonstre a história da forma que realmente ocorreu, prezando pela fidelidade aos fatores representados.

A partir desta definição, o histórico do movimento sindical brasileiro possui suas raízes no século XIX, com a fundação das primeiras indústrias no Brasil, onde no começo do século XX, a chegada de imigrantes estrangeiros e a constante transformação no cenário industrial brasileiro contribuíram para o crescimento de grupos sindicais. Através do movimento operário brasileiro, podemos encontrar os primeiros sindicatos que participaram de greves e conflitos constantes como forma de representar os trabalhadores, sendo assim, devido ao aumento de setores e atividades terciárias, o sindicato não mais esteve restrito ao operariado, mas também presente em outras profissões e atividades (SILVA, 2014).

Na Primeira República (1889-1930), que abrange os governos dos militares Marechal Deodoro¹³ e Floriano Peixoto¹⁴, a política oligárquica de grupos majoritários no cenário nacional era conhecida como “república do café com leite”, onde o governo brasileiro atuou de forma liberal em relação às organizações sindicais, não havendo uma legislação específica e regulamentadora. Por este motivo, os problemas nos sindicatos passaram a ser chamados de “casos de polícia” até que houvesse uma legislação específica que tratasse da sindicalização.

Esta mudança começou a ocorrer a partir da Era Vargas (1930-1945), com a presença cada vez mais forte do governo na vida associativa dos trabalhadores, definindo um sindicato corporativo pelas características de inspiração em uma clara visão de classes, onde não havia uma participação direta e significativa por parte dos trabalhadores e sendo movido

¹² José Honório Rodrigues, nascido no Rio de Janeiro em 20 de setembro de 1913, foi um historiador brasileiro, autor da obra *Civilização Holandesa no Brasil*, recebendo o prêmio de erudição da Academia Brasileira de Letras em 1943.

¹³ Assumindo em 1891, por meio de sufrágio indireto, renunciando em 23 de novembro de 1891.

¹⁴ Eleito juntamente a Deodoro como vice-presidente em 1891, tornando-se presidente quando Deodoro renuncia em novembro de 1891.

principalmente pelo imposto sindical e o Ministério do Trabalho.

Por outro lado, a convicção de que o operariado brasileiro era "imaturo" e "fraco" levava os donos do poder a considerarem-no presa fácil do arbótrio patronal. Acreditavam ainda que inexperiência e espoliação ofereciam às esquerdas oportunidades para tramarem lutas espúrias. Assim, carecia resguardar o trabalhador tanto da luta de classes quanto da exploração capitalista. Portanto o ideal seria tutelá-lo via Ministério do Trabalho (FERREIRA e DELGADO, 2003, p. 50).

Sendo assim, de acordo com Ângela de Castro Gomes em sua obra *A invenção do Trabalhismo* (2005), o contexto exigia uma nova visão do estado para as entidades sindicais:

O sindicalismo, não só no Brasil como no mundo, nascera como um agrupamento pacífico de defesa dos trabalhadores. Foram sempre os agitadores internacionalistas que o desvirtuaram de seus fins, pregando a combatividade e a luta de classes. Portanto, por nosso próprio passado, éramos avessos ao espírito violento do sindicalismo soreliano que procurava defender o trabalho e o trabalhador pela agitação grevista antipatriótica e anticapitalista. O sindicato, nesta concepção, transformava-se em instrumento de guerra social, não se reconhecendo a viabilidade de um equilíbrio justo entre capital e trabalho, entre Estado e indivíduo. (GOMES, 2005, p. 258).

Para entender esta nova política em relação aos trabalhadores e sindicatos, é necessário ter em mente que, longe de ser uma atitude ingênua e desinteressada, ela fez parte do modelo de um “Estado corporativista” posto em prática no país a partir do seu primeiro governo (SANTANA, 1999).

Podemos caracterizar este corporativismo como uma forma que o estado visava substituir as organizações políticas da política liberal por novas organizações que produzissem o “consenso” ou a “harmonia social”, sempre ligadas ao Estado. Este modelo corporativista varguista bebeu do pensamento de muitos tenentes e intelectuais autoritários, desde o início da década de 1920. Com a subida de Vargas ao poder, o país passou a ser conduzido pelo projeto destes grupos (RODRIGUES, 1986).

Quando este modelo corporativista se faz presente nas relações trabalhistas, podemos chamá-lo de trabalhismo, o qual reflete uma “ideologia política, tão cuidadosamente estruturada, tendo fortes e sólidos apoios nas políticas públicas desenvolvidas por vários ministérios de Vargas” (GOMES, 2005, p. 14).

O trabalhismo pode ser compreendido como um modelo político e ideológico representando o controle do Estado para com as relações sindicais, na forma que desse a entender que o Estado estaria dando os direitos aos trabalhadores, como se fosse um “presente”, de Getúlio a classe trabalhadora. Por fazer parte de um projeto autoritário de governo, a outorga era uma estratégia que:

Impede o uso da força, necessária quando a conquista precisa ser empreendida. É a outorga que remove o conflito e torna possível a construção de uma sociedade harmônica. O Presidente, ao doar generosamente, estava igualmente cumprindo um dever desse estado, que era o de garantir a justiça social (GOMES, 2005, p. 227.)

Ou seja, o trabalhismo foi uma proposta desenvolvida pelo Estado Novo com objetivo de controlar os trabalhadores através da sindicalização, afinal, “Para aqueles envolvidos neste esforço, tratava-se de difundir o espírito do corporativismo, o que ocorria exatamente quando suas normas estavam completamente formuladas”. (GOMES, 2005, p. 253).

Para que a implantação do corporativismo fosse viável, Vargas assumia a função de árbitro entre o interesse desses grupos sociais. Compondo a maioria, os trabalhadores teriam suas atividades políticas e sindicais controladas pelas leis governamentais. Munidos de tal garantia, os representantes do empresariado se mostravam dispostos a arcar com os vários custos que a legislação trabalhista produziria ao longo do tempo (SANTANA, 1999).

Compreendemos a Era Vargas¹⁵ como sendo dividida em 3 etapas: 1930-1934, da chegada ao poder; a etapa constitucional, de 1934 a 1937, e, por fim, o Estado Novo, entre 1937-1945.

Na primeira etapa, a atuação do novo governo nos sindicatos se deu em 19 março de 1931, por meio do Decreto nº 19.770, conhecido como a Lei de Sindicalização, a qual impunha que os sindicatos só entrariam em funcionamento a partir da aprovação oficial.

Além disso, esses espaços de organização da causa trabalhista deveriam contar com 2/3 de filiados nascidos no Brasil. Com isso, o governo afastaria a participação dos vários trabalhadores imigrantes que disseminavam os ideais socialistas e anarquistas em tais instituições (RODRIGUES, 1986).

A instituição das leis sindicais no país, isto é, a montagem do sindicalismo de Estado, esteve diretamente ligada à política de “corporativismo inclusivo” lançada pelo governo brasileiro pós-30. A ideia do presidente Vargas era inaugurar uma nova atitude do Estado brasileiro em relação à classe trabalhadora e aos sindicatos. Se, como mencionado na Primeira República, o governo atuou com intensa “repressão” e sob uma forma “liberal” em relação à organização sindical, a partir de 1930, na ideologia trabalhista, os sindicatos passaram a ser um elemento de “colaboração” do Estado, quase como uma “agência governamental”.

Através dessa lei podemos perceber mais claramente a orientação e a preocupação do novo governo na organização sindical propriamente dita. Segundo Gomes (2005), “Seu objetivo evidente era o combate a toda organização que permanecesse independente, bem como a todas as lideranças socialistas, comunistas, anarquistas etc. definidas como capazes de articular movimentos de protesto contra a nova ordem institucional” (GOMES, 2005, p.169).

Esta montagem do sindicato *trabalhista* é destacada por Gomes (2005) ao notar que:

¹⁵ Período em que Getúlio Vargas governou o país, abrangendo a Revolução de 30, período constitucional e Estado Novo.

Defender a ampliação dos efetivos sindicais, esclarecer que o trabalhador devia procurar o sindicato, pois só assim receberia assistência jurídica e médica, treinar líderes que, como bons administradores, também compreendessem o espírito da legislação sindical e social, tudo isto constituía a parte pragmática de uma política mais global de afirmação do corporativismo. (GOMES, 2005, p. 253).

Sintetizando o regime varguista e o processo de reconhecimento dos sindicatos: o governo procurou lançar as bases de um sindicalismo oficial no país, entre (1930-1934). Com essas providências, o controle sobre a atividade estatal transformou vários dos sindicatos em locais nos quais a disciplina e a cooperação davam lugar a lutas e ao debate de ideias. O trabalhador deveria se reconhecer enquanto parte integrante de um sistema que funcionava em prol do desenvolvimento e da modernização do país. O período da primeira etapa da Era Vargas foi marcado pela criação do MTIC – Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio – órgão responsável pelo controle sobre dos sindicatos, e pela promulgação do Decreto nº 19.770 que limitou a forma e o campo de atuação dos sindicatos brasileiros.

A segunda Etapa da Era Vargas (1934 e 1937) foi marcada pela instituição do Decreto nº 24.694, quando o presidente Getúlio Vargas, pressionado pelo breve período de normalidade institucional do país, erigiu a “autonomia” e a “pluralidade” sindical em preceitos constitucionais, embora uma e outra fossem atenuadas por portarias federais de sentido contrário.

Por fim, na terceira etapa da Era Vargas que também foi conhecida como Estado Novo (1937-1943), foi inaugurada pela Constituição de 1937 – de matriz fascista – seguida pela promulgação da “nova lei de sindicalização” (que retomou vários pontos do Decreto nº 19.770 dando-lhe uma feição mais autoritária) e encerrada com instituição da CLT em 1943. Com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o governo Vargas fechava um ciclo em que as questões do trabalho e do capital eram deixadas ao jogo livre das forças do mercado (1891-1919) ou sofriam apenas moderadas ações do Estado (1919-1930).

Assim, o governo Vargas fechava um ciclo em que as questões do trabalho e do capital eram deixadas ao jogo livre das forças do mercado (1891-1919) ou sofriam apenas moderadas ações do Estado (1919-1930), onde inaugurava uma nova atitude do governo em relação ao capital e à classe trabalhadora (GARCIA, 1982).

Foi justamente no período varguista que houve o florescimento do sindicato urbano das mais variadas profissões, na qual encontramos o SINPRO/PE. Com o advento do Novo Sindicalismo, como uma característica geral presente nas entidades sindicais a partir da década de 70, em 02 de dezembro de 1977, o SINPRO/PE passou a se denominar Sindicato dos Professores no Estado de Pernambuco, ampliando a sua área de representação aos professores do ensino privado superior.

1.2 SINPRO/PE: O Período Embrionário (1940-1945)

No início deste período que ocorre a fundação da instituição que futuramente viria a ser o SINPRO/PE, depois de muita luta, manifestações e requerimentos feitos pelos direitos dos professores, englobando e representando os profissionais de educação pernambucanos, como pode ser visto na autobiografia em seu site:

É no meio dessa efervescência político-ideológica de ordem externa e interna, que um grupo de professores de tradicionais colégios católicos da cidade do Recife, organizaram em fins de 1939 e início dos anos 40, a Associação Profissional dos Professores do Ensino Secundário e Primário da Rede Particular do Recife. Surgia assim, o embrião do SINPRO-PERNAMBUCO, cuja Carta Sindical foi concedida pelo Ministério do Trabalho em 21 de julho de 1945, com a denominação de Sindicato dos Professores do Ensino Secundário e Primário no Estado de Pernambuco. Só em 02 de dezembro de 1977 é que passa a denominar-se Sindicato dos Professores no Estado de Pernambuco, ampliando a sua área de representação aos professores do ensino privado superior (SINPRO-PERNAMBUCO, 2020).

Tendo em vista a reflexão crítico-historiográfica que o historiador deve ter ao analisar a documentação, sobretudo um discurso autobiográfico vindo de um grupo, podemos perceber a narrativa presente da luta de classes e associações dos professores propriamente dita. Tal elemento nos aproxima da concepção de Thompson sobre a consciência de classe, cujos membros do SINPRO/PE ao se filiarem ao sindicato tinham o entendimento de lutarem para diminuir as dificuldades socioeconômicas na qual passavam muitos professores (SINPRO-PERNAMBUCO, 2020).

Chegando aos tempos atuais, a história da organização pode ser definida por momentos de grande adaptação, liderando a primeira greve nacional dos professores, com uma luta em comum por um salário digno, exigindo valorização da função em território brasileiro.

1.2.1 A carta constitutiva e o Sindicato dos Professores do Ensino Secundário e Primário no Estado de Pernambuco.

No ano de 1945 o presente grupo tem a sua carta constitutiva concebida pelo Ministério do trabalho, passando a se chamar Sindicato dos Professores de Ensino Primário no Estado de Pernambuco, cuja Carta Sindical foi concedida pelo Ministério do Trabalho em 21 de julho de 1945, com a denominação de Sindicato dos Professores do Ensino Secundário e Primário no Estado de Pernambuco. Naquele período de formação do SINPRO/PE, o debate permeava mais a respeito de lutar pelos interesses dos professores, de servir como um núcleo organizado que viesse a dar voz aos docentes da rede particular de ensino (RODRIGUES, 1986).

No final da década de 40, a luta dos professores primários fez o envio do projeto que é tido como a primeira lei de bases e diretrizes nacionais, destacando a influência da Confederação Nacional dos Professores.

Na década de 50, no chamado período da redemocratização do país após o fim do Estado Novo, liderou a partir de Pernambuco a primeira greve nacional dos professores do Ensino Privado organizada pela Confederação Nacional dos Professores, em luta por um piso salarial nacional, reconhecimento da profissão e melhores condições de trabalho (SINPRO-PERNAMBUCO, 2020, p. 1).

Como é demonstrado por este trecho, este órgão foi responsável por convocar a primeira greve estadual dos professores no Brasil, contando com a participação do SINPRO/PE em Pernambuco.

1.2.2 A denominação atual do SINPRO/PE.

Entrando no Regime Civil Militar, falando sobre os movimentos que abordam as liberdades civis, individuais e trabalhistas, muitos professores se manifestaram pelos seus direitos, até que no ano de 1977, o Sindicato dos Professores do Ensino Secundário e Primário no Estado de Pernambuco passa ser denominado de Sindicato dos Professores no Estado de Pernambuco, SINPRO/PE, devido a isto, esse sindicato amplia a sua área de representação aos professores do ensino privado e superior (MATTOS, 1996).

A partir da mudança de nome para o SINPRO/PE, podemos encontrar inúmeras referências no advento do Novo Sindicalismo, especialmente em periódicos e matérias de jornais que tratam o SINPRO/PE na organização das greves, que será objeto de estudo do próximo capítulo (SINPRO-PERNAMBUCO, 2020).

Contudo, a literatura documental e bibliográfica do SINPRO/PE de sua história até o regime militar é escassa, visto que há pouca produção acadêmica e poucas atas que possam fazer alusão ao período, onde, conforme apresentado na introdução deste trabalho, por volta do ano de 1979, o Brasil presenciou um cenário de greves que assolaram o país. Muitas dessas greves em suas reivindicações iam além de questões trabalhistas, mas também como um protesto ao Estado brasileiro.

1.2.3 O Novo Sindicalismo Brasileiro

Como citado neste trabalho, a institucionalização do movimento sindical se deu com a lei de sindicalização de Vargas, percorrendo a linha do tempo em seu governo conforme apresentado no item acima. Após a saída de Getúlio Vargas, entre os anos de 1945 a 1964, o sindicato brasileiro passou a apresentar suas características específicas.

Situando o termo, o novo sindicalismo foi utilizado inicialmente na Inglaterra, com a passagem do sindicalismo tradicional para o industrial, já no Brasil serviu como título do movimento de luta de classes durante o período da ditadura, com um grande número de operários que gerou uma mobilização social em revolta às práticas dos sindicatos tradicionais (FAVARETO, 2006).

Citando também sobre o sindicalismo rural, por meio da Cartilha do trabalhador do campo, de Francisco Julião¹⁶, onde pode ser visto um movimento com bases muito semelhantes:

Está na hora de conversar contigo, trabalhador do campo, diarista, tarefeiro, limpador de mato, cortador de cana, cuidador de gado, rendeiro, vaqueiro e dono de meio palmo de terra. Há muitos anos a minha conversa foi com o foreiro, o oiteiro, o meeiro, que lidavam de sol a sol, sujeitos a tudo e sem direito a nada. Aquela conversa começou em 40, mas só em 45 pude dar o primeiro grito contra o CAMBÃO. Dez anos depois, em 55, nasce a primeira Liga, ali na Galileia, com o velho Zezé à frente. O camponês pobre, sem terra, foi tomando chegada. No começo, desconfiado, e até com medo. Perguntando: “É de lei? ”. E a gente respondendo: “É de lei”. Foi assim que a Liga cresceu e se multiplicou. Espalhou-se pela Zona da Mata e pelo Agreste. Depois pela Paraíba, o Rio Grande do Norte e as Alagoas. Finalmente, pelo Brasil. É das entranhas da Liga que nasce o Sindicato. Ali pelo ano de 61. Depois do grande Congresso Nacional Camponês, em Belo Horizonte. A Liga cumpriu o seu papel. Deu heróis e deu mártires. Passou para a História. Mas aí está o Sindicato. (FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO, 1981 apud PORFÍRIO, 2015, p.621).

Onde, na cartilha, existe um chamado para que os trabalhadores venham a frente e criem os sindicatos, convocando familiares e amigos numa organização pela garantia de direitos, do "salário mínimo, do repouso semanal remunerado, do décimo terceiro, das férias, da assistência médica e dentária, da escola para os filhos, da aposentadoria, do direito à greve e da terra para trabalhar" (PORFÍRIO, 2015, p. 7).

Demonstrando, por meio deste trecho, a construção de um discurso o qual afirma as conquistas possíveis por meio de uma mobilização sindical, exemplificando as várias faces deste movimento, onde a luta pelos direitos era constante, em vários locais da sociedade.

Enquanto isso, durante este período, os sindicatos passaram a utilizar o “sindicalismo populista”, visto que os partidos políticos adentrados nesta estrutura procura alinhá-los ideologicamente com os governantes, de modo que houvesse um aparelhamento interno em sua estrutura.

Compreender o sindicalismo brasileiro entre os anos de 1945 e 1964 é entender a atuação do PCB e do PTB, dois partidos que desempenharam papel central na direção dos sindicatos, condução das greves, relação com os trabalhadores, enfim, na vida política, naquele período (SANTANA, 2001, p. 11).

¹⁶ Francisco Julião Arruda de Paula, nascido em 16 de fevereiro de 1915, ingressando no Partido Republicano em 1945, foi uma forte presença para o início do movimento dos trabalhadores do campo, com seu primeiro livro, Cachaça, lançado em 1951.

Destarte, percebemos as seguintes características que definiam os sindicatos brasileiros, como os privilégios das Federações e Confederações, enquanto os líderes sindicais mais ativos contra as mudanças foram afastados, assim como o aumento da disparidade entre as necessidades dos trabalhadores e as ações do governo em assuntos como reajustes de salário e condições de trabalho. Se tornando uma limitação aos trabalhadores de instituições estatais, diminuindo também, conseqüentemente, as possibilidades das empresas privadas, tornando o foco para o estado ao invés dos trabalhadores os quais os mesmos deveriam representar.

Para os novos sindicalistas, houve, por parte da “velha guarda”, abandono de suas bases sindicais. Elas teriam se acomodado àquela estrutura corporativista descuidando da organização nos locais de trabalho e escolhendo uma estratégia de acordos com os empresários e/ou as elites políticas, como via de atendimento às suas reivindicações. Em outras palavras, teriam aceito a cartilha populista imposta pelo trabalhismo.

Com a vigência do Regime Civil Militar pós- 64, as organizações sindicais além de enfrentarem estes problemas interno, contaram ainda com a repressão do regime militar.

Os militares, após a vigência do AI-1 podiam pôr em prática o seu projeto de cassações a políticos, bem como a perseguições a líderes sindicais ditos (por eles) “subversivos”, que na visão dos golpistas eram vistos, como a principal causa da instabilidade política antes de 1964. Para aprimorar este projeto, chamado por Maria Helena M. Alves de “operação limpeza” foi baixado o Decreto-lei nº 53.897, de 27 de abril de 1964, instituindo os IPM¹⁷.

Isto trouxe reflexos negativos para os sindicatos. No que diz respeito aos movimentos sindicais, a partir do golpe desencadeou-se uma série de preceitos para as eleições sindicais, criados com a finalidade de impedir que os representantes dos trabalhadores fossem eleitos diretamente para as diretorias dos sindicatos. A estrutura sindical e a legislação trabalhista, herdadas do fascismo do Estado Novo, dispensavam providências maiores por parte dos militares. Assim, a forma encontrada para combater líderes sindicais, foi as “intervenções”.

Nas palavras de Kenneth P. Erickson: “Alegando que a subversão causou a instabilidade política antes de 1964, o governo Castello Branco interveio nos sindicatos mais poderosos e politicamente ativos e expurgou seus líderes (ERICKSON, 1979, p. 209).

Ou seja, o afastamento de toda a diretoria de um determinado sindicato e a designação, pelo governo militar, de um representante para administrar aquele sindicato “sob intervenção”. Para Marcelo Badaró (1996) tratava-se, na maioria dos casos, de representantes dos antigos grupos dirigentes, desalojados dos cargos de direção das entidades pelas vitórias nas eleições sindicais dos militantes de esquerda ligados ao PCB e ao PTB, nos anos que antecederam ao golpe. Muitos tinham vínculos

¹⁷ ALVES. M. Maria Helena, op. Cit. (2005), capítulo 2.

com os círculos operários católicos e com as entidades ligadas ao sindicalismo estadunidense. Não tardariam, portanto, a se aglutinar, utilizando a máquina sindical, não para representar dignamente suas categorias, mas para concretizar dois objetivos centrais: apresentarem-se como ponto de apoio dos primeiros mandatários da “ditadura civil-militar” e caçar com esmero seus antigos adversários, agora taxados de perigosos subversivos.

Com todo este cenário, foi preciso que os sindicalistas adotassem uma outra postura que pudesse enfrentar não apenas o problema da perseguição dos militares, mas também das antigas práticas. Foi neste momento, a partir de 1979, que houve uma mudança na forma com que os líderes sindicais concebiam o movimento sindical, tendo em vista que muitas práticas de antigos líderes iam de encontro com a necessidade combativa e crítica adotada pelo perfil dos novos atores sociais: os trabalhadores em cena. Assim, esta fase do sindicalismo brasileiro ficou chamada de Novo Sindicalismo ou Sindicalismo Combativo (ANTUNES, 1991).

Essa mudança que começara a acontecer na estrutura sindical brasileira a partir de então se deve a, pelo menos, dois fatores, quais sejam: a própria mobilização fabril se levantando em oposição a direções sindicais afetas aos interesses do Estado, bem como a aproximação de dirigentes aos interesses e inquietações das bases (SILVA, 2014, p.46).

Este novo modelo de sindicato consistia em romper com a prática peleguista e corporativa que muitos dos sindicatos aparelhados pelos militares e partidos políticos tinham. Estas ideias se tornaram vigentes no contexto do regime civil-militar, atingindo inúmeros trabalhadores independente da classe com que eles pertenciam. Tais lutas, inicialmente, foram pela manutenção de direitos trabalhistas e com o tempo se expandiram (ANTUNES, 1991).

Já no início de 1973, quando os primeiros sinais de crise afloravam, o aparente privilégio das camadas médias começava a se desintegrar. E o que até então era o cotidiano do operariado industrial, ou seja, a super exploração do trabalho e o arrocho salarial, passou a atormentar e a fazer parte do dia-a-dia dos trabalhadores médios. Resultado: médicos, professores, bancários fizeram-se presentes através de paralisações que exigiam reposição salarial, melhores condições de trabalho e fim do arrocho salarial (ANTUNES, 1991, p. 135- 136).

Conforme pesquisadores do Novo sindicalismo, como Max Rodolfo Roque da Silva (2014), este novo movimento sindical teve origem em uma greve de metalúrgicos do ABC Paulista (Anexo A), no Estado de São Paulo. Segundo Silva, os integrantes deste sindicato estavam cansados da falta de iniciativa de seus representantes (os velhos sindicalistas) e assim resolveram manifestar suas insatisfações com situações econômicas que os atingiam durante o regime militar.

O lócus espaço-temporal de eclosão do movimento do Novo Sindicalismo é a região do ABC10 paulista durante os anos finais da década de 1970. É neste contexto que se

dá a ocorrência de greves e paralisações dos metalúrgicos, sobretudo da fábrica da Scania de São Bernardo do Campo, insatisfeitos não apenas com a política econômica desenvolvida durante o regime militar, mas sobretudo com a “acomodação” dos sindicatos aos interesses do governo, em detrimento das necessidades dos trabalhadores (SILVA, 2014, p.46).

Esta greve teve repercussão no sentido de ser noticiada em diversos jornais do país, apesar de estarmos na vigência dos militares no poder. Acreditamos que período de redemocratização e as ideias de abertura política, como a volta de exilados e a revogação do AI-5 em janeiro de 1979, foi fundamental para transformar este ano como o marco grevista do novo sindicalismo. Com isso, os movimentos sociais se sentiram mais livres para poder mostrar suas insatisfações, bem como a imprensa.

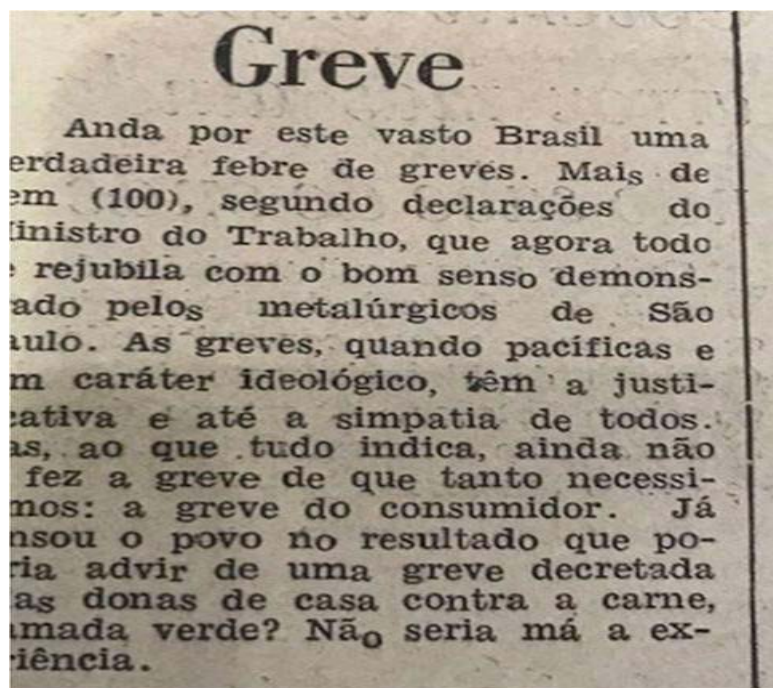
A palavra REDEMOCRATIZAÇÃO nos remete ao processo de restauração da democracia e do estado de direito em algum lugar geográfico, onde o mesmo havia sido extinguido. No caso brasileiro, a ditadura militar que governava o Brasil começava a dar sinais de enfraquecimentos no início da década de 70. O governo militar já não conseguia controlar a inflação, o aumento do déficit público fazia o país recorrer cada vez mais a empréstimos estrangeiros, o que causava desajustes sociais relevantes à sociedade. Além disso, os ventos da liberdade que começavam a varrer os corações e mentes ao redor do mundo naquele momento também começaram a soprar por aqui. Tanto que, em países próximos como a Argentina e o Chile, as ditaduras militares começavam a ruir (FRANZOI; DE MORAIS, 2014, p. 1).

E devido a oportunidade aberta por esse processo de abertura política, foi possível que um novo movimento, chamado de "Diretas já" fosse criado, sendo dirigido pelas cabeças da oposição ao governo. Esse movimento foi de natureza pacífica e recebeu um grande apoio, visto que lutava pelo direito de o povo eleger seu próprio presidente, o que não ocorria desde a eleição de Jânio Quadro em 1961. Nas ruas, as pessoas se juntavam gritando "um, dois, três, quatro, cinco mil, queremos eleger o presidente do Brasil" (FRANZOI; DE MORAIS, 2014).

De acordo com MATOS (2009), durante a década de 70 e 1980, as lutas empreendidas pelos trabalhadores através das greves vão continuar se dando de forma ainda mais intensa. Mais especificamente no fim do regime civil-militar, as reivindicações por reajuste salarial se tornam o “carro-chefe” dos movimentos grevistas, ao mesmo tempo, revestidos de um significado político, cuja importância as fazia romper com o mero sentido econômico que as motivava.

No Diário de Pernambuco, a greve dos metalúrgicos de São Bernardo foi noticiada em aspecto positivo, como de forma pacífica. Assim, os movimentos grevistas passaram a ser associados com as ideias de liberdades e lutas trabalhistas. Ao mesmo tempo, pelo âmbito das representações (CHARTIER, 2008), a alusão na matéria a “greve dos consumidores” refletia uma crítica ao preço da carne na época. Assim, percebemos que as matérias enfatizavam os movimentos grevistas e incentivavam, ainda que implícito, o caráter contestatório a situação econômica do Regime.

Figura 01: Repercussão no Jornal do Comércio a respeito da greve dos metalúrgicos em 1979.



Fonte: JORNAL DO COMMERCIO, 2020.

De acordo com a matéria (Figura 01), as greves estavam sendo recebidas e reconhecidas como movimentos necessários em vários pontos da sociedade na época, tomando como exemplo a iniciativa dos metalúrgicos, os quais conseguiram reconhecimento devido a suas manifestações.

Ainda sobre a matéria, é citado de forma que mais greves seriam necessárias, levando a extensão dos movimentos grevistas até as donas de casa, demonstrando uma clara insatisfação com as condições atuais da época e o poder dessa iniciativa.

Em diversos estados da federação estas ideias foram incentivando movimentos grevistas, onde temos como exemplo o Estado de Pernambuco.

No ano de 1979 diversos grupos de trabalhadores reagiram contra a desvalorização dos salários, as precárias condições de trabalho e o elevado custo de vida, como também protestavam por mudanças no campo da política nacional. Agora, operários, motoristas, bancários, professores da rede privada discutiam, mobilizavam-se e por vezes decretavam greves junto as suas respectivas categorias, mesmo sem o apoio das lideranças que até aquele momento estavam a frente dos sindicatos, mas muitas vezes adotavam posturas nitidamente pelegas (SOUZA, 2016, p. 134).

O ano de 1979 assumiu uma grande importância para os movimentos sindicalistas de Pernambuco, visto que se iniciou a retomada da atividade grevista em Pernambuco e assim tornou pública a existência do “Novo sindicalismo” nessa região, sendo um fator importante para a história do sindicalismo urbano de Pernambuco. Greves dos setores da indústria têxtil,

como a Companhia de Tecidos de Paulista e nos engenhos de Pernambuco, bem como os dos setores metalúrgicos, refletem o começo de uma nova série de lutas pela democratização, pois estes trabalhadores não queriam apenas participar como meros expectadores da vida política, mas sim como agentes atuantes, decisivos e transformadores, ou seja, como atores históricos imbuídos da vontade de imprimir a sua marca à luta pela democracia que se desenhava no país.

Através do entendimento de José Murilo de Carvalho (2008), em sua obra *Cidadania no Brasil – o longo caminho*, a cidadania na sociedade existe na dimensão de direitos civis, políticos e sociais. Ou seja, o período do final do regime militar nos mostram que os cidadãos não queriam apenas aumentos dos salários, mas também participação social e política no país. Com isso, o Novo Sindicalismo abre este diferencial para com as antigas mobilizações sociais que ocorreram em períodos anteriores.

Contextualizando Pernambuco, antes de 1964, o Estado era destaque no cenário nacional progressista. Atribuía-se isso ao fato de as esquerdas controlarem as três esferas de governo, com João Goulart¹⁸ no plano federal, Miguel Arraes¹⁹ no estadual e Pelópidas Silveira²⁰ na Prefeitura do Recife, além da presença de diversas pessoas de esquerda em outras áreas. Como foi o caso, por exemplo, do advogado Francisco Julião²¹, dos deputados Gregório Bezerra²² e Josué de Castro²³, do economista Celso Furtado²⁴, do educador Paulo Freire²⁵, só para citar alguns dentre outros tantos.

O que mais teria impactado os Pernambucanos progressistas foi a deposição de Miguel Arraes, o governador do Estado, eleito em 1962 e deposto em 1º de abril de 1964 pelo regime civil-militar. A alegação dos militares era de que Arraes, por estar ao lado de políticas sociais e progressistas, promovia a agitação social contra a ordem pública, sendo então este o motivo pelo qual a relação ao argumento dos militares sobre agitação provocada por “certos políticos e líderes sindicais”. Contudo, relatos desmentem a alegação de que Estado, no governo de Miguel Arraes, no pré-golpe, vivia um período de agitação subversiva e de convulsão social

¹⁸ João Belchior Marques Goulart, nascido no Rio Grande do Sul, no dia 1 de março de 1919, foi o vigésimo quarto presidente do Brasil, assumindo de 1961 a 1964.

¹⁹ Miguel Arraes de Alencar, nascido no Ceará, no dia 15 de dezembro de 1916, eleito governador de pernambuco em 1962.

²⁰ Pelópidas Silveira, nascido em Recife, no dia 15 de abril de 1915, reeleito em 1963 como prefeito do Recife.

²¹ Se tornou o nome de referência das Ligas Camponesas, foi eleito deputado federal por Pernambuco logo após ter sido deputado estadual pelo mesmo estado em 1962.

²² Do partido PCB, agindo como deputado em 1946, por Pernambuco, no PCB e um forte opositor a ditadura.

²³ Exerceu dois mandatos como Deputado federal eleito pelo Estado de Pernambuco entre 1946 e 1963.

²⁴ Em 1962, durante o governo de João Goulart, nomeado o primeiro ministro do planejamento do Brasil, idealizando o Plano Trienal, procurando também refrear o crescimento da inflação na época.

²⁵ Integrante do Partido dos Trabalhadores, sendo presidente da Diretoria Executiva da Fundação Wilson Pinheiro e eventualmente secretário da educação da Prefeitura Municipal de São Paulo.

provocada por líderes sindicais agitadores. É o exemplo Paulo Cavalcanti:

A alegada agitação social havida durante o governo de Miguel Arraes foi mais uma exploração dos meios de comunicação, de jornais, rádios e televisão ligados às forças obscurantistas, do que mesmo resultante de conflitos de interesse de classe. Em termos absolutos, houve mais greves operárias em São Paulo e no Estado da Guanabara, com Adhemar de Barros e Carlos Lacerda, do que em Pernambuco, com um governo de frente popular. Os movimentos paredistas dos bancários, dos comerciários, dos têxteis, dos trabalhadores em empresas distribuidoras de petróleo, além de serem reconhecidos como legais pelo Tribunal Regional do Trabalho, processaram-se em clima de respeito à ordem pública, sem que houvesse o menor incidente, fato inédito em Pernambuco, em ocasiões semelhantes (CAVALCANTI, 2015, p. 125).

Outro relato é do ex-secretário estadual Hélio Mariano, ao ser perguntado se os sindicatos urbanos no governo de Arraes eram radicais:

Não posso dizer que fossem radicais. Havia determinados líderes que eram radicais, mas os sindicatos dos Bancários e dos Comerciários não eram radicais. O que aconteceu na realidade era que o Governo Arraes, por sua posição legalista, não interferiria na livre organização dos sindicatos, fato esse que, por ser novo na história política de Pernambuco, levava a interpretações de balbúrdia e agitação, a partir de setores mais radicais, ligados à direita²⁶.

No ano do ano de 1979, a lei da anistia promoveu o retorno de figuras políticas importantes para o país. Em Pernambuco, temos então o esperado retorno de Miguel Arraes. A sua volta trouxe mobilizações na capital pernambucana:

Pequenas concentrações foram realizadas em diversos bairros recifenses, inclusive, os considerados mais sofisticados, como Boa Viagem, e, populares, como Macaxeira. Outdoors, panfletos, discos, folhetos de cordel e carros de som foram utilizados com vista de motivar a população para “a festa de desembarque do Sr. Miguel Arraes, que terminara com um comício gigante, no bairro de Santo Amaro, na noite do dia 16 de setembro” (REMÍGIO, 2016, p.38).

A volta de Miguel Arraes em 1979 trouxe um valor simbólico para a classe trabalhadora do Estado, visto que esta abertura política e social dava novas expectativas para o campo progressista no campo político. Neste entendimento, destacamos a APENOPE no que tange aos professores.

1.2.4 A APENOPE e os reflexos Novo Sindicalismo para os docentes em Pernambuco

A APENOPE foi uma associação de professores do Estado de Pernambuco responsável por representar os interesses do grupo da rede de ensino público do estado. Para tanto, a sua existência e atuação se deu no período do regime civil-militar brasileiro, marcado pela repressão as ideias e o cerceamento de liberdade. Neste contexto, a APENOPE emerge como marca do Novo Sindicalismo, sobretudo no Estado de Pernambuco (FERREIRA, 2012).

²⁶ Mariano, o criador da chapa Arraes/Zé Ermírio. Jornal do Commercio, Recife, p. 8, 22 out. 1995.

Sendo ideias oriundas de um contexto que primeiramente refletiu nos metalúrgicos e assim atingiram diferentes classes de trabalhadores, os professores não ficaram de fora do Novo Sindicalismo e se organizaram promovendo diversas greves no país a partir da década de 70 (ANTUNES, 1991).

Inspirados nas ações do movimento sindical do ABC paulista, bem como dos demais movimentos sociais (GOHN 2012), professores de vários estados brasileiros iniciam uma série de paralisações e greves como forma de lograr seus objetivos que naquela ocasião não se limitavam apenas à reivindicação por melhores salários e condições de trabalho, mas se prolongavam em manifestações em favor da redemocratização do país promoverem diversas greves no país. (SILVA, 2014, p.47).

Foi neste contexto que surgiu a APENOPE em 1976, como marca inicial do Novo Sindicalismo de Pernambuco representando os professores da rede pública, cuja formação foi um exemplo de reformulações (Anexo B) que as associações de servidores públicos estavam enfrentando para combater o modelo político vigente no país:

A partir de 1973, incorporando professores de outros níveis de ensino, a Confederação dos Professores Primários do Brasil (CPPB) é reformulada e passa a se chamar Confederação dos Professores do Brasil (CPB). Também no aludido ano, a APESNOESP passou por uma modificação, donde recebeu uma nova denominação: Associação dos Professores do Ensino Oficial de São Paulo (APEOESP). Já no Rio de Janeiro, era criado o Centro Estadual dos Professores (CEP). (SILVA, 2014, p. 45).

Temos como exemplo a participação da APENOPE na greve de 1979, onde teve atuação em conjunta com outro órgão sindical que representava os professores: o SINPRO. A APENOPE tem suas origens históricas (Anexo C) com o Centro dos Professores Primários de Pernambuco e a Associação dos Professores do Ensino Médio Oficial de Pernambuco (APEMOP) (FERREIRA, 2012).

Este dado também se confirma em Pernambuco, quando no mesmo ano o Centro dos Professores Primários de Pernambuco (CPPP) passa a se chamar Centro dos Professores de Pernambuco (CPP) e a Associação dos Professores do Ensino Médio Oficial de Pernambuco (APEMOP) assume a denominação de Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco (APENOPE). (SILVA, 2014, p.44)

A greve de 1979 teve uma importância imensa para a APENOPE e o Novo Sindicalismo dos professores em Pernambuco, pois através dela percebemos a capacidade de organização dos professores do Estado.

Nessa ótica, a APENOPE passaria a ser um órgão representante da classe que, de múltiplas formas, agregou a categoria além de greves e assembleias: os encontros e congressos visavam construir um entendimento da luta e do papel do professor em meio ao contexto histórico vigente pós-1964. Assim, a APENOPE exerceu a função de órgão de representação de classe, cuja consciência demonstra preocupação em instruir os professores de Pernambuco. Afinal, para que houvesse luta em prol da classe trabalhadora, era necessário que os indivíduos

também tivessem conhecimento para saber o que estavam e por que deveriam reivindicar. Além da APENOPE, os pernambucanos também tiveram participação nos Encontros da Classe Trabalhadora (ENCLAT) e no processo de construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT), através da comissão Pró-CUT. Já em 1984, a APENOPE filia-se a Confederação dos Professores do Brasil (CPB), consolidando-se ainda mais como a entidade representativa dos professores da rede oficial de ensino em Pernambuco e estabelecendo articulações com vistas ao fortalecimento e a ampliação de suas ações (MATTOS, 1996).

Dessa forma, é possível compreender o tipo de sindicato que os professores que compuseram à APENOPE desejavam: combativo, não peleguista. Tal característica a coloca dentro do Novo Sindicalismo e reafirma a sua importância para o contexto grevista de Pernambuco junto ao SINPRO/PE. A importância dos professores em se organizarem em associação era uma forma de manter a unidade quanto aos seus desafios que tinham que enfrentar (MATTOS, 1996).

A APENOPE e o SINPRO cooperaram entre si dentro do contexto grevista para aglutinar os professores do Estado em suas reivindicações. Inclusive, informamos que carecem de fontes bibliográficas a respeito de produções que citem o SINPRO/PE até 1979, período que deflagraram as greves dos professores do Estado de Pernambuco durante o regime civil-militar (FERREIRA, 2012).

Dentro das greves, passeatas e vigílias ocorridas, encontramos relatos destinados a conscientização dos docentes sobre seus direitos, como forma de combater o estereótipo de desocupados que a grande mídia tentava atribuir a estes profissionais. Neste contexto, o SINPRO e a APENOPE possuem relevantes atuação no âmbito do Novo Sindicalismo pernambucano no tocante a representação de classe dos professores, organizando manifestações da categoria. Com este enfoque pretendemos compreender as lutas por direitos dos professores de Pernambuco, enfatizando as suas atuações no contexto grevista a partir de 1979 (FERREIRA, 2012).

Uma vez apresentada a importância do SINPRO/PE e da APENOPE no que concerne às lutas e reivindicações dos docentes do Estado de Pernambuco, iremos avançar no próximo capítulo mostrando as atuações conjuntas destes órgãos no cenário envolvendo o Novo Sindicalismo em Pernambuco, destacando assim a atuação conjunta destes órgãos que teve como marco a greve de 1979.

CAPÍTULO 2: LUTAS E RESISTÊNCIA: PROFESSORES DE PERNAMBUCO REIVINDICAM SEUS DIREITOS

Como dito no capítulo anterior, a APENOPE foi a marca inicial do Novo Sindicalismo dos professores em Pernambuco, na qual a greve de 1979 foi um divisor de água na história do sindicalismo estadual dessa classe trabalhadora. Para tanto, iniciaremos com a APENOPE e a Greve de 1979 (MATTOS, 1996).

Através deste capítulo iremos mostrar como os professores de Pernambuco, por meio da APENOPE e do SINPRO/PE, organizaram-se para os movimentos grevistas. Com isto iremos nos basear em matérias internas e divulgadas pelos meios de impressas.

2.1 A APENOPE E A GREVE DE 1979

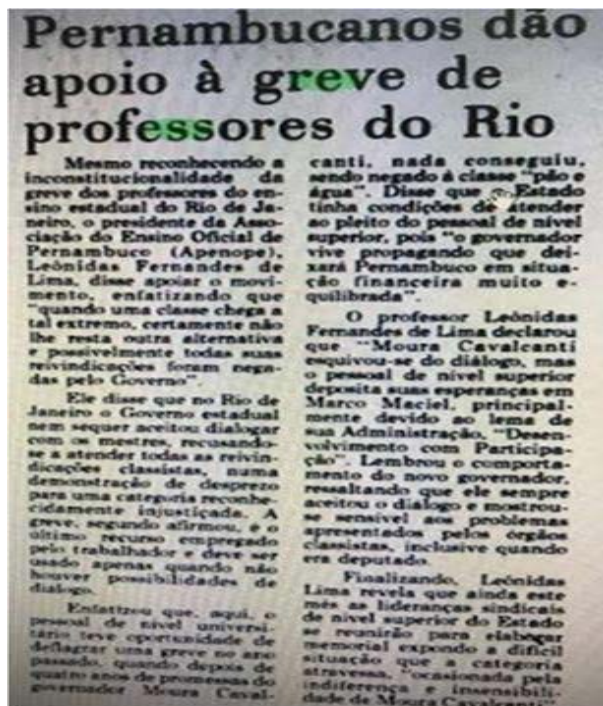
Antecedendo a greve de 1979, A APENOPE convocou a categoria para uma Assembleia Geral, a fim de discutir os índices de aumento salarial que achavam “justos” para o ano. Dessa forma, é possível percebermos que a APENOPE crescia em representação (Anexo D), pleiteando agora uma melhoria salarial, qualidade das condições de trabalho nas escolas e a valorização da profissão docente diante crise econômica que atingia a economia do país (FERREIRA, 2012).

A Associação também tinha o papel de interligar junto às demais entidades presentes em mais 13 estados, anseios do conjunto de profissionais em educação que aos poucos se constituiria numa maior “identificação da classe”.

O embrião nacional do movimento grevista dos professores do Novo Sindicalismo é inicialmente visto no Rio de Janeiro, inspirando a tomada de ações no estado de Pernambuco, o qual ganhou o apoio de professores e deu início às mudanças motivadas pela indignação das condições de trabalho.

Onde o principal assunto discutido era comunicar aos afetados pela greve as condições de vida difíceis que os professores enfrentavam devido à elevação do custo de vida na capital pernambucana, baseado nisso, o principal fator para o início das greves dos professores foi o salário.

Figura 02: Apoio mútuo de professores, reforçando o entendimento de consciência de classe



Fonte: DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1979.

Como é demonstrado na matéria (Figura 02), os professores pernambucanos viram nos atos do Rio de Janeiro um meio de conseguir justiça, lutar pelos seus direitos, sendo assim, através deste pontapé, houve então motivações para que este cenário fosse discutido, apresentado pela matéria acima, no Diário de Pernambuco que cita:

Mesmo reconhecendo a inconstitucionalidade da greve dos professores do ensino estadual do Rio de Janeiro, o presidente da Associação de Ensino Oficial de Pernambuco (APENOPE), Leônidas Fernandes de Lima, disse apoiar o movimento enfatizando que " quando uma classe chega a tal extremo, certamente não lhe resta outra alternativa e possivelmente todas as suas reivindicações foram negadas pelo governo (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1979).

O motivo pelo qual citamos esta matéria de outro Estado, no caso o Rio de Janeiro, serve para ressaltar o valor representativo e simbólico que as greves tinham para os docentes pernambucanos.

A educação no Estado de Pernambuco também demonstrava problemas, a exemplo de salários congelados e dificuldades para dialogar com o governo do Estado, apesar de na matéria o presidente da APENOPE, Leônidas, citar a abertura do governador Marco Maciel para o diálogo, não era bem assim que os demais docentes enxergavam essa relação.

A APENOPE na administração de Leônidas entregou ao governador uma série de reivindicações, das quais levavam em conta os problemas dos docentes. Contudo, não foram

atendidas e este fator gerou incômodo em diversos membros. No dia 25 de abril de 1979, os professores da rede oficial realizaram uma nova assembleia a fim de discutir o andamento das reivindicações aprovadas e entregues ao governador Marco Maciel na assembleia do dia. No decorrer desta segunda assembleia foram discutidos vários itens do memorial e criticado novamente o rumo, passivo e complacente, que a APENOPE vinha trilhando diante das circunstâncias do momento (FERREIRA, 2012).

Outro fator que demonstrava revolta foi que o movimento de greve não foi realizado dentro da própria Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco, mas pelo Comando Geral de Greve, que foi constituído por professores que tinha como fator comum a insatisfação com a gestão atual, utilizando panfletos para mobilizar os professores para se revoltarem. Nisso, a diretoria passou a receber a alcunha de peleguista, de modo que passou a atacar os professores que realizavam, de maneira independente, essa assembleia.

Era preciso, portanto, romper com essa antiga presidência e trazer novos rumos para este órgão (APENOE). Em diversas ocasiões, tanto o governo quanto a APENOPE procuraram associar a ação “rebelde” desses professores à existência de “forças estranhas” à categoria, tais como políticos, partidos, incitadores, subversivos, organizações nacionais e/ou internacionais, forças de extrema esquerda etc. Segundo os professores, em seu movimento, não havia a presença de nenhuma “força estranha” à categoria, pois o que motivava aquela nova atitude eram as precárias condições de trabalho e os baixos salários. Ou seja, é importante deixarmos claro que, a APENOPE possuía uma diretoria que por algum tempo foi adepta ao peleguismo (PEREIRA, 1991).

Nós, enquanto professores, não precisamos atestar nossa ideologia para lutar por melhores salários para nossa categoria. Estes oportunistas justificam sua repressão em função de que agora a reação seria um motivo para intervir na luta do professorado pernambucano, o que denota uma solene ingenuidade! [...] nos intimidaremos diante das acusações daqueles que não sabem conduzir a luta da classe trabalhadora e que se pautam por métodos policiais de ação. Deixemos aqui o nosso repúdio a todos aqueles que desonestamente hoje nos acusam e ressaltamos mais uma vez a necessidade de mantermos a unidade da categoria dos professores em torno de suas reivindicações. Não podemos nos deixar conduzir por qualquer tentativa divisionista da categoria”. (FERREIRA, 2012, p. 173).

Não tardou para que os professores pernambucanos reagissem a isto e ocupassem a nova diretoria da APENOPE através de novas eleições (Anexo E), haja vista que os mesmos não queriam passar à margem do processo, senão estar no centro da vida política do país. Queriam imprimir a sua marca à luta pela democracia que se desenhava no país. Com a nova diretoria, no início dos anos 80, a APENOPE enfrenta ações extremas do governo: corte do desconto em folha dos Associados à entidade e demissão do presidente, Paulo Rubem Santiago, por ordem

do então governador Marco Maciel, o qual tentou desmobilizar os professores.

Figura 03: Ação repressiva contra os Professores de Pernambuco durante a greve de 1979.



Fonte: DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1979, p. 1.

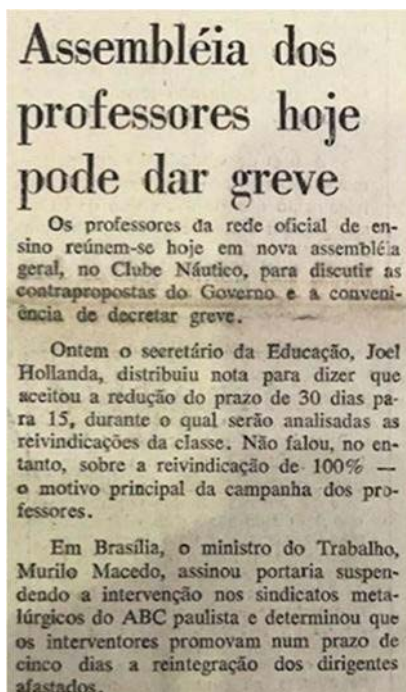
Esta matéria (Figura 03) retrata um exemplo de perseguição que os docentes da APENOPE e da nova diretoria sofreram quando resolveram romper com práticas peleguistas e assumiram uma postura combativa, à luz do novo Sindicalismo. A repressão por parte do governador e da Secretaria de educação foram exemplos de perseguição que estes professores encaravam. Porém, o contexto histórico de redemocratização estava favorável aos professores, não admitindo mais certas práticas ditatoriais contra a classe trabalhadora. Destarte, com todas as dificuldades a Associação resiste e estava representada estatutariamente pelos professores de 1ª a 4ª série e os de nível universitário (SOUZA, 2016).

No seu fazer (-se) a classe experimentou (quantas vezes?) a intransigência dos patrões – muitos “progressistas” e “democratas” e chamados a integrar o futuro – e viu suas lutas emperradas por leis e instituições do Estado de Direito abatido pelos militares em 64. Daí fluía, pois, a necessidade de constituição de um quadro político novo, de busca de uma democracia substancialmente distinta, onde as lutas específicas cruzassem efetivamente a porta da fábrica e desenvolvessem na vasta arena social todas suas potencialidades, nela gerando direitos. (FERREIRA, 2012, p. 171).

Para os professores, as acusações lançadas contra a sua categoria não passavam de um meio que os governos, juntamente à APENOPE, utilizavam para justificar a utilização da repressão e “assustar” o “apoio” da população, especialmente, da classe média no caso do desencadeamento de uma ação grevista. É importante destacar que esse “apoio” da sociedade civil não foi exclusivo à greve dos professores. Em fins da década de 1970 e início de 1980, uma enorme parcela da classe média e até mesmo, da elite brasileira começou a “apoiar” o

desencadeamento e a atuação dos movimentos sociais no país, a criticar, de forma contundente, o regime civil-militar, demonstrado na Figura 04:

Figura 04: Referente à Assembleia na Greve de 1979



Fonte: DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1979.

A forma de como ocorrera com o movimento dos demais trabalhadores nos anos seguintes da década de 1980, sobretudo entre 1985 e 1988, várias greves de professores eclodiram em diversos estados brasileiros, fazendo com que o movimento dos mestres se fortalecesse ainda mais no país, influenciando de modo ainda mais significativo na formulação de políticas educacionais (MATTOS, 1996).

Como podemos observar a partir do exposto, as greves de 1979 marcam o início da construção de uma identidade nova até então que vai se forjando no interior do movimento dos professores. Ao destacar inicialmente a participação dos professores e, depois, dos “trabalhadores da educação” a autora chama atenção para o fato de o movimento dos professores, como pertencente à categoria de trabalhadores, e contar com a participação de sujeitos oriundos de outros segmentos de atividade do campo educacional, com supervisores e orientadores educacionais, por exemplo (SILVA, 2014).

É neste contexto que se situam outras ações do movimento dos professores pernambucanos comandados APENOPE, na luta pelo atendimento de suas reivindicações, haja vista que após a deposição da antiga diretoria, os novos dirigentes se intensificaram na luta dos professores, diferente da “pelega” diretoria anterior. As greves da

década de 1980 exemplificam uma referência nas experiências de luta dos mestres da rede pública estadual de Pernambuco na mesma medida em que significaram momentos de bastante expressividade nos embates entre a categoria e o governo.

Não apenas pela defasagem econômica que causou à APENOPE, mas, sobretudo, pelo que significou aos professores, o corte do desconto em folha mostrou-se uma ação repressora do governo no intuito de inviabilizar uma melhor organização da categoria. Tal ação repressora não afetou apenas os cofres da entidade, mas resultou em questões emocionais que atingiram os trabalhadores:

Os docentes conseguiram com muito esforço dar continuidade à luta organizativa, ora de forma articulada com o movimento nacional—como foi a realização do dia de paralisação nacional, em 1980, em prol da aposentadoria aos vinte e cinco anos e de reajuste semestral –, ora, de iniciativa própria como a concretização do primeiro Encontro Estadual dos Professores. (SILVA, 2014, p. 69).

Interessante pontuar que, no período de vigência do referido corte do desconto em folha de pagamento em favor da APENOPE, muitos associados (as) se dirigiam à tesouraria da Associação efetuar o pagamento do carnê em favor da entidade associativa, conforme revelou, em sala de aula, o professor Hélder Remígio Amorim do PPGHP da UNICAP, cuja genitora Inalda Remígio do Amorim, professora da rede estadual, fazia questão quitar a contribuição todo o mês, até o retorno do desconto em folha (SOUZA, 2016).

O movimento dos docentes pernambucanos em torno da APENOPE retoma suas mobilizações e inicia um período bastante interessante para entidade, no que concerne o desenvolvimento de ações de enfrentamento à política desenvolvida pelo Estado e aos ganhos obtidos para a categoria. Com a volta do desconto em folha da contribuição dos membros da associação, surgem as condições materiais necessárias para a realização de suas reivindicações, pois:

A entidade vai ter condições de investir fortemente no processo de interiorização do movimento, levando a cabo com maior intensidade ações organizativas a exemplo de concentrações, passeatas, atos públicos em sintonia com as bandeiras de luta a nível nacional (PEREIRA, 1991, p. 189).

Já em 1985, outras atividades de lutas foram levantadas pela APENOPE. No dia 11 de abril, em conformidade com o movimento a nível nacional, foi realizado o Dia Nacional de Luta, no qual se fez uma caminhada até o Palácio do Governo, onde os mestres entregaram um documento, constando uma série de reivindicações, tais como mais verbas para as Escolas Públicas, piso salarial de três salários mínimos, eleições diretas para diretores e vice-diretores das escolas públicas estaduais e Constituinte livre, democrática e soberana (SOUZA, 2016).

Seguindo este evento, vários movimentos como paralisações, passeatas e reuniões foram utilizados pelos professores para reivindicar direitos, o que se destacava, em um documento que foi apresentado ao Presidente José Sarney, era um piso salarial de três salários mínimos aos professores da primeira à quarta série, sendo esta uma grande conquista por parte da APENOPE durante essas manifestações, a qual almejava, juntamente com outras entidades, melhorias pelo bem dos servidores públicos.

2.2 O Olhar da Imprensa aos movimentos grevistas

2.2.1 Matérias de jornais

À medida que cresciam as atuações dos professores em meio às greves, os jornais procuravam retratar este conteúdo através de diversas formas. Em nossa análise, iremos nos ater as representações expressas no Diário de Pernambuco.

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza e percepções do social não são de forma alguns discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (CAMPOS, 2009, p. 29).

Essas manifestações estavam presentes através de impressos, filmes, músicas, cinemas e jornais, poemas e diversas outras formas. Para entendermos a força da imprensa no “despertar docente” da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco buscamos analisar matérias publicadas entre os meses de janeiro a abril de 1979 voltadas a questão da educação, e a partir dos léxicos presentes delinear a postura do periódico diante a mobilização e influência exercida na greve que logo viriam deflagrar os docentes em final de maio do mesmo ano (PEREIRA, 1991).

Assim, destaco as publicações do Diário de Pernambuco no período entre os meses de janeiro a maio de 1979, que aos poucos foram assimiladas pelo conjunto da sociedade e integradas também ao discurso daquela categoria profissional seja nas falas apresentadas durante as entrevistas concedidas por seus representantes e militantes da base ou muitas vezes na postura reivindicativa frente aos gestores públicos ou nas assembleias deliberativas da APENOPE (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1979).

Ao fazermos um levantamento quanto à produção jornalística da imprensa periódica pernambucana, durante os três meses primeiros meses do ano de 1979 que antecederam a deflagração da greve dos professores da APENOPE é possível percebermos uma significativa produção por parte da mídia impressa e uma significativa influência na construção da imagem

do docente naquele período de mobilização deflagrada em Pernambuco. Portanto, mesmo que a percepção da autora esteja direcionada a questão entre profissionais do magistério, é possível constatar que o “canal de compartilhamento de notícias” criado entre jornalistas e lideranças da APENOPE para cobertura da greve possibilitou que outros professores não tão atuantes, seja por desinteresse ou medo, tenham encontrado a partir das publicações quase que diárias dos veículos de comunicação o estímulo para estarem também presentes nos protestos que logo viriam ocorrer por várias semanas nas ruas do centro do Recife e cidades do interior do Estado (FERREIRA, 2012).

A matéria publicada no DP do dia 14/02/1979 intitulada “Magistério deve ser um sacerdócio, afirma Salomão Joroslavsky”, traz a opinião de um professor para destacar o sucesso e a necessidade de maior comprometimento da classe docente (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1979).

Por outro lado, destaca de maneira sutil as duas realidades da docência no nosso país, destacando a dualidade gerada pelas representações do movimento na época, assim como a situação dos professores.

2.2.2 Charges

As charges em estudo no presente capítulo publicadas nos dois principais, impressos pernambucanos entre os meses de janeiro a abril de 1979 serviram não só como mecanismo de comunicação, mas também foram importantes como suporte para questionar a existência ou consolidação das narrativas dos docentes.

As publicações ilustradas de cunho satírico, em geral de curta duração, proliferaram rapidamente. Elas não pouparam os poderosos do momento e nem mesmo o Imperador, alvo constante dos chistes; passavam em revista costumes e hábitos em charges sensíveis e mordazes que compõem um registro social dos mais significativos (PINSKY et al., 2005. p. 135).

É certo que o trabalho dos chargistas do DP não trazia apenas o riso como objetivo principal. Ao serem publicadas, as charges possibilitavam ao leitor desenvolver muitas vezes um olhar mais aprimorado das notícias que estavam estampadas no corpo do encarte ou mesmo perceber a força exercida do silêncio que a ordem instituída exigia da imprensa (ARRIGONI, 2011).

Figura 05: Diário de Pernambuco, Recife, 30 de maio, 1979



Fonte: DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1979. p. 10.

Como apresentado (Figura 05), o Diário de Pernambuco entre os meses de janeiro a abril de 1979 desempenhou importante papel de ligação seja para o governo ou mesmo para classe de trabalhadora. Mas, toda relação construída não serviu só como mecanismo de comunicação, foram úteis como suporte para afirmação do professorado da Rede Oficial de Ensino, sob representação da APENOPE ou mesmo para o Governador Marco Maciel e sua gestão que acabara de assumir o Executivo e assim necessitava de um canal para atingir o conjunto da população, principalmente os grupos formadores de opinião. Assim, entendemos que, não só histórias de vida dos docentes, mas também as charges publicadas no DP acabavam por despertar ou mesmo narrar histórias individuais que se fundiam com realidade das massas (FERREIRA, 2012).

A descrença quanto ao trabalho dos professores e sua desvalorização também foi expressa na charge publicada no Diário de Pernambuco ainda no dia 13 de maio de 1979. O diálogo entre duas crianças reflete como dois lados de um mesmo campo ideológico recebiam de seus familiares ou do próprio meio a ideia quanto percepção da greve. Naquele momento professores em diversas regiões do país estavam paralisando suas atividades, em Pernambuco as mobilizações caminhavam para adesão dos professores, fato que o próprio governo procurava negar usando até mesmo a própria imprensa. Assim, o chargista utiliza da imagem de dois jovens para que parcela maior da sociedade discutisse e tomasse posição quanto a questão da greve dos professores da APENOPE (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1979).

Assim, a charge publicada no DP no dia seguinte (Figura 6) retoma a discussão levantada pelo Jornal concorrente e torna o debate mais provocativo. No “complemento” do chargista Laison Hollanda a cena ocorre numa Agência de Trabalho, situação em que uma mulher, aparentemente de baixa escolaridade, vai à procura de emprego, no entanto, demonstra aparentar irritação ao receber o indicativo de uma proposta e um possível endereço:

Figura 06: Charge de Lailson Hollanda

Fonte: DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1979. p. 7.

Como apresentado (Figura 06), a personagem descarta a proposta seguida de três indagações: Qual é neguinha? E eu vou lá me empregar em casa de professora? Desde quando professora tem dinheiro para ter empregada? Lailson com muita habilidade provoca reflexão quanto à valorização do trabalho do professor como também, resgata a discussão da identidade docente ao mostrar que o profissional da educação não era respeitado pela própria sociedade para qual prestava seus serviços. Outro aspecto discursivo importante é a força das palavras dirigidas à atendente. Lailson Hollanda, também acaba por provocar no leitor a necessidade de refletir o cenário do dia anterior em que fora comemorado o 13 de maio.

Destarte, podemos perceber que houve tanto produções que davam ênfase à luta dos professores, como aqueles que tentavam diminuí-los, bem como ridicularizá-los.

Onde pode ser observado que, por meio da imprensa a visão do movimento era apoiada e ao mesmo tempo oprimida, gerando um claro embate na comunicação dos profissionais da educação, buscando reconhecimento por sua iniciativa de direitos básicos no seu espaço de trabalho e a manipulação constante do governo para diminuir a importância do movimento.

Daí a importância de o historiador analisar o contraponto dessas representações para com as entrevistas realizadas com docentes naquele período, visto que dessa forma iremos colher mais informações que não estavam expressas naqueles periódicos. O professor Arundo Nunes, participante direto durante toda mobilização e greve, durante a entrevista concebida a Cícero Souza a respeito do papel exercido pela imprensa naquele período em relação às mobilizações dos professores da APENOPE, afirmou:

Companheiro, em dois mil e quatorze os jornais são reacionários! E, há trinta anos atrás? Eles eram o quê? Nazistas! Zero. Jornais, televisão, rádio. Tudo! Não tinha nada; era na base do grito. Sem dinheiro, sem nada, sem porra nenhuma! Era amor mesmo! Era amor! (SOUZA, 2016, p. 90).

Na fala do docente há uma total negação de apoio ou cobertura oferecida pela imprensa ao movimento docente em 1979. No entanto, é necessário entendermos que as discordâncias e resgates da memória são ainda muitas vezes reflexos daquela complexa relação e das experiências que cada profissional vivenciara com os respectivos setores da imprensa, seja durante sua militância política-sindical, ou mesmo enquanto docente que buscava um canal que viabilizasse externar suas esperanças ou mesmo frustrações.

2.3 APENOPE: ATUAÇÃO ALÉM DAS GREVES

Além das assembleias, a Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco passou a organizar os congressos e encontros no Estado de Pernambuco, para reunir a categoria e discutir assuntos de seu interesse, não só em Pernambuco, mas também nacionalmente. Estas ações tiveram início na década de 80 através de congressos estaduais e encontros e regionais, justamente no período da redemocratização (SOUZA, 2016).

Demonstrando que juntamente a este movimento, durante o período de redemocratização, os estudantes também estavam demonstrando insatisfação com o estado do país, como demonstrado por Pohndorf:

O final da década de 1970 e início da década de 1980 ficaram distinguidos não apenas pelo processo de redemocratização política desencadeada sob “vigilância”. Durante este período o Brasil enfrentou uma significativa crise econômica, afetando as universidades. Além do corte de verbas, o governo passou a cobrar anuidades das universidades públicas, o que gerou revolta por parte dos estudantes, provocando ainda mais as pautas de luta do Movimento Estudantil (POHNDORF, 2013, p. 71).

Mediante o exposto, pode-se perceber que os congressos organizados pela APENOPE se constituíam em ricas oportunidades de discussão para o coletivo dos professores, sendo, conforme Thompson, ricos momentos, “de articulação da identidade dos interesses” da categoria conforme os traços culturais que citamos em nossa abordagem durante a introdução desta dissertação. Podemos perceber que nos congressos e encontros os professores não levaram em consideração apenas suas reivindicações enquanto classe profissional, mas buscaram refletir também a respeito das questões políticas, econômicas e sociais características do período da realização de tais eventos (SOUZA, 2016).

A realização de tais eventos aparece como um elemento significativo nas experiências de luta dos professores da rede pública estadual de Pernambuco, na medida em que podem ser entendidos, numa perspectiva thompsoniana, como momentos nos quais a categoria sente e articula a identidade de seus interesses entre si e contra outros homens e traça suas estratégias de luta.

Dessa forma, com o fim da ditadura, as lutas dos professores pernambucanos através das greves continuaram sendo resultado das experiências da proletarização da categoria, tendo em vista que, assim como os demais trabalhadores, vinham “pagando a conta” pela elaboração de planos econômicos concentradores de renda.

Ainda no contexto de ditadura militar, perduraram as requisições por reivindicações pelo ajuste do salário, sendo o grande assunto principal das greves e manifestações, devido ao desenvolvimento baseado em arrocho salarial do governo militar, devido a isso, as reivindicações buscavam a oposição ao modelo econômico (MATOS, 2009).

Deste modo, as manifestações grevistas empreendidas pelo magistério da rede pública estadual de Pernambuco se constituem como elementos de construção e consolidação da identificação desta categoria enquanto trabalhadores em educação, rumando para sua organização em torno de um sindicato (SOUZA, 2016).

Destarte, a contribuição da APENOPE somados à do SINPRO foram de grande importância para o movimento sindical pernambucano.

2.4 SINPRO: Atuações em conjunto à APENOPE

Como podemos perceber, o período da ditadura militar no Brasil, entre 1964 a 1985, foi responsável pela repressão ao movimento sindicalista no país. Esta repressão afetou diversos trabalhadores, em decorrência da perseguição de diversos líderes e sindicalistas, que foram destituídos ou impedidos de concorrer a cargos eletivos em suas categorias devido à pressão estatal (MATTOS, 1996).

Este exemplo mostra que os professores da rede particular de ensino não passaram de maneira alheia ao processo. O movimento grevista impulsionado pelos professores da rede pública teria incentivado os docentes da rede particular de ensino, apesar de muitos professores terem medo das demissões, tal qual conseguimos colher em relatos que serão expostos no último capítulo desta obra e se confirmam com esta matéria exposta pelo Diário de Pernambuco: da ameaça do patronato para expulsão de professores grevistas (Figura 07).

Figura 07: Ameaças aos Grevistas pelo Patronato

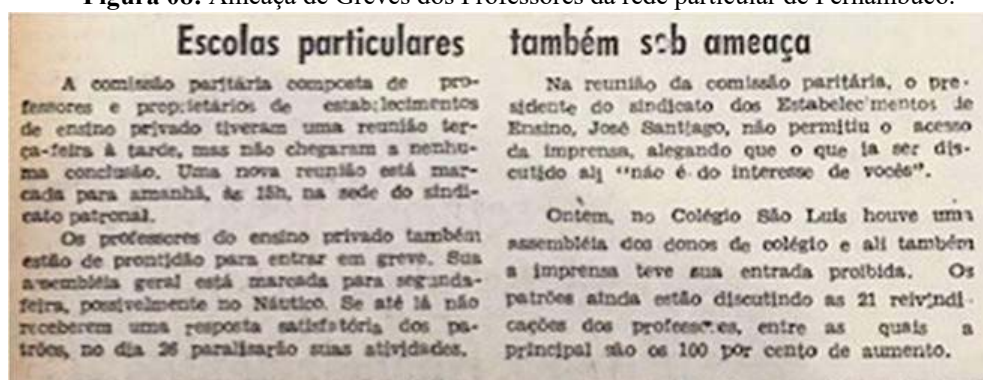


Fonte: DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1979.

Dentro desse contexto, o Sindicato dos Professores de Pernambuco (SINPRO- PE), nascido em 1939 em meio à ebulição trabalhista acarretada pela ditadura Vargas, exerceu, juntamente com a Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco (APENOPE), um importante papel de representação de classe. Ao participarem juntos da primeira greve da categoria em 1979, o SINPRO-PE e a APENOPE, hoje Sindicato dos Trabalhadores na Educação de Pernambuco (SINTEPE) ganharam destaque e contribuíram para a força do movimento trabalhista no Estado (GUIMARÃES, 2011).

Conforme citado no final da introdução, tivemos dificuldades para fazer um apanhado histórico mais detalhado do SINPRO/PE, visto a escassez de referências bibliográficas específicas. Contudo, periódicos nos mostram a ação desses atores sociais, no caso, os professores da rede particular de ensino que eram ligados ao SINPRO/PE, como exemplo, este anúncio sobre ameaça de Greves (Figura 08).

Figura 08: Ameaça de Greves dos Professores da rede particular de Pernambuco.



Fonte: DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1979.

O Sindicato dos Professores de Pernambuco (SINPRO-PE) possuiu relevante atuação no âmbito do Novo Sindicalismo Pernambucano, sobretudo no período do regime civil-militar. Assim como citamos os casos de peleguismo da APENOPE, o SINPRO/PE também enfrentou resistências internas para poder instituir uma diretoria que representassem os interesses daqueles trabalhadores ligados a um modelo de sindicato combativo. Em São Paulo, paralelo ao Congresso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, 1978, houve a realização de encontros de professores em várias partes do país, com o objetivo de construir grupos de oposição para a conquista das direções das entidades sindicais de professores. Em Pernambuco, coube ao SINPRO liderar esse grupo de docentes da rede particular de ensino para poder derrubar a antiga diretoria através do voto direto (SINPRO-PERNAMBUCO, 2020).

Nas ruas, entre as reivindicações organizadas pelo SINPRO/PE, estavam melhorias nos salários e nas condições de trabalho e a luta por eleições diretas, tanto para presidente da República, quanto para diretor escolar. As bandeiras de luta foram além dos interesses

específicos, ganharam respaldo na sociedade e atingiram um patamar mais amplo. “O Leão do Norte acordou. Os professores estão em greve”. Esta análise nos dá, em certa medida, uma dimensão do tamanho do grito que estava preso na garganta de muitos professores pernambucanos após tantos anos de arrocho salarial e de violenta ditadura e repressão. Era uma sexta-feira, 25 de maio de 1979. Professores da rede particular reunidos em assembleia para decidir, à revelia da direção do SINPRO-PE, a respeito da decretação ou não da greve dos professores da rede privada. Após horas de debates, discursos e votação, o resultado da maioria foi pela paralisação. Dos 502 professores presentes à assembleia, 487 votaram a favor da greve. Apesar de os professores da rede particular tenham decidido, através de assembleia, entrar em greve, uma vez que esta estava se dando pelas vias legais, estes docentes teriam que esperar um prazo a mais de cinco dias para a decretação da greve. Nunca é demais lembrar que, pela legislação então vigente, donos de escolas da rede privada teriam ainda cinco dias para atender ou não as reivindicações e impedir a entrada dos professores em greve. Pelas bases legais, se decorrido este prazo não houvesse acordo, os professores da rede privada poderiam decretar greve no dia 30 de maio (FERREIRA, 2012).

Na noite do dia 28 de maio de 1979, foi realizada a IV Assembleia Geral dos professores da rede oficial. Na ocasião, os professores – assumindo os riscos do caráter da “ilegalidade” (Anexo A) do movimento - decidiram se juntar à greve (“legal”) que iria ser deflagrada pelos professores da rede privada no dia 30. Com a entrada dos professores da rede oficial, o movimento passou de 12 mil para 42 mil grevistas. Nessa mesma assembleia, os professores da rede oficial aprovaram a formação de três comissões (Finanças, Propaganda, Piquete, além da criação do Comando Geral da Greve). As diretrizes determinadas pelo Comando Geral de Greve para os professores estaduais foram: não dar aulas; sair de sua unidade escolar e vir para a Casa do Professor; não aceitar pressões, denunciando diretores e supervisores que nos ameaçam; dar crédito somente às notícias divulgadas pelo Comando Geral de Greve e apenas permanecer nas unidades sem dar aulas. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1979, p. 8).

Após a assembleia, os professores grevistas saíram em passeata pelas ruas do centro do Recife - com a presença também de alguns professores da rede privada. Nesta ocasião, distribuíram aos pais e alunos, com o objetivo de esclarecerem os motivos do movimento, uma carta aberta. Neste mesmo dia à noite, a APENOPE distribuiu uma nota oficial à população desautorizando e excluindo-se da greve. Sobre a posição da APENOPE, um dos professores comentou:

Nossa greve é justa e legítima. Enquanto não for decretada a sua ilegalidade pelos órgãos competentes, ela é mais do que legal. Mesmo não contando com o apoio do

presidente da associação representativa da classe, que tirou o corpo fora”. Professores param hoje as escolas particulares (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1979. p. 7).

No terceiro dia de greve, os professores já haviam arrecadado Cr\$ 28 mil com os pedágios. Segundo informações obtidas pelos jornalistas (JC), o dinheiro estava sendo usado para gasto com gasolina para vinte automóveis que levavam os grupos de piquetes para as escolas do Recife e Região Metropolitana, além dos gastos com a comissão de propaganda (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1979).

Pouco tempo após o início da greve, a comissão de piquete foi extinta, e os grevistas começaram a sensibilizar a categoria e à população, ao invés de impedir que outros professores e alunos comparecessem às salas de aulas. Analisando a comissão dos piquetes, Leôncio M. Rodrigues em seu artigo *os militantes e a ideologia* (2009), destaca três objetivos principais dessa tática: impedir a entrada de “furadores de greve” pela pressão moral ou pela violência, disciplinar os trabalhadores e elevar-lhe o moral. A greve dos professores da rede oficial de ensino rompia com o Decreto-lei nº 1.632, de 4 de agosto de 1978, que dispunha sobre a proibição de greve nos serviços públicos e em atividades essenciais de interesse da segurança nacional. Apesar da proibição legal, o governo estadual não tomou nenhuma providência no sentido de enquadrar os servidores públicos estaduais (professores), preferindo não negociar com o movimento grevista (RODRIGUES, 2009).

Finalmente, os professores do ensino privado, através do SINPRO/PE, após meses de mobilização e organização da categoria, no dia 30 de maio de 1979, após o cumprimento de todos os requisitos da Lei de Greve, iniciaram sua primeira paralisação/manifestação, juntamente com os professores da rede oficial de ensino. O clima era de tensão tanto para os patrões como para governo estadual, sendo que este se negava a iniciar a negociação antes dos professores da rede pública retornarem às aulas (FERREIRA, 2012).

No primeiro dia de greve, centenas de escolas fecharam as suas portas. Isto se deu pelo não comparecimento de alunos, pela falta de professores e também pelo apoio de alguns diretores (é o caso, por exemplo, do diretor do Marista que cedeu o colégio para funcionamento do comando-geral da greve) ao movimento dos professores. Foram as seguintes as palavras do diretor deste colégio acerca de sua posição a favor do movimento dos professores: “Eu sou cristão, religioso e professor. Minha profissão não é ser dono de colégio. O importante é educar e não ser dono de escola (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1979, p. 8).

Como uma estratégia de conter o avanço da greve dos professores em seu primeiro dia, a Delegacia Regional do Trabalho convocou os representantes patronais e dos professores (SINPRO-PE) para uma reunião emergencial. Na ocasião, os professores, após longa discussão

(negociavam o reajuste entre 100% e 85%), aceitaram a proposta de 60% de aumento para os professores da rede privada a partir de 1º de julho (Anexo A). A greve dos professores da rede oficial de Pernambuco foi encerrada em 4 de julho de 1979, em uma assembleia realizada na Igreja Matriz de São José, onde também foram aprovados vários itens, dentre os quais continuidade do movimento reivindicatório (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1979, p. 9).

Através desse capítulo que finalizamos, procuramos sintetizar como se deu à relação entre o movimento grevista de Pernambuco através do Novo Sindicalismo, àquele combativo, sobretudo voltado para os professores tanto da rede e ensino públicos quanto particular do estado de Pernambuco a partir de 1979. Com isto, citamos que o SINPRO/PE e a APENOPE foram órgãos de representação de classe que assumiram à face do Novo Sindicalismo em Pernambuco. O próximo capítulo será produzido através de relatos e memórias orais dos professores grevistas daquele período, sendo uma grande referência para a preservação da memória destes atores.

CAPÍTULO 3: ENTRE SALAS DE AULAS E MEMÓRIAS: Relatos de uma história de luta

Chegamos no último capítulo dessa dissertação cuja finalidade será expor os relatos dos professores através de depoimentos. Para tanto, recorreremos nesta etapa a metodologia da História oral, que nos permite adentrar no universo de cada personagem e assim conhecer a sua história de vida neste contexto. Para nós, vemos isto como uma forma de preservar a memória histórica desses atores sociais.

A memória como campo do estudo disciplinar dentro das Ciências Humanas desperta atenção de inúmeras áreas, como a História, Sociologia, Filosofia, Psicologia, etc. Como contribuição para este entendimento, o autor José d'Assunção Barros, na obra *Memória e História: uma discussão conceitual* procura uma definição para o termo “Memória”, ao dizer que “memória, na sua designação mais habitual, vulgar e cotidiana, corresponde muito habitualmente a um processo parcial e limitado de lembrar fatos passados, ou aquilo que um indivíduo representa como passado (BARROS, 2011, p.317)”. Assim, a memória individual envolve importantes dimensões coletivas sobre um povo, um acontecimento:

As chamadas “memórias históricas” também constituem capítulo importante para o grande universo da memória coletiva, e levam a repensar mais uma vez o seu papel na sociedade. Quando surge este vivo interesse em recuperar certas memórias históricas, senão no contexto de um tempo acelerado em que as identidades se vêm ameaçadas? A história e a memória entrelaçam-se nas memórias históricas para preencher uma função importante: quando a memória viva de determinados processos e acontecimentos começa a se dissolver através do desaparecimento natural das gerações que os vivenciaram, começa a se tornar ainda mais necessário um movimento de registro destas memórias. (BARROS, 2011, p.331).

A memória é um registro do passado, uma representação desse passado, cujos acontecimentos são registrados e utilizados como meio de levar aos historiadores informações sobre acontecimentos vividos por indivíduos ou grupo de indivíduos num fluxo temporal, formando um amplo campo de contribuições para a história.

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas (LE GOFF, 1990, p. 366).

Baseado nisso, a memória pode ser observada, juntamente com a fala e a sua escrita como uma extensão da possibilidade de armazenar e transmitir conhecimento. Dessa forma permitindo passar adiante experiências de um ponto de vista único, a partir de personagens distintos, os quais viveram a própria história.

Utilizando os depoimentos entre si para que gerem um melhor entendimento dos

acontecimentos abordados por eles, fornecendo uma visão mais concreta dos acontecimentos, assim como dizia Halbwachs:

Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum (HALBWACHS, 1990, p. 366).

Gerando uma síntese a partir da junção dos depoimentos fornecidos por cada participante dos eventos abordados, demonstrando o poder que a memória demonstra como uma ferramenta para contar os acontecimentos, assim como demonstrar seu impacto.

Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória (LE GOFF, 1990, p. 410).

Assim, o testemunho oral dos atores sociais do passado se tornaram relevantes formas de compreensão a respeito daquele passado vivenciado por tais sujeitos. Inicialmente, os relatos dos sobreviventes nos campos de concentração nazistas forneceram informações contendo minúcias da realidade dos prisioneiros. No Brasil, após o fim do regime civil-militar, a história oral tratou de conter relatos dos sobreviventes à ditadura.

Sendo assim, história oral se define pelo uso de entrevistas e a coleta de dados com pessoas participantes de acontecimentos importantes e marcos na história, dessa forma, é uma metodologia que se baseia na experiência e depoimento do indivíduo como referência para documentar a história (DELGADO, 2006).

Dessa forma, a problematização e os questionamentos, com a extração de respostas e o cruzamento das informações obtidas, fornecerão os meios de tratamento da memória humana, gerando fontes para a historiografia. “Captar registros múltiplos através de entrevistas e coletas de depoimentos torna-se uma interessante estratégia para multiplicar pontos de vista, confrontá-los, opô-los aos fatos propriamente ditos com vistas a problematiza-los” (BARROS, 2011, p. 340).

Uma vez citado a importância e a relação entre a Memória Histórica e a História Oral, daremos andamento à problematização de conteúdo entre o que os professores externavam, pois assim faremos um cruzamento de tais entrevistas para com as informações disponibilizadas.

3.1 Suely Santos

Iniciando com Suely Santos, formada em história pela UFPE e professora da rede

privada enquanto atuante das greves de 1979, onde iniciava sua carreira profissional, trabalhando no Colégio Elo, em Boa Viagem (Apêndice A).

Suely não fazia parte diretamente da SINPRO-PE, mas conheceu e fez parte do movimento grevista por meio do Professor Severino Oliveira, onde, a partir deste iniciou sua história em meio a este período preenchido de lutas e eventos marcantes para a história pernambucana.

Sendo assim, ao ser questionada sobre o apoio dado ao movimento grevista, Suely responde que “essa ausência de apoio das direções foi mais expressiva na APENOPE. No caso do SINPRO já havia uma relação anterior ao movimento de 79. Tanto é que tínhamos um companheiro, o Prof. Jarbas Beltrão que participava da direção da entidade no Conselho Fiscal, cujo presidente era o Prof. Laércio Castro”.

De acordo com Suely, essa forma de aproximação era baseada em uma estratégia, tomando os sindicatos por dentro, utilizando os conhecimentos dos modos como eles funcionam, onde afirma que “tanto foi positiva no caso que durante o movimento grevista, as assembleias foram bem divulgadas mobilizando a categoria e ao mesmo tempo organizando e fortalecendo um movimento de oposição à direção pelega”.

Demonstrando posteriormente que o modo como se adaptaram e iniciaram seu movimento foi muito importante para o desenvolvimento do movimento, uma vez que “só teríamos Campanha Salarial com a participação do sindicato. Por lei era ele que convocava as assembleias, registrava as atas e sentava à mesa de negociação com o SINEPE, fechar acordos ou instaurava dissídios. Não dava, com a conjuntura dada, fazer um movimento por fora da entidade”.

Figura 09: Professores: aumento de 100% ou greve



Fonte: JORNAL DO COMMERCIO, 2020.

De acordo com a afirmação sobre a campanha salarial, como demonstrado (figura 09),

os professores tinham como seu principal requerimento o ajuste de salário, demonstrando um dos primeiros estopins para o início da greve.

Ainda no assunto do início e formação da greve, quando perguntada sobre a votação no Colégio Americano Batista, no 25 de maio de 1979, o qual foi um marco histórico tanto para a organização do movimento grevista em si, como para seu reconhecimento, Suely responde que “quanto à organização do movimento recorro que houve uma reunião à noite para definir um local para realização das atividades e outros encaminhamentos como a formação das Comissões de infraestrutura, finanças, piquetes, comunicação e a definição do comando de greve e da coordenação”.

Figura 10: 12 Mil Professores Decidem Fazer Greve



Fonte: JORNAL DO COMMERCIO, 2020.

Demonstrando assim (figura 10), o tamanho que o movimento de greve dos professores adquiriu, onde foi publicado o número de 12 mil profissionais da educação aderindo a iniciativa de greve, publicado no dia 25 de maio

Prosseguindo então para a conclusão do evento, onde afirma que “foi uma reunião longa e no meio dela chegou a informação que o Marista não só aderiu ao movimento como também cedia seu espaço para os professores em greve se organizar. Depois de muitas intervenções foi aceita a oferta principalmente por ser um local central e facilitaria para o deslocamento dos piquetes”, demonstrando assim a importância desse evento histórico, o qual firmou uma base para a movimentação e organização dos professores principalmente no início das movimentações.

Quando questionada sobre a comunicação entre os professores grevistas e as famílias dos estudantes afetados pelo movimento, Suely responde que “a comunicação era feita pela imprensa, repassando as informações sobre as negociações e escolas que estavam aderindo ao

movimento e orientando os pais para que não enviassem seus filhos às escolas”.

Figura 11: Professores justificam greve em carta aos pais



Fonte: JORNAL DO COMMERCIO, 2020.

Observando o documento (Figura 11), a imprensa realizava intermédio entre as mensagens e declarações exercidas pelo movimento grevista, demonstrando-se um importante meio de comunicação entre os professores e os alunos.

Abordando ainda sobre a relação da imprensa quanto a greve, Suely acrescenta que “a imprensa esteve muito presente principalmente os jornais e as rádios. Houve muito apoio, afinal éramos junto com os professores do Estado, a notícia do momento. Uma greve de trabalhadores contra os donos de escolas. As informações para evitar notícias contraditórias eram centralizadas na coordenação do Comando de Greve através da comissão de comunicação”.

Logo após, quando perguntado sobre o apoio que acontecia entre professores da rede privada e de rede pública, principalmente nos eventos, assim como passeatas e vigílias, Suely fala que “nossa greve foi curta, mais intensa. Lembro que no início fizemos uma atividade

conjunta que foi a passeata. Nas demais eram cada categoria tentando garantir um momento vitorioso, através do fechamento de escolas e sair com uma convenção coletiva (no nosso caso) que garantisse um bom reajuste e novas conquistas”.

Dando continuidade ao assunto, agora mais especificamente sobre os professores da rede estadual, Suely especifica que eles “tiveram uma greve dura e mais longa. Foi bastante exaustiva. Nosso apoio foi limitado em razão do retorno imediato ao trabalho com o fim da greve. Lembro também que fizemos uma outra atividade que foi um ato cultural com música no auditório do Colégio Americano Batista, com os professores Lucivânio Jatobá (violão) e Ronidalva (voz) e também poesias para arrecadar recursos para os movimentos”.

Figura 12: Professores estaduais vão entrar em greve



Fonte: JORNAL DO COMMERCIO, 2020.

Visto por meio da (Figura 12) as manifestações por parte dos professores estaduais, com a faixa “professor calado, aumento negado”, demonstrando que o reajuste salarial afetava igualmente os professores de escolas públicas.

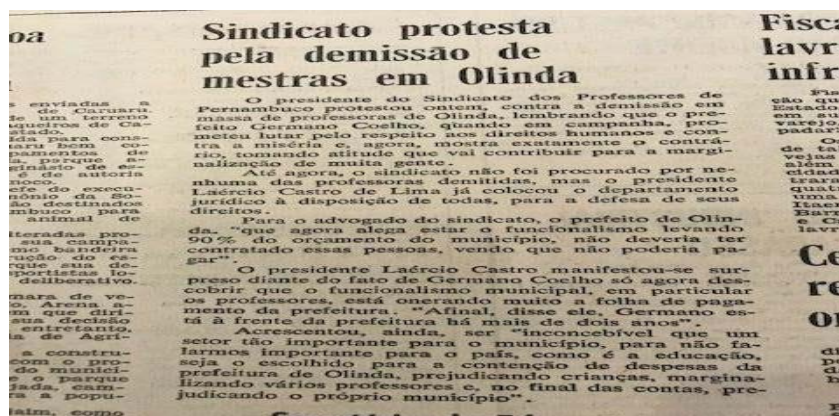
Posteriormente, enquanto ainda no assunto dos eventos grevistas realizados pelos professores, foi perguntado a Suely sobre a existência de uma greve de fome, a qual teve início por parte de alguns professores sobre o comando da greve, Suely explica que “a greve de fome não ocorreu na greve de 79. Se não me engano ela se deu no final dos anos 80 e foi deliberada pelo comando de greve reunido no pátio do TRT no bairro do Recife, após uma negociação frustrada, sem acordo”.

Logo depois, citando alguns nomes dos participantes de tal greve, sendo eles “membros da comissão de negociação da campanha, no caso, Vera Gomes, Janildo Chaves (falecido), Biu

Oliveira (falecido), Antônio Carlos Prof. Da UNICAP, Marcus Tullios e Jurandir Pilar. Terminou dois dias após o fim da greve, com o pedido de uma comissão liderada por Gentil (?), Delegado Regional do Trabalho (já falecido), o Deputado Roberto Freire (Anexo A) e pela Diretoria, prof. Mário Medeiros”.

Passando então a falar sobre retaliações por meio de demissões ou atos de repressão realizadas contra os professores durante o período de greves, definido entre 1979 e 1985, Suely explica que “quando os donos de escolas perceberam que o movimento tendia a crescer cada ano com adesão de mais escolas e ampliação dos municípios, a resposta imediata foi a demissão de professores, principalmente daqueles que se destacavam enquanto lideranças nos locais de trabalho. Quando não demitiam, ampliavam a carga horária de trabalho, trocavam informações entre eles e o SINEPE para impedir suas contratações. Houve caso de professores deixar a profissão para sobreviver ou ir trabalhar, também, na rede pública estadual e municipal, aproveitando a abertura dos concursos”.

Figura 13: Sindicato protesta pela demissão de mestras em Olinda



Fonte: JORNAL DO COMMERCIO, 2020.

Podendo ser observado (Figura 13), a iniciativa que o sindicato tinha pelos professores, se manifestando e intervindo pelos funcionários afetados pelas demissões predatórias, em um evento chamado de “demissão em massa”.

Complementando posteriormente com nomes de professores que sofreram com tal prática, ela conta que “das lideranças que participarem de mesas de negociações e outras atividades, Mário Medeiros, Edmilson Menezes, Vera Gomes, Marcus Túllius, Hélia Pereira, Antonio Carlos Miranda, Natanael Sarmento e muita gente da base, principalmente aqueles que acatavam a deliberação das assembleias e paralisavam as suas atividades muitas vezes sozinhos ou com três ou quatro professores, no meu caso, no Colégio Agnes”.

Motivado pelas demissões as quais oprimiam os professores e ameaçavam sua causa, quando perguntada se os professores afetados pela prática de demissões procuravam seus

direitos naquela época, por meio da Justiça do Trabalho e se o SINPRO disponibilizou algum suporte, Suely explica que “se a demissão ocorrida no período de estabilidade do professor, o sindicato oferecia de imediato, como faz até hoje, o depto. Jurídico para o professor entrar com ação na justiça exigindo reintegração daqueles que desejassem. Grande parcela preferia a compensação financeira do que retornar para um ambiente hostil e inseguro. No entanto, a maioria das ações jurídicas eram e ainda são por descumprimento da convenção coletiva de trabalho”.

Continuando o assunto e acrescentando sobre os meios de apoio fornecidos aos professores, ela acrescenta que “quanto a ajuda financeira, no período em que participei da direção, essa prática nunca foi usada. O apoio era estritamente jurídico, caso desejassem. Os resultados dessas ações eram sempre positivos visto que os professores tinham os direitos assegurados nos dispositivos legais”.

Posteriormente, ainda falando sobre os professores afetados pelas retaliações, quando perguntada sobre os meios que professores afastados conseguiram para se manter, é explicada que “muitos dependendo da matéria que lecionavam sobreviviam com aulas particulares, bancas de estudo preparatório para vestibular, cursos de matérias isoladas. Acredito que um percentual altíssimo continuou e continua em sala de aula sobrevivendo da profissão”.

Abordando agora ações policiais, principalmente contra os professores grevistas durante os eventos, Suely demonstra como era extremo a situação a qual viviam, dizendo que “bastava encostar o carro de som na frente de uma escola que a polícia encostava. Houve um período que os piquetes já saiam com os telefones do sindicato e advogados. Prisões sempre ocorriam e sempre de forma violenta. Os professores eram algemados e jogados dentro do camburão. Houve casos de ficarem rondando várias horas até chegar na delegacia sem que soubéssemos aonde estavam os companheiros”.

Acrescentando ao assunto de ações policiais contra grevistas, quando perguntada sobre o evento em que o Prof. Biu Oliveira foi baleado enquanto realizava distribuição de panfletos, no Colégio Santa Gertrudes, em Olinda, é explicado por Suely que “foi no ano de 1985, no mês de maio. O prof. Biu Oliveira estava pichando o muro da escola, convocando para Assembleia da Campanha Salarial. O tiro foi dado pelo vigia da escola que, segundo ele, foi para assustar os elementos”.

Figura 14: Secretário determina investigações para elucidar atentado



Fonte: DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1985, p. 33.

Como visto acima, (Figura 14), o atentado teve cobertura pelos meios de comunicação dominantes no período, realizando a busca pelo autor do disparo e alegando que os professores não revidariam da mesma forma, assim como expresso no documento, sempre buscariam a justiça “e nunca jamais a violência”.

Após explicar o incidente, prosseguindo sobre a repercussão que o evento gerou, é colocado que “teve uma repercussão negativa na entidade, levando inclusive a renúncia do vice-presidente, prof. Damata que, pelas notícias que circularam se deu em consequência da falta de apoio inicial a um diretor que tinha sido baleado fazendo atividade política para a categoria e estava em um hospital público. A imprensa cobriu e deu ampla divulgação ao fato levando constrangimento a direção do estabelecimento e das explicações sobre o fato de um vigia está armado dentro do estabelecimento e de forma ilegal”.

Logo após, quando questionada sobre como o autor do crime respondeu sobre o ocorrido, é explicado que “o prof. Biu Oliveira não tinha desejo de dar continuidade ao processo para não prejudicar mais ainda um trabalhador. A escola buscou eximir-se da responsabilidade afirmando que não tinha conhecimento que o vigia estava armado”.

Por fim do assunto, Suely explica que, quanto a violência policial aos grevistas, era comum a presença da polícia militar, juntamente com prisões, as quais o jurídico do SINPRO intervia, assim como outras entidades as quais apoiavam o movimento.

Abordando a fiscalização no SINPRO, quando perguntada sobre pressão exercida realizada sobre as atividades do sindicato, Suely responde que “a DRT atuava junto ao SINPRO

do nosso lado fazendo fiscalização e atuando as escolas que descumpria a legislação principalmente o não pagamento antecipado das férias e do 13º. Salário. Dos demais órgãos, como citei, nas greves”.

Continuando sobre o assunto de fiscalização, chegando ao assunto da negociação dos dissídios coletivos dentro da Justiça do Trabalho, quando questionada sobre a dificuldade apresentada, Suely explica que “as dificuldades se davam pela intransigência dos patrões em fechar acordos. Da parte nossa eram tentados todos os mecanismos para obter uma conclusão positiva na mesa de negociação e também em outros espaços como a mediação da DRT. Os dissídios quando eram instaurados era decorrência da deflagração da greve e geralmente se dava pelo SINEPE ou pela Procuradoria do Trabalho que tentava pela mediação, evitar o julgamento pelo pleno do TRT6”.

Figura 15: Greve continua e mestres vão a dissídio.



Fonte: DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1979.

Como demonstrado no documento (Figura 15), devido a falta de concordância dentre os acordos propostos pelos professores, recorreram a abertura de “dissídio coletivo na Justiça do Trabalho, seguindo os limites legais preconizados pela Lei 4.330 (Lei de Greve) ”.

Prosseguindo o assunto, quando questionada sobre os avanços conquistados nas greves de 1979 até 1985, Suely fala que “além do reajuste de 60%, conquistamos o direito a gratuidade para filhos de professores nas escolas em que lecionassem e estabilidade para o professor pré-aposentado além dos 12 meses”.

Quando questionada sobre a movimentação dos professores quanto a mudança de diretoria do SINPRO e o modo como aconteceu, definindo a rota que tomou os acontecimentos, Suely explica que “estatutariamente as eleições para renovação da diretoria ocorriam a cada 03 anos. A eleição após 79 se deu em 1982. A oposição dividiu-se, concorrendo duas chapas. A chapa 01, fruto da composição da oposição com membros da diretoria, mantendo o prof. Laércio na presidência e o prof. James Beltrão na vice, que foi a vitoriosa. A chapa 2, encabeçada pelo prof. Biu Oliveira, composta por demais membros da oposição, que não concordava com a aliança com os pelegos foi derrotada, mas teve uma votação expressiva em algumas escolas”.

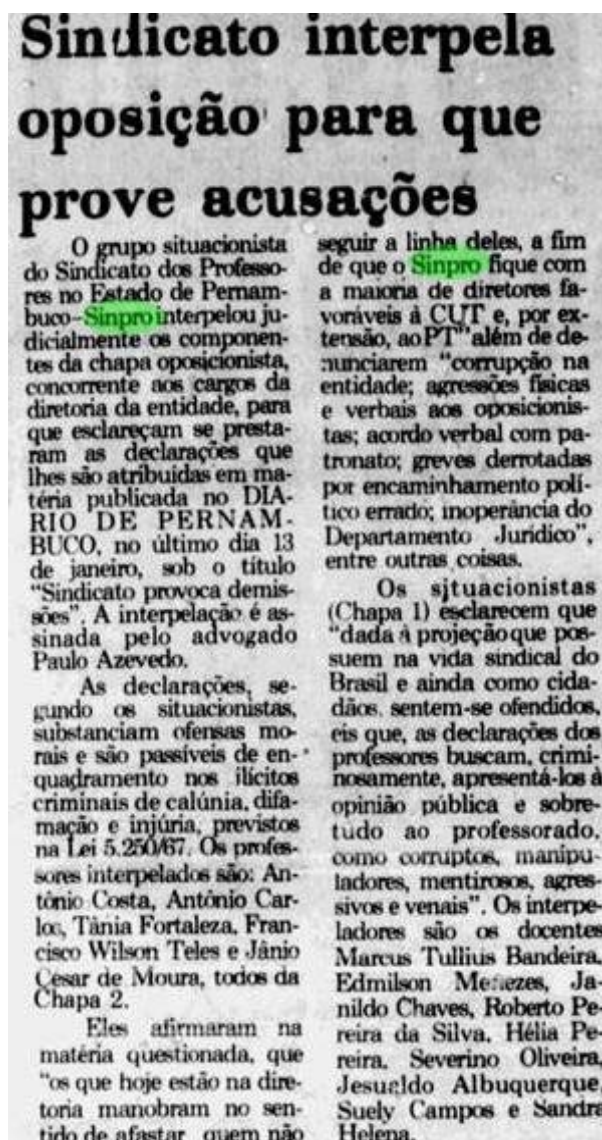
Acrescentando que “assim foi na eleição de 85, que elegeu o prof. James Beltrão presidente, com um resultado apertado e que não terminou o mandato com a sua renúncia e parte da diretoria que era ligada ao partidão (PCB) ”.

Devido a essa renúncia, “para evitar uma intervenção ao SINPRO, pelo número insuficiente de diretores que não renunciaram foi feita uma composição com a oposição que tinha sido derrotada, a elegendo em Assembleia Geral professores para dirigir a entidade. Foi nessa Assembleia que passei a compor a Direção junto com Mário Medeiros, Edmilson Menezes, Gabriel Faustino e outros que tinham rompido com a gestão anterior, no caso de Janildo Chaves e Hélia Pereira”.

Com esta reviravolta dentro do sindicato, Suely afirma que “a partir de 1986 o SINPRO inicia sua renovação com a ampliação de sua base de representação, agregando os professores da rede pública municipal nas cidades do interior e também na diretoria”.

Por fim, Suely foi perguntada sobre a nova gestão participativa implementada no SINPRO, explicando que “nas eleições de 1988, a diretoria dividiu-se em duas chapas. A chapa vencedora da qual fiz parte da sua composição junto com Mário Medeiros, Biu Oliveira, Hélia Pereira, Marcus Tullius, Edmilson, Vera Gomes, Janildo Chaves, Sandra Helena, Gabriel de outros companheiros, assumiu a tarefa de reformar o Estatuto de SINPRO, que tivesse um caráter participativo, democrático, de base e renovador. Aproveitando a CF/1988, que reduziu o papel do Estado na organização sindical dos trabalhadores em seu inciso I do artigo 8º”.

Figura 16: Sindicato interpela oposição para que prove acusações



Fonte: DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1988, p. 20.

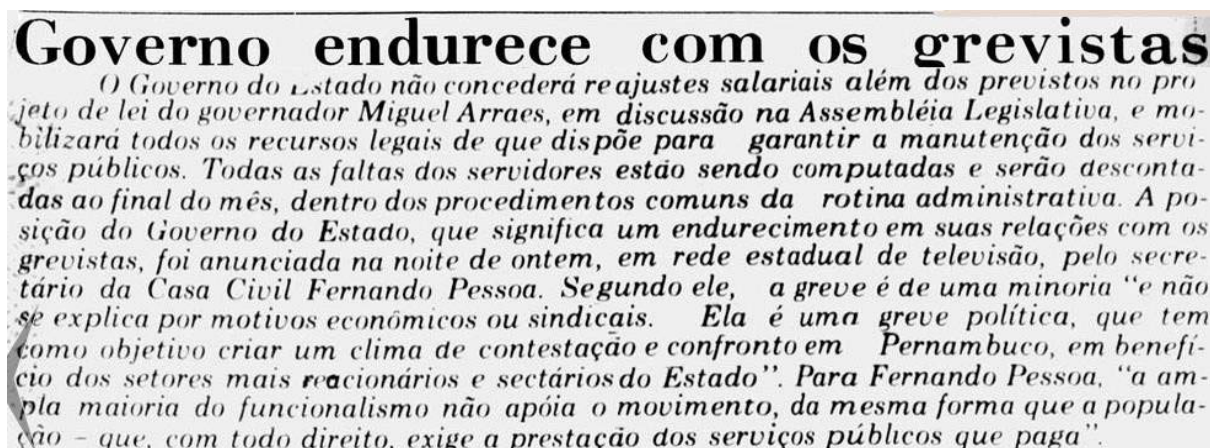
Como pode ser observado na (Figura 16), a disputa entre as duas chapas era intensa, em meio a um evento de confronto, são demonstrados os componentes da segunda chapa, da qual Suely fazia parte, juntamente ao Prof. Severino Oliveira e Janildo Chaves, e aos outros citados durante o período de 1988.

Explicando então o funcionamento desse novo modo de gestão implementado, o qual se "dava por secretarias compostas pelos membros da diretoria que elegiam um Coordenador. Semestralmente as secretarias eram avaliadas podendo haver substituição de seus membros ou coordenador em sistema de rodízio. As comissões eram definidas a partir da demanda da entidade, tais como: Sindicalização, campanhas salariais, Encontros e Congressos de professores".

Explicando que a experiência nova foi inovadora para o sindicato, logo após um período

difícil, finalmente proporcionando uma chance para que todas as vozes fossem ouvidas de forma igual, onde Suely explica que ‘Tinham de opinar, participar e executar, o que permitia o seu crescimento político e de formação’, fato esse que contribuía para que viessem a “conhecer toda máquina e estrutura sindical e aprender e conhecer seu funcionamento e fazer política na secretaria que estava compondo”.

Figura 17: Governo endurece com os grevistas



Fonte: DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1989, p. 3.

Situando a situação das greves nesse período, como pode ser observado na (Figura 17), os requerimentos feitos pelos professores por reajustes salariais continuaram fortes, onde também ameaça os grevistas, afirmando que “todas as faltas dos servidores estão sendo computadas e serão descontadas no final do mês”, menosprezando o movimento grevista e afirmando que a greve seria uma minoria “e não se explica por motivos econômicos ou sindicais”.

Por fim Suely fala que foi extremamente importante para sua formação política, passando por diversas áreas dentro o sindicato, até eventualmente “assumir papel importante nas campanhas salariais formando e compondo mesas de negociações. Com essa experiência e a curiosidade, participei da direção da CUT/PE compondo sua executiva como Secretária de Políticas sociais e também de comunicação”.

3.2 Antonio Natanael Martins Sarmiento

Passando para o segundo entrevistado, Antonio Natanael Martins Sarmiento, o qual era um professor atuante durante o período de 1979 a 1985, trabalhando no Colégio 2001, Contato Colégio e Curso, Colégio Carneiro Leão, Colégio Vera Cruz e Associação Latino Americana de Educação (Curso Pernambucano) (Apêndice B).

Quanto a seu envolvimento com a diretoria do SINPRO, Sarmiento responde que “fazia

parte do núcleo de professores que começou a oposição a diretoria que era nomeada e formada por interventores colocados pela ditadura militar fascista no Brasil com o golpe de 1964”.

Assim como foi perguntado a Suely, ao ser questionado sobre o início da greve em 1979 (Anexo A), Sarmiento explica que “a greve foi de baixo para cima, das bases, nós da oposição ao “peleguismo” ensinávamos em várias escolas, com salários aviltados e crise econômica e inflação altíssima, o regime militar sendo comprimido pela sociedade civil, que já não suportava o desemprego, a fome, as desigualdades e a brutal repressão e falta de liberdades democráticas”.

Demonstrando o clima gerado pelos atrativos entre a classe trabalhadora e o governo, o qual Sarmiento afirma ser “resultante desse conjunto complexo de fatores, não só os professores, mas várias categorias fizeram greve nesse período Brasil afora. Tratava-se do começo do fim do odioso período de terrorismo militar ditatorial e a sociedade civil clamava por liberdade, anistia política, eleições e reparação de perdas salariais e melhores condições de trabalho e de vida”.

Continuando o assunto sobre o começo da greve e a assembleia realizada no Colégio Americano Batista, Sarmiento acrescenta que “é preciso dizer que foi o núcleo de comunistas – pequeno número de professores – que esteve na vanguarda desse processo, levou as palavras de ordem mais consequentes e que foram aceitas pela maioria dos professores”.

Figura 18: Professores vão tentar greve em nova assembleia



Fonte: JORNAL DO COMMERCIO, 2020.

De acordo com o mencionado pelo entrevistado, observando o documento (Figura 18), é possível ver a repercussão do evento no colégio Americano Batista, enquanto procuravam apoio dos professores ao movimento grevista.

Logo após, demonstrando o estado em que os professores se encontravam no início do movimento grevista, lidando com aquela situação até então inédita, Sarmiento diz que “éramos iniciantes, jamais havíamos feito uma greve antes, era a primeira greve depois de 1964 no estado, inclusive. Essa estrutura que você fala, foi sendo montada na prática, não havia prato feito, fomos aprendendo fazendo e fazendo aprendendo, na melhor pedagogia da libertação freiriana”.

Prosseguindo sobre o início do movimento e a recepção dos sindicatos ao ver a greve tomando força, Sarmiento diz que “a maioria dos sindicatos era dirigidas por pelegos, sobretudo os sindicatos urbanos. Havia muitos núcleos articulados de oposições sindicais. Recordo que tivemos apoio de metalúrgicos, telefonia, urbanitários, mas apoio moral ou político que outra forma, não podiam fazer nada, nenhuma ajuda financeira por exemplo. Os carros da mobilização e dos transportes eram os veículos dos próprios professores que disponibilizavam”.

Situando agora a visão geral da greve, falando sobre o modo que foi abordada pela imprensa e levada a conhecimento geral, Sarmiento explica o modo o qual se deu essa cobertura, falando que “dei muitas entrevistas a rádios e jornais locais, a nossa fotografia da assembleia saiu na primeira página do JC – recebi depois essa foto de presente -, e TV – acabamos ficando amigos de câmaras e repórteres - eram poucos os que cobriam esses tipos de notícias, lembremos, ainda não havia sido aprovado a lei de anistia, e estava em vigor a famigerada Lei de segurança Nacional, essa norma jurídica do fascismo militarista brasileiro”.

Quanto ao apoio desses meios de comunicação para a causa da greve, quando questionado se as informações liberadas pela imprensa eram tendenciosas, Sarmiento responde que “não entendemos que seja possível informações sem tendência numa sociedade dividida em classes. As informações e notícias refletiam os interesses de classes, e a grande mídia, obviamente, refletia os interesses da burguesia – dos donos de escola e dos poderosos em relação aos trabalhadores de ensino”.

Quanto ao apoio do movimento com um foco na aceitação da greve por parte das famílias dos alunos, assim como a comunicação com eles, Sarmiento indica que “havia apoio da maioria, sem dados ou meios científicos para aferir isso, senão o sentir empírico dos fatos, no calor da greve. Recebemos muitas palavras de incentivo e apoio sim, dos pais e dos alunos. Mas dizer que não havia posição contrária, é incorreto, também ouvimos desaforos e incompreensões, afinal os fascistas reinavam e tinham seus defensores, não esqueçamos”.

Ainda sobre aceitação da greve, falando sobre os colégios que aderiram ao movimento e aos que se foram opostos, Sarmiento explica que “grande parte dos colégios fecharam as suas portas, que a greve atendeu o absurdo requisito de legalidade, quase impossível de ser alcançado, mas nós conseguimos, indo buscar professores em casa para ajudar na votação. Mas os colégios sob direções notadamente direitistas, fascistas mesmo, tipo Colégio Santa Maria e Boa Viagem, que me lembro entre outros, colégios que atendiam a clientela da pequena burguesia e burguesia da zona Sul, esses encrespavam e houve incidentes”.

Complementando sobre as posições tomadas pelas instituições, é acrescentado que “o Colégio Salesiano, onde fizemos um ato público pois alunos dessa instituição aderiram a greve em solidariedade aos professores – liderados por secundaristas Rubem Valença, Guilherme e outros e eles foram punidos pelo padre Colares. Fizemos uma Assembleia na Rua Visconde de Goiana, um grande ato que parou tudo, professores e alunos, na parte externa do colégio.

Quanto ao apoio jurídico do Sinpro, “é preciso dizer que durante décadas foi reduzido a atuação do advogado trabalhista Paulo Azevedo, que por lá labuta há mais de 50 anos. Paulo Azevedo, atendia no Sinpro e no Sindicato, e é preciso ver a atuação deste causídico, dentro dos limites das atribuições de um advogado – nós criticávamos porque generalizávamos tudo que era ligado a ditadura ao peleguismo e que vinha de antes – como se quiséssemos começar a história do zero”.

Colocando dessa forma, Sarmiento afirma que “uma das primeiras medidas da nova diretoria foi ampliar o quadro de advogados, contratamos os recém-formados Ricardo Estevão e escritório de Hands advocacia que despontava nos meios sindicais da época, com a cláusula de começavam sem receber até o sindicato ter dinheiro arrecadado para poder pagar, que eles aceitaram e podem testemunhar”.

Prosseguindo para as retaliações feitas contra os professores nesse período, quando perguntado sobre demissões que os profissionais da educação sofreram no período de opressão, Sarmiento respondeu que “era comum o professor ser ‘taxista’, isto é, horista e assim trabalhar em várias escolas, dar muitas aulas em diferentes 3,4,5 estabelecimentos, para sobreviver, precariamente com salários aviltantes”, e complementando, ainda dá seu exemplo pessoal, afirmando que “trabalhava em 5 ou 6 escolas, ministrava uma disciplina OSPB que tinha número reduzido de aulas por semana então tinha que compensar aumentando o número de escolas. Fui demitido de 5 ou 6 empregos, de todos eles, isso está documentado na minha Carteira do Ministério do Trabalho”.

Ainda por cima, afirmou da marcação que acontecia por parte dos empregadores, marcando os mandantes que encabeçavam o movimento grevista, segundo Sarmiento “falava-

se na época na existência de uma “lista negra”, com os nomes das principais lideranças que deviam ser demitidas e não deviam ser admitidas pelos colégios que aceitavam a orientação do sindicato patronal dirigido pelo “eternizado” Santiago com o grupinho patronal”.

Falando sobre marcação, retornando ao evento em que o Prof. Biu oliveira foi baleado enquanto realizava atividade de panfletagem no Colégio Santa Gertrudes, em Olinda, abordando sobre o acontecimento e a repercussão do evento, Sarmento explica que “o episódio do tiro ocorreu à noite, em pichação, e não em panfletagem. De nossa parte dos professores, toda indignação e revolta, mas lembremos que não estávamos numa democracia nem a imprensa “livre e democrática” estava disposta a divulgar o fato”.

Logo após isso, quando questionado sobre o nível de fiscalização exercido sobre o SINPRO, se ela era excessiva ou invasiva, Sarmento explica que “considerando a época em que vivíamos, além dos inúmeros “agentes infiltrados”, e os conheço bem, alguns o Diabo já os levou, acredito que sim, mas sobre isso não posso falar, talvez fosse o caso de remeter a pergunta aos agentes do ex SNI, DOPS e outros, essa turma que age nas sombras, não costuma deixar recibos nem rastros. Mas sim, creio que sim, todo movimento classista, de luta era e permanece monitorado pelos agentes do Estado que serve em última análise, sob o capitalismo, aos interesses da burguesia, é contra os trabalhadores”.

Ainda abordando a forma como o SINPRO era organizada, quando questionado sobre a mudança de diretoria dentro do sindicato, Sarmento fala que “uma eleição sindical é muito difícil, pois a diretoria tem o controle do processo eleitoral, da lista dos votantes, do roteiro das urnas, atualiza quem quer que vote, dificulta o acesso de quem não quer etc. Então o núcleo comunista que havia sido efetivamente a vanguarda do movimento – e isso antes da divisão que ocorreria depois entre os comunistas do PCB com grupo Prestista – era o mais organizado e maior dentre as forças políticas organizadas que atuavam naquele segmento”.

Prosseguindo e explicando sobre a forma escolhida para a organização política dentro do sindicato, Sarmento fala que “decidimos fazer uma composição: de 24 cargos, a antiga diretoria indicou 3 e nós indicamos os outros 21”.

Acrescentando ainda alguns nomes que ocupavam os cargos, de acordo com Sarmento a diretoria possuía “uma base de mais de 10 comunistas na diretoria, inclusive eu 1º Secretário e Vera Gomes, a Tesoureira, além do James Beltão Vice-Presidente, Janildo Chaves, Hélia Pereira, Rogério Porto, Pedro Ivo, Geraldo Barroso, Augusto César, Pessac Tropper”, entre outros.

Se aprofundando no assunto da diretoria do SINPRO, quando questionado sobre as disputas ocorridas no interior do sindicato para as mudanças na diretoria, Sarmento explica que

“um grupo de professores, ditos independentes, alguns anticomunistas, outros “trotskistas” e o núcleo embrionário do PT que era minoritário, articulou uma chapa contra o que chamavam stalinistas e pelegos. Esses nossos colegas, alguns trabalhavam e lutavam ombro a ombro conosco, nas salas de aulas, locais de trabalho”.

Quanto a forma de gestão participativa implementada na mudança de diretoria do SINPRO, quando questionado sobre o funcionamento, Sarmiento explica que “desde o primeiro dia de expediente, todas as decisões eram coletivas, com todos os membros da diretoria votando (direito voz e voto): Laércio e Vera (Presidente e Tesoureiro) exerciam atos de mero expediente, funcionais, nenhuma decisão política ou geral era tomada sem aprovação do colegiado da diretoria, e isso foi praticado já na transição”.

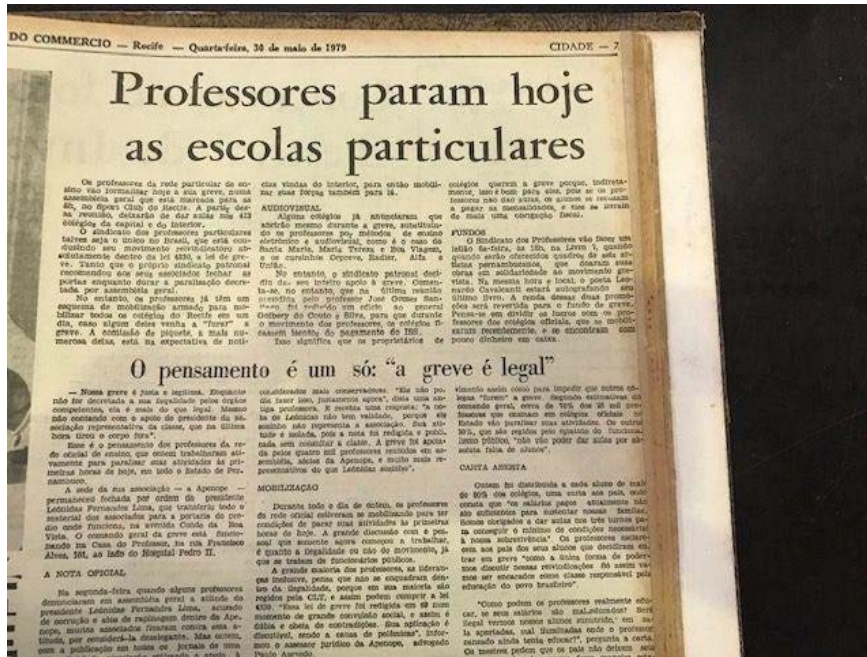
Finalizando a entrevista, Sarmiento expressa que “lutamos em tempos difíceis, acertamos e erramos, cometemos erros graves e também grandes acertos. Mas não cometemos o pior dos erros, que é nada fazer e se omitir. Que a História, a grande juíza se encarrega de dizer o papel de cada sujeito, dos combatentes, dos traidores, dos renegados, dos aproveitadores “Pescadores de águas Turvas” e assim assistimos tantos heróis e valentes que nunca combateram, mas nada disso está acima da questão da luta de classes, dos explorados e oprimidos contra os exploradores e opressores, que uma luta permanente, não tem férias remuneradas – isso foi conquista de lutas. Obrigado”.

3.3 Mário Medeiros da Silva

Como próximo entrevistado, temos o Prof. Mário Medeiros da Silva, o qual era professor ativo durante as greves de 1979, atuando nos Colégios Alpha e 2001 e se aproximando do SINPRO por ser um militante ativo da esquerda o qual procurava mudar a direção pelega do sindicato na época (Apêndice C).

Iniciando a entrevista com Mário, quando questionado sobre os preparativos para a o início da greve de 1979, Mário fala que “iniciamos uma série de reuniões com militantes da esquerda ligados PC e daí fomos nos organizando e agregando apoio entre os Professores de diferentes Colégios”.

Figura 20: Professores param hoje as escolas particulares



Fonte: JORNAL DO COMMERCIO, 2020.

Seguindo o decreto oficial de greve no dia 30 de maio de 1979, como pode ser observado no documento acima (Figura 20), o movimento foi oficialmente reconhecido e as escolas pararam, demonstrando um dia histórico, seguindo a manchete que fala “o pensamento é um só: a greve é legal”.

Posteriormente, explicando sobre a falta de apoio financeiro externo, o meio principal de comunicação eram panfletos, os quais, segundo Mário, “eram rodados em primitivos mimeógrafos a base de álcool emprestados pelo Colégio Marista que também fornecia o papel”, onde além dos panfletos, as dificuldades também afetavam também os professores, no qual a “partir de uns três ou quatro dias tínhamos dificuldades em realizar os piquetes dado que parte da militância começou a ser ameaçadas pelos demais patrões e o movimento foi entrando num impasse”.

Quando perguntado sobre os sindicatos que apoiavam a greve dos professores, Mário respondeu que “vivíamos numa ditadura e movimentos como o nosso eram vistos como subversivos, portanto passíveis de graves penalidades incluindo prisão pelo DOPS. Mais para o final recebemos a solidariedade da APENOPE que era a associação que congregava os professores do Estado de Pernambuco”.

Ainda no assunto de apoio a greve, mas agora por meio da imprensa do período, quando questionado sobre a relação do movimento da greve com os meios de comunicação principais, Mário explica que “decidíamos tudo de forma colegiada, inclusive quem falaria com os poucos

jornalistas que apareciam. O conteúdo também era decidido colegiadamente. Normalmente havia rodízio entre os que falavam a imprensa”.

Figura 21: Jornalistas trabalham pela greve



Fonte: DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1987, p. 8.

Demonstrando o apoio a greve por meio dos jornalistas, como pode ser observado na imagem logo acima (Figura 21), em meio a greve na pracinha do Diário, podemos observar um cartaz “jornalistas trabalham pela greve”, com jornalistas apoiando o movimento de greve por meio da rádio.

Complementando com os acontecimentos mais marcantes, quando questionado sobre uma greve de fome realizada em meio a esse período de greves, Mário fala que “houve uma greve de fome numa de nossas greves. Participaram Biu Oliveira, Marcos Túlios, Janildo Chaves. Creio que durou cerca de cinco dias, Luciano Siqueira do PC do B, na condição de médico teve um importante papel na assistência a saúde dos grevistas”.

Seguindo com mais uma questão sobre alguns dos eventos marcantes dos movimentos grevistas, quando questionado sobre o evento em que o Prof. Biu Oliveira foi baleado durante uma panfletagem, no Colégio Santa Gertrudes, Mário explica que “sei que foi por ocasião da mobilização para discutir o acordo coletivo de trabalho. Houve repercussão na imprensa”, explicando ainda que os meios de comunicação que faziam a cobertura principal dos acontecimentos eram o Diário de Pernambuco e Jornal do Comércio.

3.4 Paulo Azevedo

Por fim, o último entrevistado é Paulo Azevedo, advogado do SINPRO desde o dia 02 de abril de 1968 na condição de acadêmico de Direito e, ao se formar em 1973, foi contratado como advogado (Apêndice D).

Iniciando a entrevista, quando perguntado sobre a Lei de Greve, a qual fez com que o processo para a legalização da greve levasse cerca de 30 dias, Paulo responde que “a chamada Lei de Greve, a lei 4.330, ela era uma lei Draconiana, que, infelizmente, ainda está vivendo nos momentos atuais. Essa lei de greve surgiu após o Golpe Militar, em que, fora feita essa lei exatamente para não se fazer greve. Era uma lei anti-greve, ou seja, para nenhuma categoria de trabalhadores fazer greve’.

Adicionando que, “havia um anseio muito grande na rede particular de uma transformação dos valores, da condição de trabalho, dos salários, e, aí, eu fui instado a montar um processo dentro da lei de greve”, entretanto, quanto ao processo interno para ir de acordo com a lei de greve, Paulo afirma que “tive um trabalho insano de cumprir rigorosamente a lei de greve. Para você ter uma ideia, nós tínhamos que fazer uma eleição, o que hoje é assembleia, levanta a mão e pronto, a maioria venceu, mas naquela época a gente tinha que fazer uma eleição através de votação, com o voto secreto, para que a categoria se manifestasse se fazia greve ou não [...] porque nós poderíamos fazer mais facilmente se fosse apenas um processo de eleição, mas nós tínhamos um fiscal do governo, um fiscal que era exatamente o Ministério Público do Trabalho”.

Continuando no processo que se decorreu na Lei de Greve, Paulo cita que, “convocamos a doutora Thereza Bitú, que era a Procuradora Chefe do Ministério Público do Trabalho, e que veio ser a juíza depois, no quinto constitucional pelo Ministério Público, e aí ela esteve vinte e quatro horas presente no processo eleitoral, que foi cristalino, e a maioria esmagadora, ainda houve alguém que se posicionasse contra, mas a maioria esmagadora foi pela greve”.

Levando assim “a categoria a deflagrar o processo de greve, onde, em Pernambuco, talvez no Brasil, seria a primeira greve de trabalhadores com a imensidão e a intensidade dessa que foi a greve dos professores de 1979, e nós logo fomos convocados pelo tribunal, já nos primeiros dias de greve, e, lá, conseguimos reverter a posição patronal, onde a categoria saiu com uma vitória esmagadora, e, inclusive, eu lembro que o tribunal disse que a greve foi legal e mandou pagar os dias parados”.

Prosseguindo sobre o processo para a declaração da greve, quando questionado se houve intervenção do Tribunal Regional do Trabalho para julgamento de dissídio coletivo, Paulo

explica que "logo que deflagramos a greve, eu tinha a responsabilidade de suiciar o dissídio coletivo, de natureza econômica, porque nós estávamos pedindo o reajuste, e de alteração nas condições de trabalho, onde nós obtivemos o êxito nas duas questões, sendo tudo feito no Tribunal do Trabalho".

Prosseguindo sobre o movimento grevista, situando as várias prisões e detenções de professores ocorridas dentre o período de greves Paulo cita que "em 1979, nós tínhamos o sindicato com a diretoria eleita, e tínhamos um grupo de jovens egressos da rede particular que manifestavam o desejo de transformar a vida do professorado e as condições de trabalho. Eram lideranças novas, e entre essas lideranças novas havia o professor Marcos Tullius Bandeira Menezes, [...] cujo mestre foi, de fato, preso em um piquete, que estavam realizando de forma bastante educada, [...] onde se tentava convencer os professores que eventualmente estavam resistindo à greve a aderir ao movimento, que um movimento pacífico e legal".

Seguindo este evento, Paulo continua explicando que "ele foi preso, colocado em um camburão da PM. [...] Soube também que outros teriam sido detidos ocasionalmente, mas logo postos em liberdade", demonstrando que este período era repleto de muita opressão e medo por parte dos professores, os quais eram constantemente ameaçados, juntamente ao fato de que as condições ainda eram muito precárias, especificamente para a classe trabalhadora.

Continuando a explica sobre as intervenções policiais aos professores grevistas, quando questionado sobre as ações do DOPS, Paulo acrescenta que "em relação ao professor Marcos Tullius, ele foi conduzido ao DOPS, eu me lembro, não posso te afirmar se o ficharam, porque foram horas e horas de negociação, e, quando ele foi posto em liberdade saiu comigo, sem nenhuma dificuldade.

Ainda falando sobre a perseguição que os professores sofriam, agora sobre as demissões, Paulo acrescenta que "havia uma velada perseguição às lideranças do movimento grevista, essas novas lideranças. Posso dizer que muitos foram demitidos, e uma tal de lista negra circulava nas escolas para não contratar os mestres, entretanto essas lideranças eram profissionais de muito bom nível, e, via de regra, um ou outro era contratado porque as escolas que mantinham o padrão mais alto de ensino não poderiam abdicar de um professor de tão boa qualidade".

Prosseguindo com a perseguição, quando questionado sobre o evento em que o Professor Bui Oliveira foi baleado no Colégio Santa Gertrudes, segundo Paulo, "ele foi vítima de um tiro à esmo, dado por um segurança, presumivelmente da própria escola, porque nós estávamos fazendo o chamado piquete, que estava dentro da lei de greve, exercendo o legítimo direito de convencimento dos que resistiam à greve, quando o disparo foi efetuado. Não

conseguimos identificar o autor, porque havia um grande número de professores, e havia também um número de pessoas razoável, e eram unidades da escola, de modo que nós não conseguimos identificar e, lamentavelmente, [...] não houve nenhuma sanção para o autor, que não se identificou’.

Falando ainda sobre a repercussão do movimento grevista, quando questionado sobre o apoio vindo por parte da APENOPE a iniciativa, Paulo explica que “coloquei na assembleia da então APENOPE, que veio posteriormente a decretar greve, de que os professores me eram, na sua grande maioria, celetistas, porque o estado mantinha, naquela época, professores sob o regime da consolidação das leis do trabalho, então, eu advoguei no sentido de que, sendo eles celetistas, eles teriam que seguir o processo da lei de greve, que era permitido a eles fazer greve, desde que seguisse a lei”.

Situando também, “havia também professores estatutários, ou seja, no regime próprio de trabalho, estes não poderiam fazer greve, porque havia uma proibição expressa na legislação”.

Complementando a situação, Paulo arremata que “não posso distinguir o professor celetista do professor estatutário, para mim ambos ocupam a mesma função, desempenho com as mesmas qualificações, [...] dado ao momento de arbítrio que vivíamos, mas que no duro eles poderiam fazer greve, e, assim, foi decretada a greve da APENOPE, que, logo a seguir, se uniu aos professores da rede particular, que estavam em processo de greve”.

Abordando sobre a aceitação do governo quanto a greve, em maio de 1979, o qual apesar de considerar a greve ilegal (Anexo A), propôs um percentual de aumento salarial, o qual não foi aceito pelos profissionais da educação, adicionando a situação, segundo Paulo “o estado oferecia um patamar irrisório e ridículo para que nós retornássemos da greve, e exigiam que retornássemos de imediato, e aí não foi aceito, e o impasse prosseguiu”.

Adicionando a esse período de dificuldades, Paulo acrescenta que “lembro perfeitamente que houve um acampamento em frente à Secretaria de Educação do Estado, que ficava na rua Siqueira Campos, atrás dos Correios. Lá os professores ficaram jogados nas calçadas, em situação muito precária, e o curioso é que os professores recebiam alimentos da população, que levava café da manhã, almoço, jantar, e, se não me falha a memória, passaram-se trinta dias, um mês, nessa via cruz, [...] e essa solução acabou ocorrendo quando então se retornou da greve, [...] a APENOPE, inclusive com o surgimento de novas lideranças, como Paulo Rubens Santiago, que se firmou nessa luta, e, aí, a associação cresceu à olhos vistos ao ponto de se transformar num sindicato efetivamente”.

Prosseguindo para abordar sobre incidentes de prisões ou demissões de algum professor da rede oficial, devido a adesão ao movimento da greve, Paulo explica que “eu não me recordo de prisões, me recordo de muitas ameaças. Ameaças veladas, visitas de estranhos ao local onde os professores estavam acampados, aterrorizando, mas eu lembro de um fato extremamente curioso: o professor Paulo Rubens, que era uma das lideranças mais fortes da categoria dos professores da rede oficial, ele foi demitido sob a alegação do cometimento de falta grave”.

Explicando sobre qual teria sido a falta cometida pelo professor, Paulo continua dizendo que “teria sido o fato de que ele bateu uma foto de uma criança bebendo água praticamente no chão da entrada de uma escola do Estado, onde havia lama embaixo da torneira, e fez um mimeógrafo dessa foto, porque nessa época não havia xerox, e aí distribuiu. Então, se atribuiu a ele o cometimento de falta grave”.

Sobre as ações tomadas em relação ao acontecido, Paulo continua que “então ingressei com uma ação na Justiça do Trabalho, porque ele era celetista, então pedi a nulidade da demissão injusta, e a reintegração do mesmo com o pagamento dos salários vencidos, e os vincendos, aqueles que viriam no curso do processo. Este processo foi distribuído para a Oitava Vara do Trabalho, cujo juiz titular era o magistrado Milton Lira, que veio a ser posteriormente presidente do tribunal. E aí, feita a instrução, o juiz designou a sentença”.

Quanto a forma como acontecia, Paulo explica que “naquela época, não havia juízo singular, ou seja, o juiz era auxiliado por dois integrantes da junta de conciliação, que era composta pelo juiz togado, ou concursado, e por dois vogais (juízes classistas) que aí se jogava vogal do empregador, e o vogal do empregado, todos com direito a voto. E então, na aprovação da sentença, o juiz concursado, o doutor Milton Lira, deu a ação como procedente, anulou a demissão do professor Paulo Rubens, e mandou reintegrá-lo com o pagamento dos salários vencidos e vincendos até a efetiva reintegração”.

Prosseguindo para as eleições para a diretoria da APENOPE, em julho de 1979, as quais foram anuladas, quando questionado sobre recursos dessa decisão por meio o TJPE, Paulo explica que “tive a necessidade de dar mais atenção à rede particular, onde a demanda era infinitamente maior, porque o Estado também não poderia demitir em massa, até porque ia ficar sem professores nas salas de aula, mas a rede particular poderia fazer, mesmo nessas condições entrava o diretor para dar aula, enfim, eles acomodavam de alguma forma e demitiam. E como havia uma demanda grande de demissões na rede particular, eu então fui obrigado a me dedicar muito mais à categoria dos professores da rede particular, e aí não mais acompanhei o processo”.

Por fim da entrevista, quando perguntado sobre algum assunto ou observação relevante que não tenha sido mencionada durante o questionário, Paulo responde que “entendo ser extremamente relevante são dois pontos. Primeiro a resistência da categoria, a bravura da categoria, a insistência da categoria, isso foi fundamental para o sucesso. O outro ponto que eu destaco foi o surgimento das novas lideranças. Quem imaginaria que nós teríamos descoberto uma Suely Santos. Quem imaginaria que descobriríamos outros tantos que eu poderia nominar, Vera Gomes, Marcos Tullius, Biu Oliveira, Edimilson Menezes, Helia Helia, que depois viria a ser presidente, por sinal uma mulher encantadora. Biu Vincente. James, que foi presidente, grande figura, um grande presidente, trabalhei com ele. Jarbas também, outro grande presidente. Natanael Sarmento, que foi um desbravador, um guerreiro nesse período todo, que eu rendo minhas homenagens à categoria através da pessoa dele, ele realmente foi brilhante. Ele e Suely Santos, para mim, foram grandes destaques nesse movimento paredista e no surgimento dessas lideranças que efetivamente marcaram uma nova era no Sindicato dos Professores. Há ainda muitos outros que estiveram conosco nessa grande batalha.

Questionando sobre a APENOPE, daquela época, onde houveram as lideranças de Tereza Leitão, Paulo Rubens Santiago, entre outros professores, segundo Paulo “Tereza era uma guerreira indomável, ela se juntava a Paulo Rubens como uma das grandes lideranças do movimento. Havia outras que eu lembro da memória, mas me foge o nome nesse momento. Horácio Reis, Paulo Valença, Horácio que depois veio a ser presidente, e Paulo também. Isso foi muito importante para o desenvolvimento sindical brasileiro, porque Pernambuco se destacou, e se destaca, como um celeiro de grandes lideranças, e como um desbravador do movimento sindical ativo da greve de 1979”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até o presente momento procuramos situar os leitores a respeito dos rumos dessa pesquisa. Inicialmente, no capítulo primeiro, debatemos sobre o contexto histórico com que os sindicatos analisados na pesquisa (SINPRO/PE e APENOPE) floresceram. Com isto, procuramos também conceituar o nosso entendimento por Novo Sindicalismo e de como estes movimentos fizeram parte destes grupos. Nesta análise, vimos que o movimento iniciado pelos metalúrgicos se expandiu entre diversas outras áreas, sobretudo os professores.

O capítulo II dessa dissertação tinha como base dar aos leitores a noção a respeito de como a APENOPE e o SINPRO foram órgãos que atuaram em conjunto durante as greves de 1979 e na década de 80, além trabalhar como eles foram vistos como órgãos representantes de classe pelos professores. Nesta forma, tivemos exemplos práticos de como o Novo Sindicalismo atuou em Pernambuco no âmbito da classe dos professores. Citamos também questões internas, como oposições e práticas de peleguismo, que tais sindicatos tiveram que enfrentar, mas isto não impediu que eles se agrupassem e se reorganizassem para apoiar os professores. Mais adiante, percebemos também que ambos serviram como um grupo em que os docentes pernambucanos encontravam refúgio para suas lutas. Consideramos que podemos ir além neste segundo capítulo quando tivemos acesso às atas sindicais, pois assim poderemos fazer as transcrições e contextualizar na nossa pesquisa com maiores informações detalhadas das duas instituições. Assim, o nosso mapeamento documental será aproveitado e incrementado nesta pesquisa.

Foi importante a análise dos periódicos para podermos entender o contexto grevista, bem como as representações que apareciam na imprensa. Dessa forma, aproveito para dizer que tive dificuldades para acessar a documentação do SINPRO-PE, assim como na questão documental no que diz respeito a atas internas. Nas etapas finais dessa dissertação, realizei entrevistas com professores daquele período. Tais entrevista, por conta da pandemia do COVID-19, foi realizada através de questionários enviados aos e-mail dos entrevistados. No mais, fiz diversos contatos com vários professores participantes das greve, por ocasião de um ato público, em homenagem à primeira greve da categoria (1979), realizado em 12 de setembro de 2019, na Assembleia Legislativa do estado de Pernambuco “GRANDE EXPEDIENTE – 40 ANOS DA HISTÓRICA GREVE DOS PROFESSORES DE PERNAMBUCO”, presidido pela da Professora e Deputada Estadual Tereza Leitão.

Na ocasião desse Expediente tive contato com vários atores da época, os quais contribuíram com as suas histórias no movimento, mas por questões nitidamente do encaminhamento da pesquisa não foi possível citá-los no corpo da presente dissertação, mas seus registros em muito poderão contribuir para um breve aprofundamento do que discutimos.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **O Novo Sindicalismo**. São Paulo: Scritta, 1991.
- _____. **O que é o sindicalismo?** São Paulo: Editora Brasiliense, Ed. 18, 2003.
- ARRIGONI, Mariana de Mello. **Debatendo os Conceitos de Caricatura, Charge e Cartum**. In: III Encontro Nacional de Estudos da Imagem. 2011.
- BARROS, José de A. Memória e História: Uma Discussão Conceitual. **Tempos Históricos**, v. 15, n. 1, p. 317-343, 2011.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história: Ou, o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- CAMPOS, Raquel D. **Mulheres e crianças na imprensa paulista (1920-1940): educação e história**. São Paulo: UNESP. 2009.
- CARVALHO, José M. Cidadania no Brasil: O longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CASTRO, Hebe. História Social. In: FLAMARION, Ciro; VAINFAS, Ronaldo. Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CORRÊA, Larissa Rosa et al. **Trabalhadores textéis e metalúrgicos a caminhos da Justiça do Trabalho: leis e direito na cidade de São Paulo, 1953 a 1964**. 2007. Dissertação de Mestrado - UNICAMP. 2007.
- CRUZ, Sebastião Velasco; MARTINS, Carlos Estevam. **De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da abertura**. In: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (Orgs.). Sociedade e política no Brasil pós-64. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História Oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, quarta-feira, 30 de maio de 1979. **Diário de Pernambuco**, ano 154, n. 144, 1979.
- _____. Recife, quinta-feira, 7 de julho de 1979. **Diário de Pernambuco**, ano 154, n. 152, 1979.
- _____. Recife, quinta-feira, 16 de outubro de 1980. **Diário de Pernambuco**, ano 155, n. 281, 1980.
- _____. Recife, quinta-feira, 17 de maio de 1979. **Diário de Pernambuco**, ano 154, n. 131, 1979.
- _____. Recife, quinta-feira, 31 de maio de 1979. **Diário de Pernambuco**, ano 154, n. 145, 1979.
- _____. Recife, sábado, 2 de junho de 1979. **Diário de Pernambuco**, ano 154, n.

147, 1979.

_____. Recife, segunda-feira, 14 de maio de 1979. **Diário de Pernambuco**, ano 154, n. 128, 1979.

_____. Recife, sexta-feira, 17 de abril de 1979. **Diário de Pernambuco**, ano 154, n. 103, 1979.

_____. Recife, sexta-feira, 23 de março de 1979. **Diário de Pernambuco**, ano 154, n. 79, 1979.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp. 1985.

FAVARETO, Arilson. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. **Rev. bras. Ci. Soc.** v.21, n.62, 2006.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. N. O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2003.

FERREIRA, Rafael L. **O “NOVO SINDICALISMO” URBANO EM PERNAMBUCO (1979-1984): ENTRE MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS**. Dissertação de Mestrado (História), Programa da Pós-Graduação Em História - UFPE, 2012.

_____. **UMA DAS HISTÓRIAS ESQUECIDAS: PERNAMBUCO E AS GREVES URBANAS DE 1979**. UNICAP. 2013.

FILHO, Viana L. **O Governo de Castelo Branco**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. 1975.

FRANZOI, Luiz C.; DE MORAIS, Marcos C. P. Redemocratização do Brasil. **JICEX**, v. 4, n. 4, 2014.

FREIXO, Andre de Lemos. Um 'arquiteto' da historiografia Brasileira: história e historiadores em José Honório Rodrigues. **Rev. Bras. Hist.**, v. 31, n. 62, 2011.

GADDIS, John L. **Paisagens da história: como os historiadores mapeiam o passado**. Campus, 2003.

GARCIA, Marco Aurélio. São Bernardo: A (auto)construção de um movimento operário. **Desvios**, n. 1, 1982.

GOMES, Angela M. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GOMES, Marcos A. **OLHARES CRUZADOS: POLÍTICA E DINÂMICAS SOCIAIS NO TRIÂNGULO MINEIRO**. São Paulo: Paco e Littera, 2019.

GUIMARÃES, Maria T. C. **MOVIMENTO DOS PROFESSORES E A FORMAÇÃO DO SUJEITO COLETIVO NA CULTURA POLÍTICA DA DÉCADA DE 1980**. Goiânia, v. 14, n. 2, p. 359-373, 2011.

HALBWACHS, Maurice. **A MEMÓRIA COLETIVA**. São Paulo: Editora Revista dos

Tribunais LTDA, ed. 2, 1990.

JORNAL DO COMMERCIO. Hemeroteca. Disponível em:<<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/jornal-do-commercio/170054>>. Acesso em: 02, outubro. 2020.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1990

MATTOS, Marcelo B. **Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955- 1988)**. Tese (Doutorado em História) – UFF, 1996.

MATTOS, Marcelo B. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PANDOLFI, Dulce C. **Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise de uma elite política**. Pernambuco: Fundação Joaquim Nabuco, 1984.

PEREIRA, Carlos E. da S. **O ATESTADO IDEOLÓGICO: UMA ANÁLISE DA BUROCRACIA COMO POLÍTICA AUTORITÁRIA (1931 –1952 E 1967 –1979)**. 2019. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/acessolivre/anais/ephis/assets/edicoes/2019/arquivos/30.pdf>>. Acesso em: 17, set. 2020.

PEREIRA, Célia M. **O Planejamento Educacional Participativo e o Movimento Docente**. Recife: UFPE. 1991.

PINSKY, Carla B. et al. **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

POHNDORF, Marília da R. H. **O Movimento Estudantil universitário em Pelotas durante a redemocratização do Brasil (1978-1985): memórias de atuações contra a ditadura**. Dissertação de Mestrado (História), Programa de Pós-Graduação em História - UFPel, 2013.

PORFÍRIO, Pablo F. de A. **Escritos políticos de Francisco Julião no processo de redemocratização do Brasil (1981-1985)**. Rio de Janeiro: Topoi, v. 16, n. 31, 2015.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. São Paulo: Autêntica, 2008.

REIS, José Carlos. **A história, entre a filosofia e a ciência**. ed. 4. Belo Horizonte: Autêntica, 2018;

REMÍGIO, Elizabeth. **As Brigadas Muralistas e as campanhas de Arraes: arte e política na década de 1980**. Recife: Cepe, 2016.

RODRIGUES, Leôncio M. **CUT: Os militantes e a ideologia**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009.

_____. **Sindicalismo e classe operária (1930-1964)**. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira**. 3. ed. v. 10. t. 3. O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964). São Paulo: DIFEL, 1986.

SANTANA, Marco Aurélio. **Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro**. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 41, p. 103-120, out. 1999.

SILVA, Max Rodolfo Roque da. **As lutas dos professores da rede pública estadual em Pernambuco: o novo sindicalismo e a formação do SINTEPE**. 2014. Dissertação de Mestrado (Educação), Programa De Pós-Graduação Em Educação - UFPE. 2014.

SINPRO-PERNAMBUCO. **NOSSA HISTORIA**. 2020. Disponível em:<<https://sinpropernambuco.org/nossa-historia/>>. Acesso em: 27, maio. 2020.

SOUZA, Cícero Albuquerque de et al. **Retratos de professores: associativismo docente em Pernambuco-1979/1982**. 2016. Dissertação de Mestrado.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. 3. ed. v. 1. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ZANGELMI, Arnaldo J. Pesquisadores e entrevistados: problemas éticos ligados a contextos de desigualdade e à atuação de movimentos sociais. **História Oral**, v. 19, n. 1. 2016.

APÊNDICES

Apêndice A – Suely Santos

Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP

Mestrado em História Profissional – PPGHP

ENTREVISTA CONCEDIDA EM FORMA DE QUESTIONÁRIO DOS ATORES ENVOLVIDOS NA GREVE DOS PROFESSORES NO PERÍODO DE 1979 A 1985

Entrevistador: Marcos Antônio Heliodoro do Nascimento

Entrevistado: Suely Santos, professora atuante nas greves de 1979 a 1985.

Formação: Formada em História pela UFPE

PERGUNTAS:

- 1) No ano de 1979, qual era o estabelecimento de ensino que você trabalhava?

Resposta: Iniciei, coincidentemente minha carreira profissional em 79. Trabalhava no Colégio Elo, Boa Viagem empresa educacional onde tive minha CTPS registrada.

- 2) Nesse ano (1979), você fazia parte da Diretoria de SINPRO-PE? Qual sua relação com o SINPRO e como foi essa aproximação?

Resposta: Não fazia parte da sua direção. Meu contato não era com o Sindicato e sim, com um grupo de professores entre os quais se destacava um grande amigo meu, Prof. Severino Oliveira. Nos formamos juntos em História pela UFPE. Aliás foi ele que me apresentou no primeiro emprego como professora. Só vim saber o que era SINPRO no movimento grevista de 79. Foi nele que conheci o sindicato e ele passou a fazer parte da minha relação política.

- 3) A história indica que na greve de 1979 não houve apoio da Diretoria, por conta do “peleguismo” que havia nos sindicatos e Associações que representava funcionários públicos do Estado de

Pernambuco. Sem o apoio da diretoria do SINPRO, como foi o preparativo e o planejamento para a decretação e a deflagração da greve de 1979?

Resposta: Essa ausência de apoio das direções foi mais expressiva na APENOPE. No caso do SINPRO já havia uma relação anterior ao movimento de 79. Tanto é que tínhamos um companheiro, o Prof. Jarbas Beltrão que participava da direção da entidade no Conselho Fiscal, cujo presidente era o Prof. Laércio Castro.

Essa aproximação fazia parte de uma estratégia que era tomar os sindicatos por dentro, conhecendo sua máquina burocrática, área de atuação, base sindicalizada etc. Tanto foi positiva no caso que durante o movimento grevista, as assembleias foram bem divulgadas mobilizando a categoria e ao mesmo tempo organizando e fortalecendo um movimento de oposição à direção pelega.

Eu, enquanto base, minha relação com a direção era nula. A identificação que eu tinha de direção eram os professores que estavam à frente do movimento, defendendo propostas e os interesses da categoria. Não registro na minha memória, alguma proposição da direção naquele período. A estratégia adotada foi determinante. Só tínhamos Campanha Salarial com a participação do sindicato. Por lei era ele que convocava as assembleias, registrava as atas e sentava à mesa de negociação com o SINEPE, fechar acordos ou instaurava dissídios. Não dava, com a conjuntura dada, fazer um movimento por fora da entidade.

- 4) Após a histórica votação na assembleia do Colégio Salesiano no dia 25 de maio, favorável à greve e a sua deflagração no dia 30 de maio de 1979, como era a divisão das tarefas e como funcionava o comando de greve, instalado no Colégio Marista, e seus comitês-comissões? (Infraestrutura, apoio financeiro, propaganda, piquetes, vigílias etc.)

Resposta: Na minha memória essa Assembleia realizou-se no Colégio Americano Batista e não no Salesiano. Não tenho registro de Assembleia nesse local.

Quanto à organização do movimento recordo que houve uma reunião à noite (não me recordo do local) para definir um local para realização das atividades e outros encaminhamentos como a formação das Comissões de infraestrutura, finanças, piquetes, comunicação e a definição do comando de greve e da coordenação. Foi uma reunião longa e no meio dela chegou a informação que o Marista não só aderiu ao movimento como também cedia seu espaço para os professores em greve se organizar. Depois de muitas intervenções foi aceita a oferta principalmente por ser um local central e facilitaria para o deslocamento dos piquetes.

- 5) Houve apoio de algum sindicato de outra categoria à greve dos professores da rede privada?

Resposta: Não tenho registro. Se houve com certeza deve ter sido das oposições de outras categorias que, já eram organizadas como metalúrgicos. Eletricitários (atual Urbanitários), telefônicos, vigilantes etc.

- 6) Havia alguma comunicação entre o comando de greve, os alunos e aos pais destes!?

Resposta: A comunicação era feita pela imprensa (muito presente), repassando as informações sobre as negociações e escolas que estavam aderindo ao movimento e orientando os pais para que não enviassem seus filhos às escolas.

- 7) Como era a relação do comando de greve com a imprensa? Havia alguma comissão responsável pelas notícias. A greve teve apoio por parte desses veículos ou as informações eram tendenciosas?

Resposta: Como falado no item anterior, a imprensa esteve muito presente principalmente os jornais e as rádios. Houve muito apoio, afinal éramos junto com os professores do Estado, a notícia do momento. Uma greve de trabalhadores contra os donos de escolas. As informações para evitar notícias contraditórias eram centralizadas na coordenação do Comando de Greve através da comissão de comunicação.

- 8) Em relação aos pais de alunos e aos próprios alunos, havia algum apoio aos grevistas? Como era essa comunicação? (através de jornais, carta, rádio, TV)?

Resposta: Não me recordo especificamente greve. Nas outras tenho registro desse apoio principalmente de alguns colégios religiosos mais abertos como o próprio Colégio Marista, Vera Cruz, Academia Santa Gertrudes e as leigas, denominadas de escolas alternativas, como Recanto Infantil e Instituto Capibaribe.

- 9) Como foi o apoio recíproco entre os professores da rede privada e da pública estadual (nas passeatas, nas vigílias e em outros eventos durante a greve)?

Resposta: Nossa greve foi curta, mais intensa. Lembro que no início fizemos uma atividade conjunta que foi a passeata. Nas demais eram cada categoria tentando garantir um momento vitorioso, através do fechamento de escolas e sair com uma convenção coletiva (no nosso caso) que garantisse um bom reajuste e novas conquistas.

Os professores do Estado tiveram uma greve dura e mais longa. Foi bastante exaustiva. Nosso apoio foi limitado em razão do retorno imediato ao trabalho com o fim da greve. Lembro também que fizemos uma outra atividade que foi um ato cultural com música no auditório do Colégio Americano Batista, com os professores Lucivânio Jatobá (violão) e Ronidalva (voz) e também poesias para arrecadar recursos para os movimentos.

- 10) É sabido que no movimento de 1979, teve greve de fome por parte de alguns professores, seguindo orientação do comando de greve. Você sabe o nome dos professores que participaram e quantos dias durou essa greve de fome?

Resposta: A greve de fome não ocorreu na greve de 79. Se não me engano ela se deu no final dos anos 80 e foi deliberada pelo comando de greve reunido no pátio do TRT no bairro do Recife, após uma negociação frustrada, sem acordo.

Os grevistas eram os membros da comissão de negociação da campanha, no caso, Vera Gomes, Janildo Chaves (falecido), Biu Oliveira (falecido), Antônio Carlos (Prof. Da UNICAP, Marcus Tullios e Jurandir Pilar. Terminou dois dias após o fim da greve, com o pedido de uma comissão liderada por Gentil (?), Delegado Regional do Trabalho (já falecido), o Deputado Roberto Freire e pela Diretoria, prof. Mário Medeiros.

- 11) Nas greves entre o período de 1979 a 1985, houve alguma retaliação (demissão de professores) por parte dos donos de escolas ou por determinação do sindicato patronal?

Resposta: Quando os donos de escolas perceberam que o movimento tendia a crescer cada ano com adesão de mais escolas e ampliação dos municípios, a resposta imediata foi a demissão de professores, principalmente daqueles que se destacavam enquanto lideranças nos locais de trabalho. Quando não demitiam, ampliavam a carga horária de trabalho, trocavam informações entre eles e o SINEPE (sindicato dos patrões) para impedir suas contratações. Houve caso de professores deixar a profissão para sobreviver ou ir trabalhar, também, na rede pública estadual e municipal, aproveitando a abertura dos concursos.

- 12) Você lembra de alguns nomes de professores demitidos e se faziam parte da direção do SINPRO, do comando da greve ou simplesmente aderiram à greve?

Resposta: Vários. Das lideranças que participarem de mesas de negociações e outras atividades, Mário Medeiros, Edmilson Menezes, Vera Gomes, Marcus Túllius, Hélia Pereira, Antonio Carlos Miranda, Natanael Sarmento e muita gente da base, principalmente aqueles que acatavam a deliberação das assembleias e paralisavam as suas atividades, muitas vezes sozinhos ou com três ou quatro professores, no meu caso, no Colégio Agnes. O objetivo era reduzir a participação dos professores nas campanhas salariais, com ameaça de efetivação de demissões.

- 13) Esses professores demitidos foram à Justiça do Trabalho garantia de seus direitos? O SINPRO deu algum suporte (ajuda) aos demitidos, como por exemplo, ajuda financeira e/ou disponibilizar advogados à disposição desses trabalhadores demitidos e sabe dizer se tiveram sucesso na causa trabalhista?

Resposta: Se a demissão ocorrida no período de estabilidade do professor, o sindicato oferecia de imediato, como faz até hoje, o depto. Jurídico para o professor entrar com ação na justiça exigindo reintegração daqueles que desejassem. Grande parcela preferia a compensação financeira do que retornar para um ambiente hostil e inseguro. No entanto, a maioria das ações jurídicas eram e ainda são por descumprimento da convenção coletiva de trabalho. Quanto a ajuda financeira, no período em que participei da direção, essa prática nunca foi usada. O apoio era estritamente jurídico, caso desejassem. Os resultados dessas ações eram sempre positivos visto que os professores tinham os direitos assegurados nos dispositivos legais. (Seria interessante procurar o advogado do SINPRO, Paulo Azevedo. Esteve presente e atuou na greve de 79 e é advogado da maioria das ações trabalhistas).

- 14) Alguns desses professores demitidos procuraram outra forma de trabalho temporário para sua sobrevivência? Esses professores retornaram às salas de aula?

Resposta: Não sei precisar com número. Mas, muitos dependendo da matéria que lecionavam sobreviviam com aulas particulares, bancas de estudo preparatório para vestibular, cursos de matérias isoladas. Acredito que um percentual altíssimo continuou e continua em sala de aula sobrevivendo da profissão.

- 15) Houve alguma retaliação policial com grevistas. Alguns presos responderam algum inquérito policial e/ou judicial criminal?

Resposta: E muito. Bastava encostar o carro de som na frente de uma escola que a polícia encostava. Houve um período que os piquetes já saiam com os telefones do sindicato e advogados. Prisões sempre ocorriam e sempre de forma violenta. Os professores eram algemados e jogados dentro do camburão. Houve casos de ficarem rondando várias horas até chegar na delegacia sem que soubéssemos aonde estavam os companheiros. Seria bom conversar com Mário, Vera ou Edmilson, que sofreram esse tipo de violência. Quanto aos processos judiciais não tenho conhecimento.

- 16) Sabe dizer se a Delegacia de Ordem Política e Social - DOPS teve alguma atuação nas greves de 1979 a 1985? Pode declinar o nome de algum grevista fichado ou preso por esse órgão?

Resposta: Pelas atividades sindicais eu desconheço essa ação do DOPS junto às lideranças ou algum professor da base.

- 17) Em uma das greves, não sei especificar o ano, o Prof. Biu Oliveira foi baleado em plena atividade de panfletagem no Colégio Santa Gertrudes, em Olinda. Você poderia falar sobre essa ocorrência? (ano, mês, etc). E se houve alguma nota do sindicato ou repercussão desse fato em algum veículo de comunicação?

Resposta: Se não me engano, foi no ano de 1985, no mês de maio. O prof. Biu Oliveira estava pichando o muro da escola, convocando para Assembleia da Campanha Salarial. O tiro foi dado pelo vigia da escola que, segundo ele, foi para assustar os elementos. Quanto à nota do sindicato não sei dizer. Não fazia parte da direção. Só me recordo é que teve uma repercussão negativa na entidade, levando inclusive a renúncia do vice-presidente, prof. Damata que, pelas notícias que circularam se deu em consequência da falta de apoio inicial a um diretor que tinha sido baleado fazendo atividade política para a categoria e estava em um hospital público. A imprensa cobriu e deu ampla divulgação ao fato levando constrangimento a direção do estabelecimento e das explicações sobre o fato de um vigia está armado dentro do estabelecimento e de forma ilegal.

- 18) Houve prisão do autor do crime e sabe do resultado do inquérito policial ou processo judicial? Ou alguma outra informação?

Resposta: Pelo que me recorde foi aberto um inquérito policial. Não sei o resultado. Parece que houve um entendimento entre as partes. O prof. Biu Oliveira não tinha desejo de dar continuidade ao processo para não prejudicar mais ainda um trabalhador. A escola buscou eximir-se da responsabilidade afirmando que não tinha conhecimento que o vigia estava armado.

- 19) Teve alguma outra ocorrência policial que mereça algum comentário, no período das greves?

Resposta: Fora este caso não. O corriqueiro era as greves com a presença da polícia militar chamada pelos patrões quando havia piquetes nas escolas e algumas prisões que não passavam de horas após os depoimentos com a intervenção do jurídico do SINPRO, assim como de outros advogados e apoio de parlamentares do campo progressistas.

- 20) Havia fiscalização excessiva nas atividades do SINPRO-PE, pelos órgãos públicos (Delegacia do Trabalho, Secretaria de Segurança Pública, Polícia Militar etc.)?

Resposta: A DRT atuava junto ao SINPRO do nosso lado fazendo fiscalização e atuando as escolas que descumpria a legislação principalmente o não pagamento antecipado das férias e do 13º. Salário. Dos demais órgãos, como citei, nas greves.

- 21) E na Justiça do Trabalho havia alguma dificuldade nas negociações dos dissídios coletivos?

Resposta: As dificuldades se davam pela intransigência dos patrões em fechar acordos. Da parte nossa eram tentados todos os mecanismos para obter uma conclusão positiva na mesa de negociação e também em outros espaços como a mediação da DRT. Os dissídios quando eram instaurados era decorrência da deflagração da greve e geralmente se dava pelo SINEPE ou pela Procuradoria do Trabalho que tentava pela mediação, evitar o julgamento pelo pleno do TRT6. Nesse processo houve momentos que tivemos acordos, outros cujo do julgamento foram mais ou menos favoráveis à categoria e outros péssimos e ótimos para os patrões.

22) Além do percentual de aumento (60%) na greve de 1979, quais as outras vantagens conquistadas nesta e nas greves seguintes (até 1985)?

Resposta: Além do reajuste de 60%, conquistamos o direito a gratuidade para filhos de professores nas escolas em que lecionassem e estabilidade para o professor pré-aposentado além dos 12 meses. É o que me recordo. Nas demais campanhas de 85 teria que pesquisar as Convenções ou Dissídios para ser mais precisa. O que posso falar é que nesse período não houve campanha que não ampliasse nossas conquistas.

23) Como foi o movimento entre os professores para a mudança na Diretoria do SINPRO-PE? Em que ano efetivamente foi renovada a Diretoria do SINPRO e como foram as greves a partir de então?

Resposta: Estatutariamente as eleições para renovação da diretoria ocorriam a cada 03 anos. A eleição após 79 se deu em 1982. A oposição dividiu-se, concorrendo duas chapas. A chapa 01, fruto da composição da oposição com membros da diretoria, mantendo o prof. Laércio na presidência e o prof. James Beltrão na vice, que foi a vitoriosa. A chapa 2, encabeçada pelo prof. Biu Oliveira, composta por demais membros da oposição, que não concordava com a aliança com os pelegos foi derrotada, mas teve uma votação expressiva em algumas escolas. E assim foi na eleição de 85, que elegeu o prof. James Beltrão presidente, com um resultado apertado e que não terminou o mandato com a sua renúncia e parte da diretoria que era ligada ao partidão (PCB). Para evitar uma intervenção ao SINPRO, pelo número insuficiente de diretores que não renunciaram foi feita uma composição com a oposição que tinha sido derrotada, elegendo em Assembleia Geral professores para dirigir a entidade. Foi nessa Assembleia que foi eleito junto com Edmilson Meneses, Mário Medeiros e outros. O destaque foi que esses professores não gozavam de estabilidade e entraram na direção com a cara e a coragem e o compromisso de reformar o Estatuto e gerir a entidade através de uma Carta de Princípios e de forma colegiada.

Apêndice B - Antônio Natanael Martins Sarmento

Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP

Mestrado em História Profissional – PPGHP

ENTREVISTA CONCEDIDA EM FORMA DE QUESTIONÁRIO DOS ATORES ENVOLVIDOS NA GREVE DOS PROFESSORES NO PERÍODO DE 1979 A 1985

Entrevistador: Marcos Antônio Heliodoro do Nascimento

Entrevistado: Antônio Natanael Martins Sarmento, professor atuante nas greves do período de 1979 a 1985.

Formação: Bacharel em Direito pela UNICAP – Doutor em História pela UFPE

PERGUNTAS:

- 1) No ano de 1979, qual era o estabelecimento de ensino que você trabalhava?

Resposta: Colégio 2001, Contato Colégio e Curso, Colégio Carneiro Leão, Colégio Vera Cruz e Associação Latino Americana de Educação (Curso Pernambucano).

- 2) Nesse ano (1979), você fazia parte da Diretoria de SINPRO-PE? Qual sua relação com o SINPRO e como foi essa aproximação?

Resposta: Fazia parte do núcleo de professores que começou a oposição a diretoria que era nomeada e formada por interventores colocados pela ditadura militar fascista no Brasil com o golpe de 1964.

- 3) A história indica que na greve de 1979 não houve apoio da Diretoria, por conta do “peleguismo” que havia nos sindicatos e Associações que representava funcionários públicos do Estado de Pernambuco. Sem o apoio da diretoria do SINPRO, como foi o preparativo e o planejamento para a decretação e a deflagração da greve de 1979?

Resposta: A greve foi de baixo para cima, das bases, nós da oposição ao peleguismo ensinávamos em várias escolas, com salários aviltados e crise econômica e inflação altíssima, o regime militar sendo comprimido pela sociedade civil, que já não suportava o desemprego, a fome, as desigualdades e a brutal repressão e falta de liberdades democráticas. A greve foi resultante desse conjunto complexo de fatores, não só os professores, mas várias categorias fizeram greve nesse período Brasil afora. Tratava-se do começo do fim do odioso período de terrorismo militar ditatorial e a sociedade civil clamava por liberdade, anistia política, eleições e reparação de perdas salariais e melhores condições de trabalho e de vida.

- 4) Após a histórica votação na assembleia do Colégio Salesiano no dia 25 de maio, favorável à greve e a sua deflagração no dia 30 de maio de 1979, como era a divisão das tarefas e como funcionava o comando de greve, instalado no Colégio Marista, e seus comitês-comissões? (Infraestrutura, apoio financeiro, propaganda, piquetes, vigílias etc.)

Resposta: É preciso dizer que foi o núcleo de comunistas – pequeno número de professores – que esteve na vanguarda desse processo, levou as palavras de ordem mais consequentes e que foram aceitas pela maioria dos professores. Inclusive a palavra de ordem da greve que foi por mim apresentada e defendida em primeira mão, na Assembleia do Colégio Americano Batista, por decisão do coletivo. Depois de aprovada, foi a batata quente na mão, pois todos éramos iniciantes, jamais havíamos feito uma greve antes, era a primeira greve depois de 1964 no estado, inclusive. Essa estrutura que você fala, foi sendo montada na prática, não havia prato feito, fomos aprendendo fazendo e fazendo aprendendo, na melhor pedagogia da libertação freiriana.

- 5) Houve apoio de algum sindicato de outras categorias à greve dos professores da rede privada?

Resposta: A maioria dos sindicatos era dirigidas por pelegos, sobretudo os sindicatos urbanos. Havia muitos núcleos articulados de oposições sindicais. Recordo que tivemos apoio de metalúrgicos, telefonia, urbanitários, mas apoio moral ou político que outra forma, não podiam fazer nada, nenhuma ajuda financeira por exemplo. Os carros da mobilização e dos transportes eram os veículos dos próprios professores que disponibilizavam.

- 6) Como era a relação do comando de greve com a imprensa? Havia alguma comissão responsável pelas notícias ou essas eram responsabilidade de algum diretor ou presidente?

Resposta: Todos estavam em processo de aprendizagem e até os setores d imprensa, também, acredito. Lembro que dei muitas entrevistas a rádios e jornais locais, a nossa fotografia da assembleia saiu na primeira página do JC – recebi depois essa foto de presente -, e TV – acabamos ficando amigos de câmaras e repórteres - eram poucos os que cobriam esses tipos de notícias, lembremos, ainda não havia sido aprovado a lei de anistia, e estava em vigor a famigerada Lei de segurança Nacional, essa norma jurídica do fascismo militarista brasileiro.

- 7) A greve teve apoio desses veículos de comunicação ou as informações eram desencontradas/tendenciosas?

Resposta: Não entendemos que seja possível informações sem tendência numa sociedade dividida em classes. As informações e notícias refletiam os interesses de classes, e a grande mídia, obviamente, refletia os interesses da burguesia – dos donos de escola e dos poderosos em relação aos trabalhadores de ensino. Professores não pagavam anúncios de jornais, nem podiam. Sobre boatos e “fake News” (que naquela época não se usava essa palavra, mas notícias falsas existiram sempre em todo processo de luta de classes, havia sim, muitas.

- 8) Em relação aos pais de alunos e aos próprios alunos, havia algum apoio aos grevistas? Como era essa comunicação? (através de jornais, carta, rádio, TV)?

Resposta: Arrisco a dizer que havia apoio da maioria, sem dados ou meios científicos para aferir isso, senão o sentir empírico dos fatos, no calor da greve. Recebemos muitas palavras de incentivo e apoio sim, dos pais e dos alunos. Mas dizer que não havia posição contrária, é incorreto, também ouvimos desaforos e incompreensões, afinal os fascistas reinavam e tinham seus defensores, não esqueçamos.

- 9) É sabido que no movimento dos anos 80, teve greve de fome por parte de alguns professores, seguindo orientação do comando de greve. O senhor, mesmo sem ter feito parte, pode descrever como foi essa greve de fome? (Duração, apoio político, assistência médica, repercussão, etc.).

Resposta: Essa decisão foi feita unilateralmente e não decidida, como não podia ser, e não foi, por uma coletividade maior. Alguns companheiros, voluntariosamente, decidiram por essa forma extrema de greve, sequer me lembro dos que fizeram esse “sacrifício heroico”, muito menos da assistência e dos desdobramentos, parece ter sido algo com efeito pirotécnico, chamou atenção e foi fugaz. Nada mais a declarar.

- 10) A comissão piquete foi uma das comissões que enfrentaram, diretamente, os donos de escolas e professores fura-greves. Poderia dizer quais foram os colégios que deram mais trabalhos para convencimento dos colegas a aderir à greve e como foram esses confrontos, inclusive as forças policiais? Eram levados à delegacia? Foram instaurados algum inquérito policial? Nesse caso, o SINPRO dava apoio jurídico aos professores integrantes da comissão de piquetes presos?

Resposta: A bem da verdade, grande parte dos colégios fecharam as suas portas, que a greve atendeu o absurdo requisito de legalidade, quase impossível de ser alcançado, mas nós conseguimos, indo buscar professores em casa para ajudar na votação. Mas os colégios sob direções notadamente direitistas, fascistas mesmo, tipo Colégio Santa Maria e Boa Viagem, que me lembro entre outros, colégios que atendiam a clientela da pequena burguesia e burguesia da zona Sul, esses encrespavam e houve incidentes. Lembro também o Colégio Salesiano, onde fizemos um ato público pois alunos dessa instituição aderiram a greve em solidariedade aos professores – liderados por secundaristas Rubem Valença, Guilherme e outros e eles foram punidos pelo padre Colares. Fizemos uma Assembleia na Rua Visconde de Goiana, um grande ato que parou tudo, professores e alunos, na parte externa do colégio.

O apoio jurídico do Sinpro é preciso dizer que durante décadas foi reduzido a atuação do advogado trabalhista Pulo Azevedo, que por lá labuta há mais de 50 anos. O acordo com o escritório de famoso advogado (que esqueço o nome) era um simulacro, esse ilustre advogado jamais colocou os pés no sindicato ou deu um dia de expediente no Sinpro. Paulo Azevedo, atendia no Sinpro e no Sindicato, e é preciso ver a atuação deste causídico, dentro dos limites das atribuições de um advogado – nós criticávamos porque generalizávamos tudo que era ligado a ditadura ao peleguismo e que vinha de antes – como se quiséssemos começar a história do zero. E quando chegamos no Sinpro o Paulo Azevedo já lá estava. Mas uma análise concreta, da situação concreta, é que essa limitada possibilidade do que você chama apoio jurídico, nas condições limitadas de um único causídico, até então, foi desenvolvida bem, nos limites dessas possibilidades. Registra-se que uma das primeiras medidas da nova diretoria foi ampliar o

quadro de advogados (contratamos os recém-formados Ricardo Estevão e escritório de Hands advocacia que despontava nos meios sindicais da época, com a cláusula de começavam sem receber até o sindicato ter dinheiro arrecadado para poder pagar, que eles aceitaram e podem testemunhar.

- 11) Sabe dizer se a Delegacia de Ordem Política e Social - DOPS teve alguma atuação nas greves de 1979 a 1985? Pode declinar o nome de algum professor grevista fichado ou preso por esse órgão?

Resposta: Não sei. Salvo lapso de memória, estamos falando de fatos de 40 anos atrás, a Delegacia de Boa Viagem. Mas não tenho certeza.

- 12) Nas greves entre o período de 1979 a 1985, houve alguma retaliação (demissão de professores) por parte dos donos de escolas ou por determinação do sindicato patronal?

Resposta: Essa eu posso responder com conhecimento de causa. Era comum o professor ser “taxista”, isto é, horista e assim trabalhar em várias escolas, dar muitas aulas em diferentes 3,4,5 estabelecimentos, para sobreviver, precariamente com salários aviltantes. Eu trabalhava em 5 ou 6 escolas, ministrava uma disciplina OSPB que tinha número reduzido de aulas por semana então tinha que compensar aumentando o número de escolas. Fui demitido de 5 ou 6 empregos, de todos eles, isso está documentado na minha Carteira do Ministério do Trabalho, para quem quiser ver. O meu primeiro filho(a) Mariana, nasceu em fevereiro de 1980, eu estava desempregado, sem vínculo algum. O parto foi feito por um médico amigo dos comunistas, o hospital (Português) pago com dinheiro da indenização do FGTS pelas demissões. Evidente que não foi o único caso. Falava-se na época na existência de uma “lista negra”, com os nomes das principais lideranças que deviam ser demitidas e não deviam ser admitidas pelos colégios que aceitavam a orientação do sindicato patronal dirigido pelo “eternizado” Santiago com o grupinho patronal.

- 13) Em uma das greves, não sei especificar o ano, o Prof. Biu Oliveira foi baleado em plena atividade de panfletagem no Colégio Santa Gertrudes, em Olinda. Você poderia falar sobre essa ocorrência? E se houve alguma nota do sindicato ou repercussão desse fato em algum veículo de comunicação?

Resposta: Salvo engano, o episódio do tiro ocorreu à noite, em pichação, e não em panfletagem. De nossa parte dos professores, toda indignação e revolta, mas lembremos que não estávamos numa democracia nem a imprensa “livre e democrática” estava disposta a divulgar o fato.

- 14) Havia fiscalização excessiva nas atividades do SINPRO-PE, pelos órgãos públicos (Delegacia do Trabalho, Secretaria de Segurança Pública, Polícia Militar etc.)?

Resposta: Considerando a época em que vivíamos, além dos inúmeros “agentes infiltrados”, e os conheço bem, alguns o Diabo já os levou, acredito que sim, mas sobre isso não posso falar, talvez fosse o caso de remeter a pergunta aos agentes do ex SNI, DOPS e outros, essa turma que age nas sombras, não costuma deixar recibos, rastros. Mas sim, creio que sim, todo movimento classista, de luta era e permanece monitorado pelos agentes do Estado que serve em última análise, sob o capitalismo, aos interesses da burguesia, é contra os trabalhadores.

- 15) E na Justiça do Trabalho ou na Delegacia do Trabalho havia alguma dificuldade nas negociações dos dissídios ou convenção?

Resposta: Não mais, nem menos que se pode esperar de um judiciário classista, podendo até surpreender pela natureza da JT, bem mais “avançados” que os pares da magistratura mais reacionária e fascista.

- 16) Além do percentual de aumento (60%) na greve de 1979, quais as outras vantagens conquistadas nesta e nas greves seguintes (até 1985)?

Resposta: Lembro que o dissídio permitiu a inclusão do pagamento de janelas (horários em branco entre aulas que o prof. Ficava de cara para cima a disposição do colégio); a quinta semana, que vem a ser o número de aulas semanais multiplicado por 5 para fazer face às atividades extraclasse, etc. regulamentação de data base, porém, foram mutas as cláusulas, impossível lembrar. Esse material você pode conseguir pois foi publicado um jornal com todas as cláusulas aprovadas pela Justiça do Trabalho.

17) Como foi o movimento entre os professores para a mudança na Diretoria do SINPRO-PE? Em que ano efetivamente foi renovada a Diretoria do SINPRO e como foram as greves a partir de então, até 1985?

Resposta: Uma eleição sindical é muito difícil, pois a diretoria tem o controle do processo eleitoral, da lista dos votantes, do roteiro das urnas, atualiza quem quer que vote, dificulta o acesso de quem não quer etc. Então o núcleo comunista que havia sido efetivamente a vanguarda do movimento – e isso antes da divisão que ocorreria depois entre os comunistas do PCB com grupo Prestista – era o mais organizado e maior dentre as forças políticas organizadas que atuavam naquele segmento. Decidimos fazer uma composição: de 24 cargos, a antiga diretoria indicou 3 e nós indicamos os outros 21. Nós controlamos o sindicatos, já controlávamos, de fora, pela política, que os pelegos não tinham, agora passamos a total hegemonia, por dentro, com uma base de mais de 10 comunistas na diretoria, inclusive eu 1º Secretário e Vera Gomes, a Tesoureira, além do James Beltão (falecido) Vice Presidente, Janildo Chaves, Hélia Pereira (falecidos), Rogério Porto, Pedro Ivo (falecido), Geraldo Barroso, Augusto César, Pessac Tropper (falecido), etc..etc... da antiga diretoria – exigência e condição do acordo ficaram com a Presidência, o Laércio Castro, vulgo Jacaré, Adalgisa Cavalcanti (veterana professora) e um no Conselho Fiscal que me falha a memória, pouco aparecia e opinava, que era professor também do Estado e atuava na Apenope.

18) Sabe-se que houve disputa acirrada no SINPRO para mudança e composição da Diretoria após a greve de 1979. Pode explicar como ocorreu essa discussão/renovação?

Resposta: Um grupo de professores, ditos independentes, alguns anticomunistas, outros “trotskistas” e o núcleo embrionário do PT que era minoritário, articulou uma chapa contra o que chamavam stalinistas e pelegos. Esses nossos colegas, alguns trabalhavam e lutavam ombro a ombro conosco, nas salas de aulas, locais de trabalho. Algumas amizades foram arranhadas. Amizade e política não afinam. Depois muitos deles tornaram-se diretores, do Sinpro, que nunca mais foi para as mãos da direita, passando por diretorias com ligações no campo da esquerda, dividida, como sempre foi, mas não só a esquerda é dividida, a direita e a burguesia tem mais de 40 partidos e centenas de facções e toda mídia só fala na divisão da esquerda, e isso não é por acaso, nem é preocupação com a unidade das forças revolucionárias e da esquerda. Há uma esquerda que só faz oposição ao fascismo, uma liberal, liberal social, social democrática, socialista, comunista e revolucionária. Nem todos pensam e agem no mundo da

mesma maneira. Natural, todo processo histórico conheceu divisões, é que tem gente que não estuda história e acaba acreditando que a terra é plana.

- 19) O senhor participou da diretoria do SINPRO entre os anos 1979 a 1985? Como o senhor analisa os pontos positivos e negativos das administrações pós greve 79.

Resposta: Sim, fui eleito 1º Secretário e na segunda eleição. Depois, representante junto a Federação Nacional dos Professores.

- 20) Teve uma novidade da nova Diretoria do SINPRO-PE (não sei em que ano) ao implantar a gestão participativa, na qual não havia presidente, vice e outros cargos, sendo as decisões submetidas a um órgão colegiado interno (comissões). Pode explicar melhor essa experiência?

Resposta: Desde o primeiro dia de expediente, todas as decisões eram coletivas, com todos os membros da diretoria votando (direito voz e voto): Laércio e Vera (Presidente e Tesoureiro) exerciam atos de mero expediente, funcionais, nenhuma decisão política ou geral era tomada sem aprovação do colegiado da diretoria, e isso foi praticado já na transição.

- 21) Como foram as greves seguintes (1980 a 1985) e o que deve ser destacado como vitória do movimento (delegado sindical, gratuidade dos filhos dos professores nas escolas em que o mestre leciona, etc).

Resposta: Dessas não posso falar porque eu não conseguia aula em canto algum.

- 22) Houve alguma retaliação policial com grevistas. Alguns presos responderam algum inquérito policial e/ou judicial criminal?

Resposta: Considero a pergunta respondida anteriormente.

- 23) Sabe dizer se a Delegacia de Ordem Política e Social - DOPS teve alguma atuação nas greves de 1979 a 1985? Pode declinar o nome de algum grevista fichado ou preso por esse órgão?

Resposta: Considero a pergunta respondida anteriormente.

24) Discorra sobre quaisquer assuntos e ou observações relevantes não mencionadas neste questionário em relação às greves no período recortado.

Resposta: Lutamos em tempos difíceis, acertamos e erramos, cometemos erros graves e também grandes acertos. Mas não cometemos o pior dos erros, que é nada fazer e se omitir. Que a História, a grande juíza se encarrega de dizer o papel de cada sujeito, dos combatentes, dos traidores, dos renegados, dos aproveitadores “ Pescadores de águas Turvas” e assim assistimos tantos heróis e valentes que nunca combateram, mas nada disso está acima da questão da luta de classes, dos explorados e oprimidos contra os exploradores e opressores, que uma luta permanente, não tem férias remuneradas – isso foi conquista de lutas. Obrigado.

Apêndice C – Mário Medeiros da Silva

Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP

Mestrado em História Profissional – PPGHP

ENTREVISTA CONCEDIDA EM FORMA DE QUESTIONÁRIO DOS ATORES ENVOLVIDOS NA GREVE DOS PROFESSORES NO PERÍODO DE 1979 A 1985

Entrevistador: Marcos Antônio Heliodoro do Nascimento

Entrevistado: Mário Medeiros da Silva

Formação: Doutor em Educação pela Universidade do Minho-PT - Pós Doutor em Ciências da Educação pela Universidad de Málaga - ES

PERGUNTAS:

- 1) No ano de 1979, qual era o estabelecimento de ensino que você trabalhava?

Resposta: Colégios Alpha e 2001.

- 2) Nesse ano (1979), você fazia parte da Diretoria de SINPRO-PE? Qual sua relação com o SINPRO e como foi essa aproximação?

Resposta: Não fazia parte da Diretoria do SINPRO. Era militante de esquerda e me envolvi no movimento sindical tentando romper a inércia do SINPRO que a época era dominado por pelegos.

- 3) A história indica que na greve de 1979 não houve apoio da Diretoria, por conta do “peleguismo” que havia nos sindicatos e Associações que representava funcionários públicos do Estado de Pernambuco. Sem o apoio da diretoria do SINPRO, como foi o preparativo e o planejamento para a decretação e a deflagração da greve de 1979?

Resposta: Iniciamos uma série de reuniões com militantes da esquerda ligados PC e daí fomos

nos organizando e agregando apoio entre os Professores de diferentes Colégios. Quando éramos mais ou menos fortes, depois de participar de algumas reuniões com os pelegos forçamos o Presidente a convocar uma assembleia para discutir o acordo coletivo de trabalho da categoria. A partir daí o movimento se ampliou e chegamos a greve.

- 4) Após a histórica votação na assembleia do Colégio Salesiano no dia 25 de maio, favorável à greve e a sua deflagração no dia 30 de maio de 1979, como era a divisão das tarefas e como funcionava o comando de greve, instalado no Colégio Marista, e seus comitês-comissões? (Infraestrutura, apoio financeiro, propaganda, piquetes, vigílias etc.)

Resposta: Que eu me lembre a greve foi deflagrada no colégio Americano Batista. O Colégio Marista teve papel relevante no movimento todo. Toda organização da condução da greve foi feita em suas dependências, em reuniões noturnas com a ausência de membros da Diretoria do sindicato. Não tínhamos apoio financeiro de ninguém, o pouco dinheiro de que necessitávamos conseguíamos em vaquinhas com os próprios militantes. Panfletos eram rodados em primitivos mimeógrafos a base de álcool emprestados pelo Colégio Marista que também fornecia o papel. Piquetes eram decididos também nessas reuniões bem como avaliações do movimento. A partir de uns três ou quatro dias tínhamos dificuldades em realizar os piquetes dado que parte da militância começou a ser ameaçada pelos demais patrões e o movimento foi entrando num impasse até chegarmos a dissídio coletivo na Justiça do trabalho.

- 5) Houve apoio de algum sindicato de outras categorias à greve dos professores da rede privada?

Resposta: Que eu me lembre não. Vivíamos numa ditadura e movimentos como o nosso eram vistos como subversivos, portanto passíveis de graves penalidades incluindo prisão pelo DOPS. Mais para o final recebemos a solidariedade da APENOPE que era a associação que congregava os professores do Estado de Pernambuco.

- 6) Havia alguma comunicação entre o comando de greve, os alunos e aos pais destes?

Resposta: Alunos ligados ao movimento estudantil começaram a aparecer no comando de greve a partir de um certo momento do movimento, quanto aos pais não me recordo.

- 7) Como era a relação do comando de greve com a imprensa? Havia alguma comissão responsável pelas notícias. A greve teve apoio por parte desses veículos ou as informações eram tendenciosas?

Resposta: Decidíamos tudo de forma colegiada, inclusive quem falaria com os poucos jornalistas que apareciam. O conteúdo também era decidido colegiadamente. Normalmente havia rodízio entre os que falavam a imprensa. Nada posso afirmar sobre tendenciosidade do que era realmente publicado. Outras preocupações me absolviam naqueles dias conturbados.

- 8) Em relação aos pais de alunos e aos próprios alunos, havia algum apoio aos grevistas? Como era essa comunicação? (através de jornais, carta, rádio, TV)?

Resposta: Nada lembro sobre isso.

- 9) Como foi o apoio recíproco entre os professores da rede privada e da pública estadual (nas passeatas, nas vigílias e em outros eventos durante a greve)?

Resposta: A APENOPE nos ajudou em alguns desses momentos. Nada lembro de específico.

- 10) É sabido que no movimento de 1979, teve greve de fome por parte de alguns professores, seguindo orientação do comando de greve. Você sabe o nome dos professores que participaram e quantos dias durou essa greve de fome?

Resposta: Não recordo se foi nessa primeira greve, creio mesmo que não. Mas houve uma greve de fome numa de nossas greves. Participaram Biu Oliveira, Marcos Túlios, Janildo Chaves. Creio que durou cerca de cinco dias, Luciano Siqueira do PC do B, na condição de médico teve um importante papel na assistência a saúde dos grevistas.

- 11) Nas greves entre o período de 1979 a 1985, houve alguma retaliação (demissão de professores) por parte dos donos de escolas ou por determinação do sindicato patronal?

Resposta: Essa prática foi comum, embora jamais declarada. Eu mesmo fui vítima dela.

12) Pelos relatos dos professores que participaram da homenagem na ALEPE em homenagem aos 40 anos da greve de 1979, você foi um dos professores demitidos durante (ou logo depois) da greve. Essa demissão foi por conta de sua adesão ao movimento paredista dos professores da rede particular de ensino? Houve alguma ação trabalhista de sua parte?

Resposta: Sim, como já disse fui vítima desse tipo de ação. Entretanto jamais questioneei isso na justiça, a corrente política de que participava abominava a justiça Burguesa e eu, até então não era membro da diretoria, só militante. Era praticamente impossível juntar provas numa causa como essa.

13) Você lembra de alguns nomes de professores demitidos e se faziam parte da direção do SINPRO, do comando da greve ou simplesmente aderiram à greve.

Resposta: Marcos Túlios, que inclusive questionou sua demissão na justiça do trabalho por que a época já era Diretor do SINPRO.

14) Esses professores demitidos foram à Justiça do Trabalho garantia de seus direitos? O SINPRO deu algum suporte (ajuda) aos demitidos, como por exemplo, ajuda financeira e/ou disponibilizar advogados à disposição desses trabalhadores demitidos e sabe dizer se tiveram sucesso na causa trabalhista?

Resposta: Que eu saiba assistência advocatícia. Só me recordo do caso de Marcos Tulio, outros se houveram não me lembro. Com sucesso claro.

15) Alguns desses professores demitidos procuraram outra forma de trabalho temporário para sua sobrevivência? Esses professores retornaram às salas de aula?

Resposta: Não me lembro.

16) Houve alguma retaliação policial com grevistas. Alguns presos responderam algum inquérito policial e/ou judicial criminal?

Resposta: Incidentes com a polícia aconteceram muitos em piquetes. Quanto a processos judicial criminal não me lembro.

17) Sabe dizer se a Delegacia de Ordem Política e Social - DOPS teve alguma atuação nas greves de 1979 a 1985? Pode declinar o nome de algum grevista fichado ou preso por esse órgão?

Resposta: Preso eu fui, Marcos Túlio, Edmilson Menezes e outros cujos nomes não me recordo. Quanto a ter Informação de ficha no DOPS, não sei afirmar.

18) Em uma das greves, não sei especificar o ano, o Prof. Biu Oliveira foi baleado em plena atividade de panfletagem no Colégio Santa Gertrudes, em Olinda. Você poderia falar sobre essa ocorrência? (ano, mês, etc). E se houve alguma nota do sindicato ou repercussão desse fato em algum veículo de comunicação?

Resposta: Foi sim. Não me lembro o ano nem mês. Sei que foi por ocasião de mobilização para discutir o acordo coletivo de trabalho. Houve repercussão na imprensa, não me lembro a intensidade. Normalmente o movimento Sindical era coberto pelo Diário de Pernambuco e Jornal do Comércio. Sei, entretanto, que esse incidente comprometeu em definitivo a saúde de Biu Oliveira por que ele era meu amigo de todos os dias e horas.

19) Houve prisão do autor do crime e sabe do resultado do inquérito policial ou processo judicial? Ou alguma outra informação?

Resposta: Nada sei.

20) Teve alguma outra ocorrência policial que mereça algum comentário, no período das greves?

Resposta: Tem, mas não quero comentar porque uma delas me envolve. Posso dizer que só por milagre estou vivo.

21) Havia fiscalização excessiva nas atividades do SINPRO-PE, pelos órgãos públicos (Delegacia do Trabalho, Secretaria de Segurança Pública, Polícia Militar etc.)?

Resposta: Lembre-se que na época da Ditadura era a rotina de todos os dias.

22) E na Justiça do Trabalho havia alguma dificuldade nas negociações dos dissídios coletivos?

Resposta: Não me lembro de dificuldades. Havia mesmo juízes muito simpáticos a nossa causa.

23) Além do percentual de aumento (60%) na greve de 1979, quais as outras vantagens conquistadas nesta e nas greves seguintes (até 1985)?

Resposta: Melhor consultar os dissídios dos vários períodos.

24) Como foi o movimento entre os professores para a mudança na Diretoria do SINPRO-PE? Em que ano efetivamente foi renovada a Diretoria do SINPRO e como foram as greves a partir de então?

Resposta: Bastante traumático no seio do movimento mais engajado. Não quero falar sobre isso.

25) Sabemos que houve disputas internas do SINPRO para mudança e composição da Diretoria após a greve de 1979. Pode explicar como ocorreu essa renovação?

Resposta: Não quero falar sobre isso.

26) Teve uma novidade da nova Diretoria do SINPRO-PE ao implantar a gestão participativa, na qual não havia presidente, vice e outros cargos, sendo as decisões submetidas a um órgão colegiado interno (comissões). Pode explicar melhor essa experiência?

Resposta: Era o que chamávamos de Diretoria Colegiada. Pensávamos ter encontrado um antídoto contra o peleguismo abolindo o Presidencialismo.

27) Como foram as greves seguintes (1980 a 1985). Houve apoio da Diretoria do SINPRO? As greves neste período (1980 a 1985), o que deve ser destacado como melhoria salarial e no ambiente de trabalho dos professores da rede privada?

Resposta: Melhor consultar os acordos e dissídios do período.

28) Discorra sobre quaisquer assuntos e ou observações relevantes não mencionadas neste questionário em relação às greves no período recortado.

Resposta: O questionário está bastante completo. Não creio que nada relevante tenha ficado de fora.

Apêndice D – Paulo Azevedo

Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP

Mestrado em História Profissional – PPGHP

ENTREVISTA CONCEDIDA EM FORMA DE QUESTIONÁRIO DOS ATORES ENVOLVIDOS NA GREVE DOS PROFESSORES NO PERÍODO DE 1979 A 1985

Entrevistador: Marcos Antônio Heliodoro do Nascimento

Entrevistado: Paulo Azevedo, Advogado do SINPRO e da então APENOPE, no período pesquisado. Profissional atuante nos movimentos sindicais em Pernambuco.

PERGUNTAS:

- 1) A greve de 1979 dos professores da rede particular de ensino, diferentemente de outros movimentos, seguiu toda sua tramitação, de acordo com a então vigente Lei de Greve n. 4.330, de 1º de junho de 1964, que praticamente declarava qualquer greve ilegal. Esse processo levou mais de 30 dias entre os preparativos (editais de convocação, prazos, etc.) para decretação e a efetiva greve dos professores. Durante esse período teve alguma negociação com a classe patronal? Houve intransigência das partes para chegar um consenso, cujo acordo foi feito efetivamente nos primeiros dias da greve?

Resposta: Efetivamente eu queria dizer, para início de conversa, que a chamada Lei de Greve, a lei 4.330, ela era uma lei Draconiana, que, infelizmente, ainda está vivendo nos momentos atuais. Essa lei de greve surgiu após o Golpe Militar, em que, fora feita essa lei exatamente para não se fazer greve. Era uma lei anti-greve, ou seja, para nenhuma categoria de trabalhadores fazer greve. Ademais, aquela época, os Anos de Chumbo, que foram muito mais de 1968 até bem próximo da redemocratização, poucos sindicatos se aventuraram a enfrentar a lei de greve. Havia um anseio muito grande na rede particular de uma transformação dos valores, da condição de trabalho, dos salários, e, aí, eu fui instado a montar um processo dentro da lei de greve, mas, se não fosse possível, nós iríamos arrebentar tudo, iríamos passar por cima. Entretanto, eu tive um trabalho insano de cumprir rigorosamente a lei de greve. Para você ter

uma ideia, nós tínhamos que fazer uma eleição, o que hoje é assembleia, levanta a mão e pronto, a maioria venceu, mas naquela época a gente tinha que fazer uma eleição através de votação, com o voto secreto, para que a categoria se manifestasse se fazia greve ou não. Mas tem um dado muito mais importante aí, porque nós poderíamos fazer mais facilmente se fosse apenas fazendo um processo de eleição, mas nós tínhamos um fiscal do governo, um fiscal que era exatamente o Ministério Público do Trabalho. Então, nós convocamos a doutora Teresa Bitu, que era a Procuradora Chefe do Ministério Público do Trabalho, e que veio ser depois a juíza depois, no quinto condicional do Ministério Público, e aí ela esteve vinte e quatro horas presente no processo eleitoral, que foi cristalino, e a maioria esmagadora, ainda houve alguém que se posicionasse contra, mas a maioria esmagadora foi pela greve. Nós notificamos o patronato, que tinha o prazo de quarenta e oito horas para responder às reivindicações da classe obreira, e não houve resposta alguma, senão a intransigência patronal daquela época. E isso levou a categoria a deflagrar o processo de greve, onde, em Pernambuco, talvez no Brasil, seria a primeira greve de trabalhadores com a imensidão e a intensidade dessa que foi a greve dos professores de 1979, e nós logo fomos convocados pelo tribunal, já nos primeiros dias de greve, e, lá, conseguimos reverter a posição patronal, onde a categoria saiu com uma vitória esmagadora, e, inclusive, eu lembro que o tribunal disse que a greve foi legal e mandou pagar os dias parados.

E aí começou a despertar na classe trabalhadora o desejo de seguir o mesmo caminho, porque, até então, os reajustes eram à vontade do patrão, as condições do trabalho eram muito ruins de modo geral, de modo que essa foi uma das greves mais difíceis que a categoria profissional enfrentou até hoje.

- 2) Nessa greve de 1979, foi necessária a intervenção do Tribunal Regional do Trabalho, para julgamento de dissídio coletivo? Ou da Delegacia Regional do Trabalho, para instauração de convenção coletiva?

Resposta: Nós fizemos o seguinte: logo que deflagramos a greve, eu tinha a responsabilidade de suiciar o decido coletivo, de natureza econômica, porque nós estávamos pedindo o reajuste, e de alteração nas condições de trabalho, onde nós obtivemos o êxito nas duas questões, sendo tudo feito no Tribunal do Trabalho.

- 3) Notícias em jornais locais indicam que não só na greve de 1979, mas nos movimentos posteriores, houve várias ocorrências com prisões e detenções de professores, principalmente

os integrantes da comissão de piquete, o que demandou esforços da Assessoria Jurídica do Sindicato nessas ocorrências.

O senhor poderia descrever algumas dessas ocorrências? Se as detenções/prisões eram legais? Se foi preciso acionar o Poder Judiciário para soltura de alguns grevistas?

Resposta: Eu lembro que, em 1979, nós tínhamos o sindicato com a diretoria eleita, e tínhamos um grupo de jovens egressos da rede particular que manifestavam o desejo de transformar a vida do professorado e as condições de trabalho. Eram lideranças novas, e entre essas lideranças novas havia o professor Marcos Tullius Bandeira Menezes, que posteriormente veio a ser eleito presidente do sindicato dos professores, cujo mestre foi, de fato, preso em um piquet, que estavam realizando de forma bastante educada, e, digamos assim, cordial, onde se tentava convencer os professores que eventualmente estavam resistindo à greve a aderir ao movimento, que um movimento pacífico e legal. Daí ele foi preso, colocado em um camburão da PM, e nós tivemos bastante trabalho para libertar o companheiro. Soube também que outros teriam sido detidos ocasionalmente, mas logo postos em liberdade. O fato é que aquele período era um período de muita preocupação para todos nós, porque o regime ainda estava muito duro, e, as condições eram efetivamente muito precárias para a classe trabalhadora.

- 4) Houve alguma ocorrência, no período 1979-1985, na Delegacia da Ordem Política e Social – DOPS, com relação a alguns integrantes do movimento? Se lembra de algum professor fichado por esse Órgão?

Resposta: Olha, eu me lembro que, em relação ao professor Marcos Tullius, ele foi conduzido ao DOPS, eu me lembro, não posso te afirmar se o ficharam, porque foram horas e horas de negociação, e, quando ele foi posto em liberdade saiu comigo, sem nenhuma dificuldade. Agora, eu posso enfatizar, que havia uma velada perseguição às lideranças do movimento grevista, essas novas lideranças. Posso dizer que muitos foram demitidos, e uma tal de lista negra circulava nas escolas para não contratar os mestres, entretanto essas lideranças eram profissionais de muito bom nível, e, via de regra, um ou outro era contratado porque as escolas que mantinham o padrão mais alto de ensino não poderiam abdicar de um professor de tão boa qualidade, como aliás posso citar dez, vinte nomes, porque eram lideranças que sabiam o que queriam, e sabiam o norte da vida dos professores.

- 5) Em uma das greves, não sei especificar o ano, o Prof. Biu Oliveira foi baleado em plena atividade de pichação e/ou panfletagem no Colégio Santa Gertrudes, em Olinda. O senhor poderia falar sobre essa ocorrência? Se houve prisão do autor do disparo, inquérito policial e processo judicial?

Resposta: Sim. Evidentemente esse foi um fato profundamente desagradável em que o companheiro Bill Oliveira, que posteriormente veio a ser presidente do sindicato, ele foi vítima de um tiro à esmo, dado por um segurança, presumivelmente da própria escola, porque nós estávamos fazendo o chamado piquet, que estava dentro da lei de greve, exercendo o legítimo direito de convencimento dos que resistiam à greve, quando o disparo foi efetuado. Não conseguimos identificar o autor, porque havia um grande número de professores, e havia também um número de pessoas razoável, e eram unidades da escola, de modo que nós não conseguimos identificar e, lamentavelmente, ficou o dito pelo não dito, e aí não houve nenhuma sanção para o autor, que não se identificou, e o companheiro Bill foi medicado e, graças a Deus, superou essa fase difícil.

- 6) Em relação à APENOPE, da qual o senhor prestava assessoria jurídica, a greve de 1979 dos professores da rede oficial de ensino, foi declarada ilegal? Havia uma discussão sobre servidores CLT não se incluía na proibição de greve de servidores públicos. Como foram esses embates jurídicos sobre a legalidade ou não da greve dos professores da rede oficial de ensino?

Resposta: Olha Marcos, perdurava uma proibição expressa para o funcionário público fazer greve. Entretanto, eu coloquei na assembleia da então APENOPE, que veio posteriormente a decretar greve, de que os professores me eram, na sua grande maioria, seletistas, porque o estado mantinha, naquela época, professores sob o regime da consolidação das leis do trabalho, então, eu advoguei no sentido de que, sendo eles seletistas, eles teriam que seguir o processo da lei de greve, que era permitido a eles fazer greve, desde que siga a lei. Enquanto os estatutários, e havia também professores estatutários, ou seja, no regime próprio de trabalho, estes aspiravam, não poderiam fazer greve, porque havia uma proibição expressa no governo. Ocorre que, eu não posso distinguir o professor seletista do professor estatutário, para mim ambos ocupam a mesma função, desempenho com as mesmas qualificações, são responsáveis, são servidores de muito bom nível, de modo que eu não fazia diferenciação, e então eu coloquei para a categoria que poderia, lá na frente, ser decretado ilegalidade, dado ao momento de arbítrio que vivíamos, mas que no duro eles poderiam fazer greve, e, assim, foi decretada a greve da APENOPE, que,

logo a seguir, se uniu aos professores da rede particular, que estavam em processo de greve.

- 7) Segundo notícias, dos jornais à época, em maio de 1979, o Governo apesar de tratar como ilegal a greve, propôs um percentual de aumento não aceito pelos professores. Como foram as rodadas de negociações entre a Secretaria de Educação do Estado com a APENOPE? O senhor sempre esteve presente nessas reuniões? Havia apoio de parlamentares ou da sociedade organizada favorável às reivindicações dos mestres?

Resposta: Sim, ocorreu que o estado oferecia um patamar irrisório e ridículo para que nós retornássemos da greve, e exigiam que retornássemos de imediato, e aí não foi aceito, e o impasse prosseguiu. Lembro perfeitamente que houve um acampamento em frente à Secretaria de Educação do Estado, que ficava na rua Siqueira Campos, atrás dos Correios. Lá os professores ficaram jogados nas calçadas, em situação muito precária, e o curioso é que os professores recebiam alimentos da população, que levava café da manhã, almoço, jantar, e, se não me falha a memória, passaram-se trinta dias, um mês, nessa via cruz, que tanto infernizou a classe dos professores, culminando com a interferência de parlamentares no sentido de que houvesse uma solução, e essa solução acabou ocorrendo quando então se retornou da greve, mais fortalecida ainda, a APENOPE, inclusive com o surgimento de novas lideranças, como Paulo Rubens Santiago, que se firmou nessa luta, e, aí, a associação cresceu à olhos vistos ao ponto de se transformar num sindicato efetivamente.

- 8) Houve algum incidente de prisão ou demissão do serviço público de algum professor da rede oficial por conta das greves no período de 1979-1980?

Resposta: Olha Marcos, eu não me recordo de prisões, me recordo de muitas ameaças. Ameaças veladas, visitas de estranhos ao local onde os professores estavam acampados, aterrorizando, mas eu lembro de um fato extremamente curioso: o professor Paulo Rubens, que era uma das lideranças mais fortes da categoria dos professores da rede oficial, ele foi demitido sob a alegação do cometimento de falta grave. Pois bem, qual foi essa falta grave a que se atribuía ao professor Paulo Rubens Santiago? Teria sido o fato de que ele bateu uma foto de uma criança bebendo água praticamente no chão da entrada de uma escola do Estado, onde havia lama embaixo da torneira, e fez um mimeógrafo dessa foto, porque nessa época não havia xérox, e aí distribuiu. Então, se atribuiu à ele o cometimento de falta grave. Eu então ingressei com uma ação na Justiça do Trabalho, porque ele era seletista, então pedi a nulidade da

demissão injusta, e a reintegração do mesmo com o pagamento dos salários vencidos, e os vincendos, aqueles que viriam no curso do processo. Este processo foi distribuído para a Oitava Vara do Trabalho, cujo juiz titular era o magistrado Milton Lira, que veio a ser posteriormente presidente do tribunal. E aí, feita a instrução, o juiz designou a sentença. Ocorre que, naquela época, não havia júzo singular, ou seja, o juiz era auxiliado por dois integrantes da junta de conciliação, que era composta pelo juiz togado, ou concursado, pelo juiz aspiados, que aí se jogava vogal do empregador, e o vogal do empregado, todos com direito a voto. E então, na aprovação da sentença, o juiz concursado, o doutor Milton Lira, deu a ação como procedente, anulou a demissão do professor Paulo Rubéns, e mandou reintegra-lo com o pagamento dos salários vencidos e vencendo até a efetiva reintegração. Mas pasme, os dois vogais, tanto do empregador quanto do empregado, votaram contra a decisão do juiz, e nós fomos derrotados. A oitava vara acolheu a justa causa de Paulo Santiago. O que eu fiz foi ingressar com recurso no tribunal, onde era composto em sua maioria esmagadora de juizes, hoje chamados de desembargadores, todos concursados, em cujo tribunal nós ganhamos com unanimidade, e o professor Paulo Rubens fio reintegrado, e recebeu todos os salários recorrentes da injusta demissão.

- 9) As eleições para a diretoria da APENOPE em julho de 1979 foram anuladas pela Justiça. Houve recurso dessa decisão ao TJPE? E qual o resultado final desse processo?

Resposta: Esse processo eu acompanhei inicialmente, mas, como eu disse anteriormente, eu tive a necessidade de dar mais atenção à rede particular, onde a demanda era infinitamente maior, porque o Estado também não poderia demitir em massa, até porque ia ficar sem professores nas salas de aula, mas a rede particular poderia fazer, mesmo nessas condições entrava o diretor para dar aula, enfim, eles acomodavam de alguma forma e demitiam. E como havia uma demanda grande de demissões na rede particular, eu então fui obrigado a me dedicar muito mais à categoria dos professores da rede particular, e aí não mais acompanhei o processo. Entretanto, tenho o conhecimento de que Paulo Rubens foi vencedor nas urnas e na justiça, e aí se manteve na presidência da então APENOPE, vindo essa a se transformar no sindicato.

- 10) Discorra sobre quaisquer assuntos e/ou observações relevantes não mencionadas neste questionário em relação às greves do período (1979-1985).

Resposta: Olha, o que eu entendo ser extremamente relevante são dois pontos. Primeiro a

resistência da categoria, a bravura da categoria, a insistência da categoria, isso foi fundamental para o sucesso. O outro ponto que eu destaco foi o surgimento das novas lideranças. Quem imaginaria que nós teríamos descoberto uma Suely Santos. Quem imaginaria que descobriríamos outros tantos que eu poderia nominar, Vera Gomes, Marcos Tullius, Bill Oliveira, Edimilson Menezes, Helia, que depois viria a ser presidente, por sinal uma mulher encantadora. Bill Vincente. James, que foi presidente, grande figura, um grande presidente, trabalhei com ele. Jarbas também, outro grande presidente. Natanael Sarmento, que foi um desbravador, um guerreiro nesse período todo, que eu rendo minhas homenagens à categoria através da pessoa dele, ele realmente foi brilhante. Ele e Suely Santos, para mim, foram grandes destaques nesse movimento paredista e no surgimento dessas lideranças que efetivamente marcaram uma nova era no Sindicato dos Professores. Há ainda muitos outros que estiveram conosco nessa grande batalha.

- 11) Do lado da APENOPE também havia outras lideranças como Teresa Leitão, como o professor Paulo Gomes Santiago e outros professores, poderia me falar um pouco sobre a APENOPE daquela época?

Resposta: Sim. Teresa era uma guerreira indomável, ela se juntava à Paulo Rubens como uma das grandes lideranças do movimento. Havia outras que eu lembro da memória, mas me foge o nome nesse momento. Horácio Reis, Paulo Valença, Horácio que depois veio a ser presidente, e Paulo também. Isso foi muito importante para o desenvolvimento sindical brasileiro, porque Pernambuco se destacou, e se destaca, como um celeiro de grandes lideranças, e como um desbravador do movimento sindical ativo da greve de 1979.

- 12) Dr. Paulo Azevedo, tendo em vista a não localização de alguns documentos dessa época e, devido à pandemia, vários órgãos se encontraram fechados para pesquisa, por esta razão solicito da gentileza de Vossa Excelência no sentido de disponibilizar para esta pesquisa algumas xerocópias de documentos constantes do seu arquivo profissional, tais como: Cópia de acordos, convenções, dissídios, estatutos, processos trabalhistas e cíveis etc., relacionadas às instituições e aos anos ora pesquisados.

Resposta: Olha Marcos, eu tive dois endereços profissionais nesse período, um era na Rua do Hospício, no Edifício Olímpia, décimo quarto andar, depois eu me mudei para um prédio próprio, na Ilha do Leite, na Rua Joaquim Inácio, 495, onde me demorei um bom tempo. Nessa

mudança, muitas coisas foram desviadas, por exemplo, quando eu cheguei nesse segundo endereço, onde coloquei todo o meu material, houve uma infiltração de cupim, que me levou muita documentação. Depois fiz a mudança definitiva aqui para a Rua da Aurora, também em uma casa, onde os papéis já não vieram comigo. Mas vou dar uma busca, e o que eu tiver disponibilizarei com muito prazer.

ANEXOS

Anexo A - Pronunciamento de Deputados Federais

Pronunciamento do Deputado Federal **Roberto Freire**, do MDB sobre a greve dos Professores da rede oficial e privada do Estado de Pernambuco, dentre outras, em 1979

“Sr. Presidente, Srs. Congressistas, nunca é demais afirmar-se que a democracia não será doação de nenhum Governo. Democracia é conquista de uma sociedade, que se organiza e que participa. Nessa linha de raciocínio – que é a linda da realidade, da visão concreta do que é uma sociedade em transformação – é que devem ser encarados os movimentos paredistas, os movimentos grevistas que ultimamente vêm ocorrendo no País. É chegada a hora de Pernambuco: Pernambuco, que sofreu repressão das mais fortes e severas, após 64; Pernambuco que tem, na área sindical, um dos homens que passarão à História como o mais repressivo Delegado do Trabalho que a República já conheceu, o Sr. Romildo Leite, que há 15 anos se mantém no poder; Pernambuco, cujos sindicatos estiveram, na sua grande parte, principalmente os mais combativos, sob constantes intervenções; Pernambuco, hoje, também, diz sim, na formação da História do Brasil e no processo de redemocratização.

Assim é que as professoras da rede privada e da rede oficial de ensino do nosso Estado estão em greve: os motoristas de ônibus também entrarão em greve à meia-noite de hoje.

É importante este registro, porque também do Norte e do Nordeste começam os brasileiros a dizer sim à democracia. E a greve, mesmo que o Governo a considere ilegal, mesmo que o Governo a reprima, mesmo que o Governo decrete intervenção nos sindicatos, significa, na prática, que o povo brasileiro começa a se organizar, começa a participar. É democracia, como entende, é organização e participação do povo.

Sr. Presidente, faço este registro e termino com uma frase que considero fundamental para se entender o que é o processo paredista, hoje, entre nós. O Delegado do Trabalho, sr. Romildo Leite, procurou, convocou, chamou, notificou o líder da greve dos motoristas e disse-lhe que a greve é ilegal e que o Governo iria tomar as medidas cabíveis. A resposta do líder grevista é aquela que hoje todo o povo brasileiro está sentido: A greve é ilegal. Doutor! E a fome é legal? ”.
(República Federativa do Brasil – Diário do Congresso Nacional - ANO XXXIV – No. 058 – Sexta-feira, 1º. De junho de 1979 – Brasília – DF – pág. 07)

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO FEDERAL **JOSÉ CARLOS VASCONCELOS – MDB** – PE NA CÂMARA FEDERAL SOBRE AS

GREVES DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA E DA REDE PRIVADA, DENTRE OUTRAS, EM 1979.

“Sr. Presidente. Srs. Deputados, Pernambuco viu, nos últimos meses, eclodirem movimentos reivindicatórios que a fome não permitia mais fossem retidos.

Os movimentos após esgotada a fase de negociação, sem atendimento das maiorias, tomaram a forma de greve, como cabe acontecer em todos os países democráticos e capitalistas, pois o que é a greve se não um mecanismo de ajustamento e regulador do mercado?

Terminaram duas das três greves de Pernambuco neste semestre, a dos professores de ensino privado e a dos motoristas. Persiste, resistindo ao Governo desumano, a greve dos professores da rede de ensino oficial.

Há que se destacar vários aspectos das três greves, produto do achatamento salarial imposto à Nação nos últimos 15 anos. O primeiro é a deterioração dos salários pagos pelo Estado, em decorrência da corrupção que o dominou a partir de 1964. Deterioração que gerou a fome de milhares de trabalhadores.

Em Pernambuco, destacam-se dois exemplos de corrupção: (Fala sobre a corrupção e a possível falência da CTU, que não nos interessa nesta pesquisa)

(...)

A corrupção do Governo passado levou o atual Secretário da Fazenda a declarar: “Se fôssemos uma empresa, estaríamos falidos”.

De fato, é precária a situação financeira de Pernambuco, mas não é esse um argumento que justifique continuem a fome e a miséria penetrando nos lares da maioria dos professores da rede de ensino oficial do Estado.

Com relação aos professores, o atual Governo de Pernambuco vem assumindo uma conduta aética. Indo à televisão, o Governador declara a conhecida situação financeira do Estado e aponta a “ilegalidade” da greve. Procura, sabendo da fragilidade financeira do professor, ganhar tempo na tentativa de obriga-lo a retornar às aulas.

O Sr. Maciel não praticou corrupção. Nem a da CTU, que ajudou a achatar o salário dos seus servidores, nem a dos governos anteriores. Mas ele faz parte de

um sistema, que implantou no País o regime que floresceu achatando as maiorias populares e praticando corrupção.

Deveria o Governador, homem honesto que é pessoalmente, reconhecer que os professores não são responsáveis pela precária situação do Estado. Por outro lado, S.Exa. está querendo contrair um empréstimo no exterior de US\$ 150.000.000,00 ou seja, mais de Cr\$ 3.500.000.000,00. O empréstimo é para realização de obras. Pergunto eu: qual a maior responsabilidade do governante? Acredito que com o ser humano.

Ora, se o Governador toma empréstimo para obra, pode tomá-lo para remunerar humanamente seus servidores, pode obtê-lo para atender os professores em greve.

Menos de 1/10 – repito 1/10 – do empréstimo US\$ 150.000.000, seria suficiente para cobrir a diferença entre o que o Estado concede o e que querem os professores.

Não é, portanto, ética a posição do Governo que alega difícil situação financeira para não atender os grevistas.

Por outro lado, o Governo assumiu formas que não honram o passado do Governador, quando ameaça os professores alegando a ilegalidade da greve.

Será por acaso legal o modo de ascensão ao Governo do Sr. Marco Maciel? Ele encontra-se à frente de Pernambuco imposto pela força que arruinou o Brasil e legou, após 15 anos, a fome e a miséria ao seu povo.

Será a greve ilegal, ou ilegal é o salário de fome, produto da corrupção e da visão elitista de um regime que há 15 anos nos oprime?

Cabe, portanto, protestar contra a moral do Governo em referência aos professores da rede oficial.

O Governo Central negociou com os operários do ABC, em Pernambuco, através de seus prepostos, com os motoristas, com os professores da rede privada. E por que se recusa a receber para diálogo os professores da rede de ensino oficial?

No gesto, o comportamento aético do Governo nos últimos 15 anos.

Os operários do ABC representam uma força testada. Os motoristas mobilizam e levantam a população. Em São Paulo ou em Recife, a maioria é atingida pela greve dos motoristas. Portanto, cabe ao Governo detê-la

rapidamente, embora admita uma política mesquinha a posteriori, a de demitir os líderes da classe.

Com os professores, o Governo pesa a fragilidade salarial dos mesmo que enfraquece a luta comum. Joga com os mestres do interior, que temem um Governo que pode demitir, transferir e punir.

E este é o ponto que talvez mereça mais repúdio, pois é a base da filosofia governamental – a preterir o mais fraco, a de eleger uma categoria para, através de demonstração de força, imobilizar as demais.

Triste é ver o Governo de Pernambuco envolvido neste contexto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nossa palavra é de apoio aos trabalhadores sofridos do País, especialmente aos professores de Pernambuco, que hoje são vítimas da prepotência e são usados pelo Estado como exemplo para inibir o povo, carente de comida e prestes a ir às ruas em defesa de sua promoção.

(República Federativa do Brasil – Diário do Congresso Nacional – Terça-feira, 20 de junho de 1979 pag. 6583 6584)

PRONUNCIAMENTO DA DEPUTADA CRISTINA TAVARES – MDB – PE, NA CÂMARA FEDERAL SOBRE A GREVE DOS PROFESSORES DA REDE OFICIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

Sr. Presidente, Sras. E Srs. Deputados, os professores da rede oficial de Pernambuco continuam excluídos do processo administrativo naquele Estado. Há 24 dias em greve, não são recebidos pelo Sr. Marco Maciel, não obstante a retórica utilizada pelo Governador sobre governo participativo.

Leio no “Jornal do Commercio”, do Recife, afirmações feitas pelo Governador de Pernambuco, em palestra proferida na Universidade Católica, onde expôs a filosofia de seu Governo. Afirmava o Sr. Governador que “um povo é tanto mais soberano quando mais efetivamente capaz ele é de governar-se a si próprio e tomar parte na modelagem de seu próprio destino”. Mais adiante, S.Exa. afirmava que “a democracia, governo do povo, pelo povo e para o povo, não passaria de uma bonita e insinuante definição se a este povo não for dada a oportunidade de participar no processo administrativo do Estado”

Sr. Presidente, aí reside a tragédia das definições sem convicção. O jornal “O Globo” registra declarações do Governador nomeado de Pernambuco

recusando-se a receber os professores, sob a alegação de que o movimento de paralisação das aulas é ilegal.

Seriam por acaso os grevistas perigosos agentes da subversão internacional? Não, Sras. e Srs. Deputados: os grevistas a quem o Sr. Governador não recebe, nem o seu Secretário de Educação, Joel de Holanda, são homens e mulheres, professores e professoras que paralisaram as aulas por recusarem aceitar o miserável salário de Cr\$ 1.700,00 mensais.

O Governador, que defende a participação como uma prerrogativa da democracia, nega este direito sob a alegação da ilegalidade do movimento dos professores. Coloca-se novamente a questão da legalidade e da legitimidade. O regime autoritário pode legalizar a injustiça, uma vez que detém o poder pela força das armas, ou pela força de uma maioria servil e pusilânime nesta Casa. Mas o país autoritário não pode legitimar a injustiça. Os brasileiros estão cansados com a inversão dos valores. Aqui o que é legítimo tornou-se ilegal.

Inconstitucionalizaram-se a fome, os baixos salários, a concentração de renda, a concentração de poder, e isto se tornou legal.

Um Governador nomeado, um terço do Senado nomeado, é legal? A luta pela sobrevivência é nesta democracia excludente ilegal.

O cinismo não tem limite.

Ao mesmo tempo em que se defende a participação, nega-se o direito de participar. Essa ocorrência nos leva, melancolicamente, a crer que a participação que buscam os homens do Governo não é a dos homens livres e das mulheres independentes. Procura-se, antes, a adesão de escravos, de homens cuja vontade seja e do Príncipe.

Pediria ao nobre Deputado Nilson Gibson, que tão bem representa nesta Casa o perfil do Governo de Pernambuco, que, como de costume, quando vier amanhã à tribuna defender o seu Governador, explique como se definem em Pernambuco as seguintes palavras: Fome-legalidade; Governador Nomeado-Ilegitimidade; Altivez-Sucesso; Mistificação-Poder.

Enquanto o Governo de Pernambuco, em postura irresponsável, dificulta o diálogo democrático, professores da escola Frei Cassiano, em Belo Jardim, em análise ponderada, traçam o perfil de desalento que vive a honrada classe dos professores da rede oficial de ensino.

Peço, Sr. Presidente, que incorpore a este pronunciamento a carga dos professores de Belo Jardim, Pernambuco.

“Belo Jardim, 23 de junho de 1979

Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação e Cultura

Exmo. Sr. Secretário

Os professores contratados para o serviço educacional no Estado, na Escola Frei Cassiano, de 1º. e 2º. Graus, em Belo Jardim, unidos em torno das ideias da urgente valorização da educação e, portanto, da valorização do auxílio a ela necessário, o ensino, e daí, a valorização do imprescindível auxiliar da aprendizagem, o professor, e ante a acentuação valorativa dos recursos materiais e técnicos, burocráticos e administrativos à disposição da escola, com a desvalorização não só econômica e financeira, mas social e moral do professor, e em vista da greve realizada pelos professores da rede oficial de ensino, resolveram escrever esta carta a V.Exa. para declarar sua completa solidariedade moral aos colegas participantes daquele justo e legítimo movimento trabalhista.

Não quiseram os professores signatários estender esta solidariedade à participação na greve paralisando o trabalho, mais em consideração ao corpo discente, já tão carente de meios e recursos de promoção e desenvolvimento, como é a juventude de nossa abandonada cidade, do que em consideração a injunções hierárquico-administrativas, penais ou policiais, que menos pesariam em sua consciência moral e cívica do que o prejuízo causado à juventude e à família de Belo Jardim.

Sentimos que, para servir a nosso povo e ao desenvolvimento humano na nossa comunidade, tenhamos de nos submeter a um empregador que, desconhecendo a justiça distributiva, nega, como vem negando de tempos para cá, a uma classe de servidores que tanto precisam de boa disposição mental para cumprir sua função, toda motivação e todo incentivo. Pois quando um aluno sai da escola e “senta praça”, apesar de inepto e inapto, segundo avaliação escolar, e em breve está com uma remuneração superior à da professora que o procurava auxiliar, ou quando um recém-diplomado do 2º. Grau é contratado para serviço no banco ou no fisco do Estado com melhores condições de trabalho do que seus professores, é que a discriminação e a injustiça, isto é, a desvalorização, mais pesam sobre o ânimo do professor, desânimo que ele involuntariamente levará à escola e à sala de aula, invalidando seu serviço e esforço.

As assinaturas, Senhor Secretário, que os professores apõem a esta carta têm mais um sentido de informação da verdade, a mais legítima pressão sobre uma inteligência lúcida, do que qualquer outra espécie de pressão por mais legítima que seja; tem até a pretensão de que a reflexão de V.Exa. Sobre o problema político da educação o leve à conclusão de que, mais que a infra-estrutura física, a sofisticação administrativa, fiscalização e supervisão, o ensino público está precisando de boa motivação, e não apenas financeira, para um eficiente e válido trabalho do professor.

Aproveitamos os signatários a ocasião para apresentar a V. Exa. protestos de respeitosa consideração. **(Seguem-se 25 assinaturas).**

(República Federativa do Brasil – Diário do Congresso (Seção I) – Terça-feira, 26 de junho de 1979 – páginas 6587 – 6588)

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO FERNANDO COELHO – MDB – PE, SOBRE O MOVIMENTO GREVISTA DO PROFESSORES DA REDE OFICIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, em greve há mais de vinte dias, por aumento salarial de 80%, os professores da rede oficial de ensino de Pernambuco estão em vigília frente à Secretaria de Educação, no Recife, há doze dias – insistindo em manter diálogo sobre o problema com o Governo Estadual.

Importantes setores da sociedade, órgãos de classe, entidades de representação profissional, intelectuais, artistas, estudantes e trabalhadores publicamente vêm apoiando o movimento dos professores – pela justiça de suas reivindicações. No último sábado, a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife divulgou a seguinte nota, que passamos a ler para inclusão nos Anais desta Casa:

“A propósito das greves, que, no momento, angustiam trabalhadores de todo o País, inclusive de Pernambuco, a Comissão de Justiça e Paz se permite essas considerações: no Brasil, ultimamente, sempre que o povo reivindica alguma melhoria de vida, logo aparece alguém para dizer que o movimento é ilegal e cita leis e mais leis, decretos, portarias e resoluções. Mas, para situações tão graves como estas, que não se levantem estes desgastados argumentos de ilegalidade. Porque da mesma forma que seria ilegal a greve de trabalhadores que pedem melhor remuneração, foi flagrantemente ilegal a manipulação, pelo próprio Governo federal, de índices relativos ao aumento do custo de vida, que achatou os salários dos trabalhadores. Por que então, estes mesmos juristas de última hora, que brandem códigos e códigos contra professores ou motoristas, jamais elevaram suas vozes para proclamar ilegalidade do salário mínimo ou de índices de 1973?

Eles jamais questionaram a legalidade desta safra tão abundante de leis e decretos, muitos de destinação casuística. Que fundamento ético podem ter leis que não atendem à grande maioria da população? Defendemos o inalienável direito de greve dos trabalhadores. Recurso heroico, ainda mais importante no momento em que os detentores do poder se mostram impermeáveis aos anseios comunitários. Denunciamos a filosofia tecnocrata do Governo, que confere discutíveis prioridades a obras suntuosas e faraônicas, inquestionavelmente supérfluas, deixando de lado o homem e considerando a planos secundaríssimos os projetos sociais. Denunciamos a tentativa de um desenvolvimento sem povo, que apesar de **slogans** que pregam a participação, sequer se abrem para o simples diálogo com toda a categoria profissional. E diálogo não depende não depende de arrecadação de ICMS nem do Fundo de Participação. Só a insensibilidade própria dos tecnoburocráticos enxerga que Educação, mais que simples despesa de custeio, é um indispensável investimento, retorno ainda mais garantido que viadutos, superportos ou palácios de convenções. Confiamos numa solução justa para o

pleito dos professores. E esperamos firmemente, que nem sequer se cogita da concretização das repetidas ameaças de punições e demissões sumárias. Os professores e, com eles, a sociedade de Pernambuco já foram suficientemente humilhados, massacrados pela condenação ao sol e à chuva e pelas portas fechadas a seus rostos. Não os condene também à inanição. Recife, 15 de junho de 1979. José Maria de Andrade, presidente da Comissão de Justiça e Paz”.

Em nota oficial divulgada nos últimos dias, o Instituto dos Economistas de Pernambuco demonstrou que o reajuste do magistério – para que tivesse mantido o valor real dos salários percebidos em 1972 – deveria ser de 135,6%. Os professores pedem apenas o mínimo, muito aquém do indispensável para a simples manutenção daquele valor. Não é justo que até esse mínimo lhes seja negado.

Sobre o problema, em declarações ao **Diário de Pernambuco** do dia 17 último, Dom Hélder Câmara assumiu também posição aberta de apoio aos professores, poderando aos que argumentam com a ilegalidade da greve:

“Sem dúvida, a greve é um direito a ser usado de modo criterioso e sem perder a cabeça. Mas ficou justamente célebre a pergunta de uma professora quando viu a greve dos mestres da rede oficial acusada de ilegal, ela indagou se a fome era legal”.

(República Federativa do Brasil – Diário do Congresso – 19.06.1979 – Seção I - página 6156)

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO FEDERAL **FERNANDO COELHO - MDB** POR OCASIÃO DA GREVE DOS PROFESSORES DE PERNAMBUCO EM 1979

Sr. Presidente, Srs. Deputados, depois de esgotados todas as tentativas de uma solução amigável para o grave problema salarial que enfrenta há muitos anos, também os professores da rede particular de ensino de Pernambuco entraram em greve, a partir de ontem. Estão com suas atividades paralisadas, igualmente, os professores da rede oficial – uns e outros contando com a solidariedade total dos alunos e de suas famílias. A situação é semelhante à de Minas gerais, de Goiás, do rio de Janeiro, de Brasília e de quase todos os Estados da Federação – nos quais o magistério de 1º. e 2º. Graus ocupa, sem exceção, os níveis mais baixos da escala salarial, percebendo vencimentos incompatíveis com o esforço e a capacitação que lhe são exigidos.

Ainda no início do mês, chamou a atenção do País o episódio ocorrido no Município pernambucano de Gravatá, onde um professor, ganhando salário

mínimo, solicitou ao Juiz de Direito local licença para dormir na cadeia, já que não podia pagar aluguel da casa. O fato diz bem do ponto a que chegamos.

Os argumentos do governo – de que a greve no setor público é ilegal e de que o Estado não dispõe de recursos para arcar com o aumento de 85% pleiteado pelos professores – não elidem a justiça inquestionável do pleito. Demonstraram, ao contrário, a toda evidência, os erros acumulados nos últimos tempos, tanto na política salarial como na discriminação das receitas tributárias, responsável pelo crescente empobrecimento dos Estados e dos Municípios. Contra esses erros – para corrigi-los – é que se deve voltar a ação dos governos, e nunca contra aqueles que são suas principais vítimas e nenhuma culpa têm pelo seu agravamento. A questão não é de polícia, como pensa o Governador de Minas Gerais ao reprimir violentamente concentração dos professores em Belo Horizonte – esquecido do exemplo já histórico deixado por Milton Campos, diante de problema semelhante.

Desde de 1964 que o Governo passou a imputar aos trabalhadores – através de uma política salarial selvagem, complementada por uma política tributária também socialmente indefensável – o ônus maior do combate à inflação e da construção de um modelo de desenvolvimento voltado apenas para o aumento da riqueza de uma minoria privilegiada.

Esse modelo econômico, elitista e concentrador, é que precisa ser mudado. A eclosão de greves por salários justos, em todo o País, a partir do movimento dos metalúrgicos de São Paulo, revela apenas que a situação já se tornou insuportável para a maioria do povo brasileiro.

A greve dos professores de Pernambuco significa mais uma advertência de que essa situação não pode continuar

Afinal, Sr. Presidente, fomos informados, já pouco, de que eclodiu hoje pela manhã, na região metropolitana do Recife, outra greve: dos motoristas de ônibus. Há algum tempo vinham eles pleiteando reajustamento salarial, na base de 80%. Fracassados esses entendimentos, diante da intransigência dos empresários, tiveram de apelar para a medida extrema.

(República Federativa do Brasil – Jornal do Congresso – Sexta-feira, 1º. de junho de 1979 – página 4971)

RESUMO DE VÁRIOS DISCURSOS DOS DEPUTADOS FEDERAIS DE PERNAMBUCO SOBRE GREVES DE VÁRIAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS OCORRIDAS NO PERÍODO DE 1979 A 1985.

01.10.1979 – Pequeno expediente – **José Carlos Vasconcelos** – MDB-PE

- Solidariza-se com as reivindicações defendidas pelos Sindicatos dos Trabalhadores de Pernambuco, objetivando sua introdução no projeto de reforma da CLT, a saber: segurança empregatícia pelo retorno à aplicação do instituto da estabilidade e eliminação do FGTS. Contagem do prazo bienal de prescrição do direito de pleitear a partir da rescisão contratual. Extinção gradual da contribuição sindical. Destinação de verba para **formação de fundo de greve Desvinculação do sindicato da tutela do poder público**. Modificação da alínea “a” inciso III do art. 285 da CLT, pelo entrave que vem ocasionando ao mercado de trabalho dos arrumadores pernambucanos, em decorrência de atitude assumida pelos empregadores da área de adubos.

(DCD 02/10/1979 – pág.10557)

09/10/1979 – Pequeno expediente – **Fernando Coelho** – MDB-PE

- Interpreta a greve dos trabalhadores de cana-de-açúcar em Pernambuco, como uma denúncia do regime de exploração a que foram eles submetidos nos últimos quinze anos. Manifesta apoio irrestrito ao movimento, endossando a posição adotada pela Comissão de Justiça e Paz da arquidiocese de Olinda e Recife. Registra, por fim, informação sobre o término da greve e congratula-se com os trabalhadores pela vitória alcançada.

(DCD 09/10/1979 – pág. 10947)

09/11/1979 – Pequeno Expediente – **Fernando Coelho** – MDB-PE

- Aponta a greve deflagrada pelos servidores da CHESF para obtenção do aumento salarial e melhoria das condições de trabalho como exemplo aos governantes do grau de maturidade dos trabalhadores brasileiros na condução dos seus pleitos. Assinala que persiste, em Pernambuco, com iguais objetivos, a greve dos servidores da CELPE, já tendo a empresa demitido vários integrantes da comissão que representa os empregados. Dirige apelo à direção da CELPE, no sentido de que reveja os atos de punição e a exemplo da CHESF, crie as condições indispensáveis para que os empregados possam voltar às suas atividades.

(DCD 10/11/1979 – pág. 12954)

09/11/1979 – Pequeno Expediente – **José Carlos Vasconcelos** – MDB - PE

- Após comentar a proliferação dos tecnoburocratas no regime vigente em nosso país, lendo, a propósito, editorial do “jornal do Brasil, passa a condenar a administração do atual Presidente da CELPE – Companhia de Eletricidade de Pernambuco, sr. Murilo Paraíso, a seu ver um tecnoburocrata alimentado pelo sistema implantado em 1964. Aborda, principalmente, o comportamento de S.Sa. em relação à greve dos funcionários da CELPE, em favor dos quais solicita a interferência do Ministro das Minas e Energia. Acusa, ainda, o Sr. Murilo Paraíso de corrupção envolvendo a Construtora Souza Lima, afirma que dirigiu ao mesmo tempo em que exercia Secretaria de Estado e a presidência de sociedade de economia mista.

(DCD 10/11/1979 – pág. 12945)

12/11/1979 – Breves Comunicações – **JOSÉ CARLOS VASCONCELOS** –
MDB – PE

- Refere-se ao tema que pretendia discutir com o Ministro das Minas e Energia, César Cals, quando do comparecimento de S. Exa. à Câmara dos Deputados, o que não pôde, entretanto, fazer, em razão do grande número de parlamentares inscritos. Tece críticas à ação do Sr. Murilo Paraíso, Presidente da Companhia de Eletricidade de Pernambuco- CELPE, no desenrolar de greve dos servidores dessa empresa. Informa que os grevistas tiveram atendidas todas as suas reivindicações, mas se recusam a voltar ao trabalho porque continua demitida, pelo Presidente da CELPE, a comissão de greve, cuja readmissão, enfatiza, foi solicitada ao Governador do Estado pela totalidade dos Superintendentes e de outros 200 empregados da empresa ocupante de cargo de chefia. Ressalta os prejuízos causados à população pernambucana pelo movimento grevista – que apoia – e apela ao Ministro das Minas e Energia para que interfira na questão e determine a readmissão da comissão de greve, a exemplo da atitude desse Ministério em situação idêntica ocorrida com os trabalhadores da CHESF.

(DCN 13/11/1979 – pág. 2899)

16/11/1979 – Comunicações Parlamentares – **Pedro Corrêa** – Arena – PE

- Refuta acusações de deputados pernambucanos do partido da Oposição contra atos da administração da Companhia de Eletricidade de Pernambuco – CELPE, em face do movimento grevista por aumento salarial inicial por funcionários da empresa. Historia os fatos que culminaram com a punição de cinco empregados que lideraram uma concentração, no seu entender ilegal, tratando-se de entidade que presta serviços essenciais.

(DCN – 17/11/1979 – pág. 3009)

09.05.1980 – Breves Comunicações – **Cristina Tavares** – PMDB – PE

Manifesta-se contra a decretação da prisão preventiva de dirigentes metalúrgicos paulistas, criticando a atuação do Ministro do Trabalho, que, afirma, não se reuniu com as lideranças sindicais, deixando, assim, de agir como mediador, ao contrário, frisa, do que afirmou a lidera do PDS. Apoia a greve dos alunos da Universidade Católica de Pernambuco contra o aumento das anuidades escolares, e condena o comportamento do Governador Marco Maciel, no episódio.

(DCN 10/05/1979 – pág. 891)

21/05/1979 – Breves Comunicações – **Cristina Tavares** – PMDB – PE

- Registra a vinda a Brasília de representantes dos **alunos da Universidade Católica de Pernambuco** para cobrar do Ministro Eduardo Portela o cumprimento total de promessa feita aos universitários que suspenderam a greve contra o aumento das anuidades. Adverte o titular da Educação de que será culpa sua se for deflagrada nova greve, pois um representante do Ministério foi a Recife e, ao contrário do combinado, não entrou em contato com a representação estudantil, limitando-se a ouvir as autoridades da Universidade sobre o problema do alto custo do ensino.

(DCN – 22/05/1979 – pág. 1071)

01/09.1980 – Pequeno expediente – **Fernando Coelho** – PMDB – PE

- Apoia a greve dos estudantes da Universidade Federal de Pernambuco, que se insurgem contra o corte de verbas para a educação e reivindicam a melhoria das condições de ensino.

(DCD 02/09/1980 – pág. 9524)

SOBRE AS GREVES DOS TRABALHADORES RURAIS EM PERNAMBUCO

26/09/1980 – Pequeno expediente – Fernando Lyra – PMDB - PE

- Manifesta apoio à reivindicações dos trabalhadores rurais de Pernambuco, frisando que os patrões não cumpriram as cláusulas da convenção coletivas de trabalho, celebrada há um ano. Contesta que a greve da classe esteja sendo determinada por terceiro, pois, afirma, o homem do campo está consciente de seus direitos e não afina com os terroristas que estão incendiando canaviais, para semear confusão.

(DCD – 27/09/1980 – pág. 11270)

26/09/1980 – Pequeno expediente - Sérgio Murilo – PTB – PE

Denuncia e condena a violenta ação policial levada a efeito nos Municípios de Pau d'Alho e São Lourenço, na Zona da Mata Norte do Estado de Pernambuco, contra trabalhadores rurais que se encontravam em greve por melhores salários. Adverte sobre a crise no setor canavieiro do Nordeste, particularmente de Pernambuco, ressaltando que os baixos níveis de remuneração do trabalho e as péssimas condições de vida dos camponeses estão a exigir a formulação de novas diretrizes para uma política açucareira para o País.

(DCD – 27/09/1980 – pág. 11261)

29/09/1980 – Grande expediente – Fernando Lyra – PMDB – PE

Justifica a greve deflagrada em Pernambuco pelos trabalhadores da cana, referindo-se à convenção assinada, em 1979, pelos camponeses, plantadores e usineiros da Zona da Mata e enumerando as reivindicações dos camponeses para demonstrar a situação em que vivem a intransigência dos usineiros. Denuncia a violência com que os empresários vêm respondendo às reivindicações dos grevistas e condena as insinuações de que o Exército está a serviço dos proprietários, de que a Igreja é incentivadora da greve e de que a responsabilidade do movimento é do ex-Governador Miguel Arraes. A propósito, concorda com as declarações do Sr. Miguel Arraes e do Deputado Elquisson Soares, em aparte, que imputam ao Governo Federal a responsabilidade do movimento reivindicatório.

(DCD – sem data e pág.)

30/09/1980 – Pequeno expediente – Pedro Corrêa – PSD –

- Ressalta a difícil situação por que atravessa o Estado de Pernambuco, em face da crise no setor canavieiro pernambucano, agravada pela greve deflagrada por 240.000 canavieiro. Ressalta os esforços do Governador Marco Maciel no sentido da solução do problema e assinala a infiltração de elementos estranhos aos meios rurícolas, que, acentua, tentando aumentar seus colégios eleitorais, vêm incitando os trabalhadores a não se sentarem à mesa das negociações. Apela para os Ministros da área econômico-industrial no sentido de providências que solucionem os problemas dos trabalhadores e empregadores do setor canavieiro, para que os integrantes do PDS possam combater os falsos líderes que tranquilizem o Estado. De passagem, faz referência a notícia, publicada no “jornal do Brasil, de que o país perdeu milhões de dólares

com a corrosão verificada nas destilarias de álcool, pela falta de controle de qualidade e descuido quanto à manutenção do equipamento.

(DCD 01/10/1980 – pág. 11460)

01/10/1980 – Pequeno expediente – Geraldo Guedes – PDS – PE

- Anuncia o término da greve dos canavieiros de Pernambuco, ressaltando, como aspecto positivo, a demonstração de que o Governo reconhece ao trabalhador o direito de reivindicar, dentro do espírito da abertura democrática instaurada no País, e, como aspecto negativo, a evidência da necessidade de se recorrer ao direito de greve para solução de questões salariais entre empregados e empregadores. Defende a formulação de nova política para a economia açucareira.

(DCD 14/10/1980 – pág. 12299)

03/10/1980 – Pequeno expediente – Fernando Coelho – PMDB – PE

- Ressalta aspectos positivos que, a seu ver, resultaram da greve dos canavieiros de Pernambuco, encerrada mediante acordo homologado pelo Tribunal Regional do Trabalho. A tomada de conhecimento pelo País da situação desumana em que vivem mais de suas centenas de milhares de trabalhadores e suas famílias. A desmoralização do argumento de que o movimento se deve à agitação de subversivos, estranhos à classe, infiltrados entre os trabalhadores. E a prova de que os trabalhadores começam a se organizar para pleitear o reconhecimento de seus direitos, o que, frisa, deve ser saudado como um sinal de esperança para a instauração da justiça nas relações de trabalho no campo.

(DCD 14/10/1979 – pág. 11726)

06/10/1980 – Pequeno expediente – Roberto Freire – PMDB – PE

- Refere-se à greve dos 200.000 trabalhadores rurais do Estado de Pernambuco. Considerando o assunto digno de profunda reflexão, apresenta breve histórico daquele movimento e cita acontecimentos ocorridos naquele Estado, antes de 1964, quando surgiu um movimento embrionário, abafado, no entonto, pela Revolução. Afirma que a recente paralisação demonstrou firmeza e maturidade por parte dos trabalhadores e camponeses, uma vez que foram unânimes tanto na decisão de paralisar os trabalhos como na de a eles retornar, após terem conseguido parte das reivindicações. Registra versos de cordel, de autoria de Severino Domingos da Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paudalho, sobre o assunto.

(DCD 07/10/1979 – pág. 11818).

Anexo B – Mudança de nome das entidades

Figura 22 Mudança de nome das entidades.

Centro do Professorado do Ensino Fundamental de Pernambuco

Ata 204 (duzentos e quatro) da reunião do Centro do Professorado do Ensino Fundamental de Pernambuco designada pela sigla C.P.E.F.P.

Aos vinte e oito dias do mês de março do ano de mil novecentos e setenta e três com a presença de várias associadas, reuniu-se a diretoria do Centro do Professorado do Ensino Fundamental de Pernambuco sob a presidência da Professora Ivonete da Trindade Gomes Galvão, com a finalidade de discutir as novas diretrizes da Lei nº. 5.692 sendo determinado pelos presentes a substituição do nome da Entidade para Centro dos Professores de Pernambuco (C.P.P.). Também foi exigida a substituição tendo em vista a denominação atual da Confederação dos Professores do Brasil (C.P.B.) da qual é filiada esta entidade cuja nomenclatura anterior era Confederação dos Professores Primários do Brasil (C.P.P.P.). Na ocasião também foi autorizado pelos presentes a modificação do Estatuto desfazendo o tema professor primário, devendo esta ata ser publicada no Diário Oficial do Estado, registrada em Cartório a nova denominação e respectiva alteração do Estatuto. Foi também decidido comunicação imediata às autoridades e demais órgão de classe. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que vai assinada pelo presidente, por mim e demais presentes. Recife, 28 de março de 1973. Ivonete da Trindade Gomes Galvão — Maria Isabel Gonçalves Guerra — Célia Honorina Travasso Ferreira — Teresinha de Oliveira Aranha.

(21602)

Fonte: DIÁRIO OFICIAL, 17 de abril, 1973, p. 1788.

Anexo C – Mudança de APEMOP para APENOPE

Figura 23: Mudança de APEMOP para APENOPE.

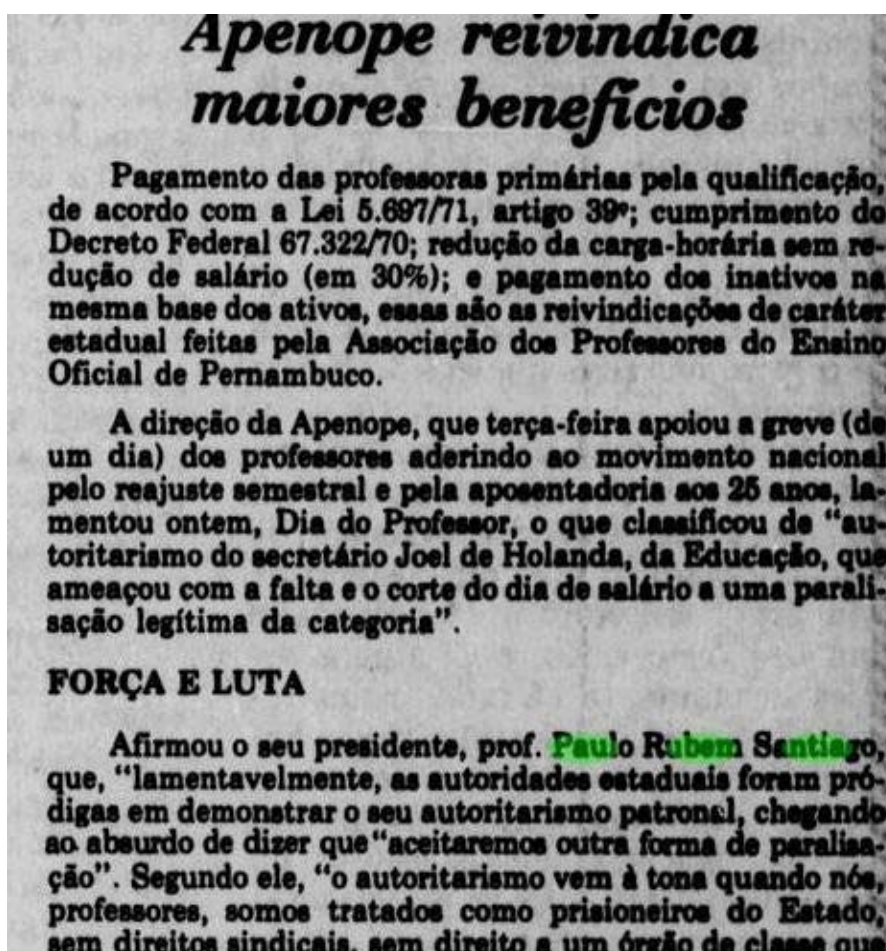
Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO MEDIO OFICIAL DE PERNAMBUCO, AGORA DENOMINADO: ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DE PERNAMBUCO (APENOPE), EM VIRTUDE DE RESOLUÇÃO TOMADA EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA DO DIA 18 DE MARÇO DE 1973.

Fonte: DIÁRIO OFICIAL DE PERNAMBUCO, 28 de abril, 1973, p. 2109.

Anexo D – APENOPE reivindica maiores benefícios

Figura 24: Apenope reivindica maiores benefícios.



Fonte: DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 16 de outubro, 1980, p. 7.

Anexo E – Sentença anulatória da eleição

Figura 25: Sentença anulatória da eleição.

RECIFE

JUIZ DE DIREITO DA 5ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DO RECIFE
5º CARTÓRIO CÍVEL

JUIZ: CLEMENCEAU OUTRA DE ALMEIDA LYRA
ESCRIVÃ: DACY DE MELO CAVALCANTI
SUBSTITUTA: MARIA IRENE TAVARES DA CUNHA

INTIMAÇÃO Nº 80

FICAM AS PARTES E SEUS PATRONOS INTIMADOS DAS SENTENÇAS
PROFERIDAS NOS PROCESSOS ABAIXO MENCIONADOS:

PROC. 5867 - SUMARISSIMO - A: RUBEM DÁRIO MARTINS e outros. Adv. Gil Teobaldo de Azevedo. R: PAULO RUBEM SANTIAGO e outros. Adv. João Bosco Tenório. CONCLUSÃO DA SENTENÇA: Acolho, como razões de decidir, o que foi dito pelo Dr. Adv. dos autores e em face da documentação junta. Julgo procedente a ação, para declarar nula as eleições realizadas no dia 28 de julho de 1979, para a nova Diretoria da Associação de Professores do Ensino Oficial de Pernambuco (APENOPE), declarando, ainda a nulidade dos atos subsequentes, realizados pela Diretoria ilegalmente emparada: Custas e honorários advocatícios que arbitro em Cr\$ 1.100,00 (hum mil e cem cruzeiros) em proporção pelos vencidos. P.I.R. Recife, 15.10.80. Clemenceau Outra de Almeida Lyra.

Fonte: DIÁRIO OFICIAL DA JUSTIÇA, 08 de novembro, 1980, p. 06.